

CL
Nº CHAMADA
TUNICAMP
EX
TOMBO BCCJ
PROC 16
D
C
PREÇO
DATA
BIB-ID

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO ICH - UNICAMP

JAIR ANTUNES

Marx e a América para além da história do capitalismo

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Filosofia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob orientação do Prof.
Dr. Hector Benoit.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 09 de
Agosto de 2007

BANCA

Prof. Dr. Alcides Hector Rodriguez Benoit (orientador)

Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Jr. (membro)

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves (membro)

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto (membro)

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento (membro)

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo (suplente)

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (suplente)

Prof. Dr. Álvaro Bianchi (suplente)

Agosto/2007

BIB-ID 417713

2

para Isabela e Angela

Resumo: A história para Marx aparece como a história da separação entre homem e natureza. Esta história teria como princípio fundante as formas de apropriação privada das condições objetivas de existência surgidas de forma imanente na sociedade ocidental. Ela se manifestaria como um processo de desenvolvimento da contradição da luta de classes. No Oriente esta história somente teria se assentado quando da conquista européia, quando os europeus teriam destruído o milenar modo de produção asiático e assentado ali as formas da apropriação burguesa. Na América, este princípio ocidental teria se manifestado quando da formação das colônias. Marx diz que teriam sido três as formas principais de colônias estabelecidas na América: as colônias do tipo do México, as colônias de Plantação e as colônias de Povoamento. Estas colônias, segundo Marx, cada uma a seu modo, estariam conformes às necessidades burguesas de acumulação originária de capital. As colônias de Plantação (*Pflanzungskolonien*), para Marx, seriam colônias produtoras de formas excepcionais de mais-valia. Nestas colônias, as formas de trabalho compulsório, aparentemente pré-capitalistas, encobririam, no fundo, segundo Marx, o caráter essencialmente burguês das relações de produção coloniais. Marx faz também a aproximação entre colônias de Plantação e colônias de Povoamento, afirmando que, quanto ao conteúdo, elas seriam essencialmente idênticas. Esta afirmação de Marx, porém, coloca em xeque a tradicional classificação da história colonial americana dividida entre ‘colônias de povoamento’ versus ‘colônias de exploração’, pois, a ‘tradição’ historiográfica latino-americana tenderia a aproximar as colônias de Plantação às colônias do tipo do México. Marx, enfim, deixa claro que na América as forças produtivas estariam fadadas a atingir seus mais elevados níveis de desenvolvimento, e as relações de produção atingiriam graus de pureza muito além daquelas postas na própria Europa. Seria na América, segundo Marx, que o capitalismo se ajustaria plenamente ao seu próprio conceito. É esta teoria do caráter capitalista da colonização americana de Marx e as desventuras de tal tese ao longo do último século que estão no centro de nosso trabalho.

Abstract: History to Marx arises as the history of the separation between man and nature. This history has as its main principle the private appropriation of the objective conditions of existence that appeared in an immanent form in the Western society. It manifests itself as a development process of the contradiction in the class struggle. In the East, this history would have been settled down by the time the European conquest took place, when the Europeans destroyed the ancient Asian production system and implanted there the bourgeois ideology. In America, this Western principle manifested itself when the colonies were formed. To Marx, three main kinds of colonies were established in America: the Mexico-type, the Plantation and the Colonizer. These colonies were suitable to the bourgeois necessity of primitive capital accumulation. Still according to him, the Plantation colonies (*Pflanzungskolonien*) produced the more-value products. In these colonies the compulsory labor form, which was apparently pre-capitalist, covered the essential bourgeois character of the colonial production relations. Marx also draws a parallel between the Colonizer and Plantation colonies, affirming that they were essentially identical. This statement, however, questions the traditional classification of the American Colonial History, usually divided into “Colonizer” versus “Exploration”, because the traditional Latin-American written history tends to compare the Plantation colonies to the Mexico-type ones. Finally Marx points out that the productive forces were meant to reach their higher levels of development, and that the production relations would reach much purer degrees than those used in Europe. This is Marx’s American Colonization Capitalism Character theory, and the problems of such thesis along the last century are the focus of the present research.

SUMÁRIO

Resumo:	05
Abstract:	07
Introdução:	11
 Capítulo I: O processo histórico geral: as formas que historicamente precederam a produção capitalista.....	25
1 – A pré-história da luta de classes: o homem como ser mergulhado na Natureza.....	26
1.1 – A comuna agrícola eslavo/germânica e a forma asiática.....	26
1.1.a – A comuna agrícola eslavo/germânica.....	28
1.1.b – A forma oriental/asiática.....	34
1.2 – Marx e o conceito de Modo de Produção Asiático.....	40
2 – As formações históricas contraditórias que precederam a formação do modo de produção capitalista.....	50
2.1 - A história da Europa ocidental como história da luta de classes.	50
2.2 – Forma greco-romana: modo de produção escravagista.....	54
2.3 – Idade Média européia: modo de produção feudal.....	58
 Capítulo II: A tese geral de Marx sobre a história: a contraditória relação entre o Estado e as divisões social e manufatureira do trabalho.....	67
2.1 – Breve nota sobre a questão do Estado em Marx.....	68
2.2 – A tese de Marx sobre a lei geral da história: a contraditória oposição entre <i>Estado</i> e <i>relações-de-produção</i> na formação da sociedade burguesa.....	78

Capítulo III: A colonização da América e a caracterização das formações econômico-sociais coloniais segundo Marx.....	91
3.1 – Marx e as <i>pré</i> -condições sócio-naturais encontradas na América que teriam sido determinantes às <i>formas</i> da colonização.....	96
3.2 – Marx e a questão do ‘modo de produção asiático’ Inca/Asteca.....	98
3.3 - Marx e a classificação das formações econômico-sociais da América colonial.....	106
3.4 – Marx e a questão do escravismo colonial: modo pré-capitalista de produção ou formação econômico-social, excepcional, de produção de mais-valia?.....	119
3.5 – Marx e as teorias do ‘atraso’ latino-americano: feudalismo e escravismo-colonial.....	134
3.6 – Marx e a ‘questão nacional’ na América Latina.....	143
3.7 – A América para além da história do capitalismo.....	152
Conclusão:.....	163
Bibliografia:.....	169

INTRODUÇÃO:

Escrever uma obra em que pudesse fazer a crítica da Economia Política parece ter sido o grande objetivo teórico de Marx. Dos vários volumes que originariamente comporiam esta *crítica*, no entanto, Marx conseguiu terminar apenas o primeiro, intitulado *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie - Der Produktionsprozeß*, publicado em 1867. O Livro II (que trata do processo de circulação do capital – *Der Zirkulationsprozeß*) e o Livro III (que trata do processo global do capital – *Der Gesamtprozeß*) foram editados por Friedrich Engels após a morte de Marx. O Livro IV, intitulado *Teorias sobre a mais-valia (Theorien über den Mehrwert)* foi editado por Karl Kautsky.

Para conseguir escrever esta sua obra máxima, *O capital*, Marx fez vários *esboços provisórios* até chegar a ponto de torná-los uma obra em que pudesse descrever o “movimento do real” (*die wirkliche Bewegung*)¹ sob categorias *lógicas* e *históricas*. No entanto, como tinha com estes *esboços (Grundrisse)* um objetivo maior, escrever *O Capital*, obra que conteria em si toda a crítica à Economia política, Marx não os publicou. Em 1939, porém, o Instituto Marx-Engels de Moscou finalmente publicou estes *esboços* sob o título de *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Fundamentos para a Crítica da Economia Política), mais conhecidos simplesmente como *Grundrisse*.

A partir daí, segundo muitos autores, teria sido possível compreender certas passagens de *O Capital* onde Marx apenas faz certas alusões a determinados temas (dentro de sua lógica expositiva) e que haviam sido “detalhadas” nestes *esboços*. Uma das partes destes esboços foi denominada pelos editores soviéticos como *Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen* (*Formas que precedem a produção capitalista*). Nela haveria um desenvolvimento mais detalhado dos estudos que Marx havia realizado tanto sobre as formas de sociedades que diretamente teriam precedido a sociedade burguesa (que haviam sido *negadas* por ela), como também de sociedades mais antigas que, de uma forma ou de outra, teriam contribuído para formar suas bases.

Para Marx, o pressuposto fundamental da produção capitalista é a existência dos trabalhadores como livre vendedores de sua própria força de trabalho. E para que o

¹ MARX, K. *O Capital* Tomo I. Op. Cit. (Posfácio à Segunda Edição Alemã), p.20. Edição alemã: Marx, K. *Das Kapital*. Erster Buch I. Erster Band. Werke. Band 23. Dietz Verlag Berlin. 1977, p.27.

capitalista encontre no mercado de trabalho estes livres vendedores de força de trabalho faz-se mister, segundo Marx, outro pressuposto: de que esses trabalhadores estejam, pois, totalmente desprovidos das condições objetivas de existência e não possuam outra forma de suprir sua subsistência senão a de vender-se diariamente no mercado de trabalho. E isto, segundo Marx, teria pressuposto historicamente a dissolução das várias formas de produção nas quais os trabalhadores se apresentavam não como vendedores de força de trabalho, mas de alguma maneira como livres proprietários de suas próprias condições objetivas de existência:

Se um dos pressupostos (*Voraussetzung*) do trabalho assalariado (*Lohnarbeit*) e uma das condições históricas do capital (*historischen Bedingungen des Kapitals*) é o trabalho livre (*freie Arbeit*) e a troca (*Austausch*) deste trabalho livre por dinheiro (*Geld*), com intuito de reproduzir e valorizar o dinheiro (...), da mesma forma, outro pressuposto é a separação (*Trennung*) do trabalho livre com relação às condições objetivas de sua realização, com relação ao meio de trabalho (*Arbeitsmittel*) e ao material de trabalho (*Arbeitsmaterial*) (...)²

Conforme Marx, o homem é, por natureza, um ser social, um ser tribal, gregário (*Herdentier*). Seu isolamento, como na sociedade burguesa atual, segundo Marx, somente teria se dado no transcorrer do processo histórico.³ Por isso, o que a História precisaria explicar, segundo Marx, não seria esta união originária, natural do homem com a natureza. Mas o que precisaria de explicação, ou seja, o que deveria ser o objeto da investigação histórica, na concepção de Marx, seria exatamente este processo de separação (*Prozeß der Trennung*) entre o homem e suas condições objetivas de existência: a separação (histórica) entre Homem e Natureza:

O que precisa ser explicado [historicamente, J.A.], diz Marx, – ou que é o resultado de um processo histórico – não é a *unidade* do homem vivo e atuante [por um lado] com as

² Utilizamos aqui a tradução castelhana dos *Grundrisse* editada pela Siglo XXI Editores: MARX, Karl. *Grundrisse: Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador) 1857-1858*. Volume I. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1971. Tradução de Pedro Scaron, p.433. Para a edição alemã utilizamos a edição da Marx-Engels Werke: MARX, Karl. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. MEW. Band 42. Berlin: Dietz Verlag, 1983 (em especial a parte intitulada *Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen* – S.383-421).

³

condições inorgânicas, naturais, de seu metabolismo com a natureza [de outro] e, portanto, sua apropriação da natureza, mas a *separação* entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que pela primeira vez é posta plenamente na relação entre trabalho e capital.⁴

A história, para Marx, aparece, pois, como o longo processo de separação (*Trennung*) entre Homem e Natureza. Nas origens da humanidade, diz Marx, os homens aparecem como seres integrados à natureza. Os homens, ali, teriam uma relação de propriedade com as condições objetivas de existência. A natureza aparecia como a extensão objetiva da subjetividade humana; o trabalhador teria ali, conforme Marx, uma existência objetiva, independentemente do trabalho; cada indivíduo se comportaria consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade.

Os homens, em seu processo histórico, segundo Marx, teriam como pressuposto a natureza como extensão de sua subjetividade, como corpo inorgânico para sua objetividade. Conforme Marx, se, por um lado, este pressuposto estiver posto como derivado *da entidade comunal* (*Gemeinwesen*), originada por um processo natural, que a todos agrega e lhes dá uma identidade, então, todos os seus membros aparecem como co-participantes da apropriação comum das condições objetivas, apareceriam como encarnações da própria entidade comunal (como no caso da propriedade comunal asiática antiga). Se, por outro lado, segundo Marx, o pressuposto deriva não mais da apropriação comunal das condições objetivas de existência, mas das *famílias individuais* constituintes da comunidade, então, cada membro da entidade comunitária comporta-se agora como indivíduo autônomo, como proprietário privado de suas próprias condições objetivas de existência. A propriedade comum, a qual antes o absorvia e o dominava, como no caso oriental, diz Marx, é posta agora na forma particular da terra pública (*ager publicus*), diferenciada, pois, da terra individual. Assim, segundo Marx, esta forma privada de apropriação da natureza aparece como o elemento que nega o elemento *comunal* da própria comunidade, nega a forma pela qual estavam antes naturalmente determinadas as relações de apropriação da riqueza social como riqueza de *todos* os membros originários da entidade comunal. Na Antigüidade Clássica, esta entidade comunal aparecia na forma desenvolvida da *polis* grega ou o Estado

⁴ Marx. *Grundrisse*. Op cit, p.449 – grifos no original.

romano propriamente dito, como entidade representativa dos interesses dos cidadãos-proprietários contra o exterior. No caso germânico, segundo Marx, a entidade comunal estaria apenas *pressuposta* – e não efetivamente posta, como nos casos oriental e antigo – na ascendência comum, pois a comunidade enquanto unidade efetiva, segundo Marx, não existiria entre estes povos pré-romanos.

Nas formas pré-capitalistas de propriedade (comunas oriental e eslava, bem como sociedade greco-romana e forma feudal-européia), porém, segundo Marx, os indivíduos não se comportam como trabalhadores (no sentido moderno da palavra, isto é, como homens livres), mas como proprietários (*Eigentümer*) – e membros de uma entidade comunal dada (*Gemeinwesen*). A terra aparece como o grande laboratório, o *arsenal natural* que proporciona tanto os meios de trabalho como o material deste mesmo trabalho; proporciona também, diz Marx, a sede, a *base* da entidade comunitária. A *apropriação real* através do processo de trabalho, segundo Marx, ocorreria somente sob estes pressupostos, os quais não seriam eles mesmos *produtos* do trabalho, mas apareceriam nestas formas pré-burguesas de produção como seus pressupostos “naturais ou divinos”. Conforme Marx, o objetivo do trabalho nestas diversas formas de comunidade não seria a criação de valor (*Wert*), mas a manutenção da apropriação das condições objetivas de subsistência e da entidade comunitária global sob o mesmo princípio fundante. Por isso, originariamente, segundo Marx, ser *proprietário* (*Eigentümer*) significa *pertencer a uma tribo*, ter relação com as condições objetivas de existência como algo que lhe pertence, ter na natureza uma existência subjetiva e objetiva ao mesmo tempo. Esta propriedade, segundo Marx, pode ser reduzida ao comportamento do indivíduo frente às condições de produção, mas não do consumo, pois mesmo ali onde o homem tem apenas que “encontrar e descobrir” estas condições originárias de produção, elas rapidamente requerem um esforço, trabalho, um desenvolvimento de certas capacidades por parte do sujeito. O conceito de *propriedade* (*Eigentum*), portanto, conforme Marx, em sua forma originária – sendo aplicável tanto à forma asiática, eslavo/germânica, antiga e feudal – significa *o comportamento do sujeito que trabalha como produtor ou que produz as condições de sua produção ou reprodução como algo seu, mediado pela comunidade*. Esta propriedade, consequentemente, segundo

Marx, aparece historicamente na forma de diferentes configurações, em conformidade com os pressupostos determinados pelo caráter do modo de produção que representa.⁵

Compreender este movimento geral do processo histórico parece ter sido a finalidade de Marx ao se propor o estudo das sociedades que precederam a produção capitalista, sobretudo, para demonstrar que o modo de produção capitalista seria uma forma de produção historicamente determinada.⁶ O modo de produção capitalista aparece, assim, para Marx, como o resultado de um longo *processo histórico de separação* (*historisches Prozeß der Trennung*) da unidade originária entre trabalhador e condições objetivas de existência; um processo de *dissolução* das diversas formas pretéritas de unidade entre homem e natureza. Conforme Marx, o modo de produção capitalista aparece como a história da separação, sobretudo, do produtor direto da *terra* como fundamento (*Grund*) da apropriação da riqueza social, bem como arsenal natural das condições originárias de existência. Separação também com relação à propriedade do *instrumento* de trabalho em que o trabalhador não aparece ainda como totalmente despido de propriedade, mas ainda tem a posse deste meio de produção. Separação, finalmente, dos produtores diretos com relação aos *meios de subsistência*, em que o trabalhador não mais aparece como proprietário nem da terra nem do instrumento, mas tem garantido, por meio da unidade agregadora abstrata da comunidade, as condições objetivas de sua subsistência.

A dissolução dessas formas pré-capitalistas de propriedade dos meios de produção teria resultado, no Ocidente europeu, enfim, segundo Marx, em um processo histórico onde, de um lado, em determinado momento, havia um número relativamente pequeno de indivíduos proprietários da natureza e, de outro, uma enorme massa de indivíduos “livres como os pássaros”, totalmente desprovidos de propriedade – seja ela *terra*, instrumentos, ou simplesmente, meios de subsistência. Este processo de separação dos homens com

⁵ Marx. *Grundrisse*. Op cit, p.453.

⁶ Nas Teorias sobre a mais-valia, Marx mostra sua admiração pela obra de Richard Jones justamente porque este, diferentemente dos economistas burgueses da época, estudou o problema da renda da terra levando em consideração as diferenças históricas da mesma: “É essa a primeira obra sobre *renda fundiária* que se distingue pelo que falta a todos os economistas ingleses desde Sir James Stuart: o significado da diferença *histórica* dos modos de produção [o qual falta mesmo a Ricardo] (...). De modo nenhum participa Jones da ilusão de o capital se ter estabelecido desde o começo do mundo”. (MARX, Karl. *Teorias da mais-valia* (Livro 4 de *O Capital*). Volume III. São Paulo: Difel, 1980. tradução de Reginaldo Sant’anna. p.1439-1440).

relação à natureza, que teria imediatamente precedido a formação do modo de produção capitalista, conforme Marx, teria sido um processo violento, promovido pela nova força revolucionária da sociedade e que teria privado o campesinato europeu de sua base fundiária histórica, empurrando-o às cidades ou a além-mar. Teria sido um processo de “limpeza” dos campos – limpeza de pessoas – e que, por um lado, segundo Marx, teria livrado os servos de gleba do opressor jugo feudal. Por outro lado, porém, segundo Marx, ao mesmo tempo que os teria livrado da servidão, teria também retirado destes camponeses todas as garantias de sobrevivência que sob o modo de produção feudal, de uma forma ou de outra, ainda possuíam.

Assim, como dissemos, a história para Marx aparece como a história do desenvolvimento da contradição que separa homem e natureza. O motor propulsor desta história seria a luta entre expropriadores e expropriados. Seria esta luta que durante toda a história teria movido (e ainda move) tal contradição. Nesta luta – que assumiria a forma de luta entre classes (*Klassenkampf*) – a natureza teria deixado de ser propriedade comum (de todos os membros originários da comunidade) e se tornado *propriedade privada* (*Privateigentum*) de alguns poucos membros da mesma. Entre a maior parte dos componentes da entidade comunal originária e a natureza teria se interposto, então, um intermediário, o qual teria se apropriado da totalidade da natureza. Agora, para que os outros membros da comunidade pudessem se relacionar com a natureza – ainda que de forma limitada – eles teriam que ir ao mercado e vender a única propriedade que lhes teria restado: sua *força de trabalho*.

Uma coisa... é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social.⁷

⁷ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. Dois Volumes. São Paulo: Nova Cultural. Coleção *Os Economistas*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 1985. Volume I. Tomo I, p.140.

Se desde os gregos clássicos a contradição da história da separação entre homem e natureza, do ponto de vista de Marx, teria se desenvolvido, efetivamente, apenas na Europa ocidental, desde o final do século XV, porém, com a expansão comercial e colonial européia, esta contradição teria começado a ampliar-se para todas as áreas do globo. A América e a Ásia, que, segundo Marx, estariam até então mais ou menos isoladas e distanciadas desta história contraditória, teriam sido agora forçadas a abandonar suas velhas formas de relações tanto sociais quanto com a natureza e obrigadas a converter-se em prolongamentos da civilização ocidental. A esta ampliação da história da Europa Marx teria denominado *história universal* (*Weltgeschichte*).

Na Ásia, segundo Marx, o processo de desenvolvimento das forças produtivas, apesar de multi-milenar, havia transcorrido de forma bem mais lenta que com relação à Europa ocidental. As sociedades orientais, conforme Marx, teriam se desenvolvido até certo estágio cultural e não mais evoluído social e economicamente: as forças produtivas simplesmente teriam ficado estagnadas ali durante milênios. Esta estagnação, segundo Marx, em parte se devia ao isolamento natural entre as comunidades aldeãs e, em parte, pelo sistema de castas, característico das sociedades orientais antigas e que teria impedido o livre desenvolvimento das forças produtivas tanto a nível social quanto individual. O nexo entre as aldeias, conforme Marx, se daria por intermédio do Estado despótico (*despotic State*) centralizado, que aparecia como organizador do processo produtivo, sobretudo no que se referia às obras de irrigação artificial dos campos (*Wasserleitung*).

Conforme Marx, ainda que originalmente as histórias ocidental e oriental pareçam ter uma comum-unidade, as sociedades asiáticas, no entanto, teriam produzido formas de produção radicalmente diferentes daquelas formas de produção desenvolvidas ao longo da história da Europa ocidental. No Oriente, pois, segundo Marx, teria se estabelecido um modo de produção em conformidade com as condições sócio-naturais ali encontradas: o *modo de produção asiático* (*asiatische Produktionsweise*). A conquista e submissão da Ásia pelos ocidentais teria, no entanto, destruído tal modo de produção e estabelecido lá formas de propriedade e relações de produção conformes à sociedade burguesa ocidental, integrando, assim, segundo Marx, o Oriente ao Ocidente.

Teria sido neste mesmo processo de expansão da civilização européia para além de si, conforme Marx, que a América teria sido integrada também na história da luta de

classes. De modo geral, segundo Marx, o processo colonizador do novo continente teria seguido os princípios do desenvolvimento econômico da Europa Moderna. Na América, conforme Marx, teriam sido assentados os mesmos princípios da produção/exploração mercantil existentes na Europa ocidental, ou seja, a produção e distribuição mercantil voltada para a acumulação originária de capital (*ursprüngliche Akkumulation des Kapitals*), ainda que a extração de mais-valia na América Colonial não tenha seguido os pressupostos de sua forma clássica. Conforme Marx, durante pelo menos três séculos espanhóis, portugueses, holandeses, franceses e ingleses teriam disputado, na América, a primazia pela posse das riquezas naturais ou produzidas já por intermédio da intervenção humana.

Ao findar-se, porém, o século XVIII e iniciar-se o XIX, conforme Marx, a Europa ocidental teria completado aquele processo iniciado nos séculos XV-XVI – o processo de consolidação da sociedade burguesa a nível mundial – tanto no plano produtivo (Revolução Industrial), quanto no plano político-ideológico (Revolução Francesa). A industrialização e aceitação das formas burguesas de relacionamento teriam se assentado, a partir de então, em ritmos mais ou menos diferentes (como já vinha acontecendo), em quase todos os cantos do planeta. No entanto, mesmo que a universalização da sociedade burguesa tenha seguido caminhos conformes às peculiaridades nacionais, assim mesmo este processo aparentemente anárquico convergia, no fundo, para um único, para uma única centralidade: a relação capital/trabalho-assalariado como forma dominante de relação de produção e apropriação da riqueza social. Na América, tanto quanto na Europa, este processo histórico de consolidação da relação capital/trabalho-assalariado como forma dominante de relação de produção, para Marx, teria fundamental importância, pois seria a partir de então que estariam dadas as condições históricas para o processo de separação política das colônias com relação às suas respectivas metrópoles fundadoras e a consolidação da forma clássica de extração de mais-valia, a forma do trabalho assalariado.

Porém, devido ao processo de colonização ibérica na América, desde o princípio, ter-se calcado na concentração da propriedade fundiária e o processo produtivo ter-se assentado na produção para o mercado externo, a América Latina teria sido considerada, então, por grande parte dos autores marxistas, como sendo uma região *atrasada*, *semi-colonial* e *dependente* do imperialismo financeiro Euro-Americano. Para Nelson Werneck

Sodré, por exemplo, principal teórico do Partido Comunista Brasileiro, vinculado diretamente à dogmática stalinista, seguido de perto por uma legião de intelectuais do PCB (mas não só), o Brasil teria passado por todas as fases “clássicas” da teoria das etapas adotada pela III Internacional Comunista em 1928: comunismo primitivo, modo de produção escravista, feudalismo e capitalismo.

Os intelectuais diretamente ligados à burocracia stalinista dos PCs, como Werneck Sodré, porém, se teriam desfrutado de enorme prestígio “intelectual” durante o grande período de dogmatização da teoria marxista (grosso modo, desde o final da década de 1920 até pelo menos o fim da União Soviética, em 1989, mas, em parte, mesmo depois), desde pelo menos o início dos anos 70, teriam sido, pois, contestados por intelectuais não diretamente ligados a partidos políticos e mais vinculados à Academia, como, por exemplo, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, etc. Estes intelectuais Acadêmicos, no entanto, mesmo rompendo com a teoria das etapas dos PCs, ainda assim parece não terem compreendido, de todo, os fundamentos dialéticos da teoria marxista da história universal, originada em Marx.

A tese de Caio Prado Jr – do Brasil inserido no circuito capitalista desde o princípio da colonização –, parece ter já certa proximidade com a teoria da história de Marx. No entanto, o próprio Caio Prado, ainda que tenha assumido originalmente uma posição crítica em relação à política da burocracia soviética, ter-se-ia, em determinado momento de seus trabalhos, enveredado e aceito as teorias que mais claramente caracterizavam a dogmática stalinista, em especial as teorias que justificariam as causas do suposto atraso latino-americano, quais sejam, aquelas teorias que procuram evidenciar a suposta relação íntima entre os interesses dos grandes latifundiários agro-exportadores latino-americanos e as burguesias financeiras dos países imperialistas (Europa e EUA). Por outro lado, parece ser de Fernando Novais a interpretação da história da América que mais próxima estaria das teorias do próprio Marx. Novais, em seu *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, parece superar o caráter relativamente simplista da interpretação caiopradiana do capitalismo colonial brasileiro e parece mostrar que a razão da existência de um processo colonizador “escravista” na América estaria íntima e diretamente ligada à consolidação das relações de produção burguesas, assalariadas, na Europa ocidental. A riqueza de capital produzida na América e no Oriente aparece, para Novais – como também para Marx –,

como o elemento propulsor de fundo (acumulação originária) da futura mundialização da forma industrial, burguesa, de produção em massa.

Porém, entre os fatores principais que teria levado parte dos intelectuais marxistas a desenvolver teorias tão diversas e contraditórias entre si parece estar a não-compreensão da dialética contida no interior da teoria da história universal de Marx, além da não-compreensão do papel da América nesta concepção histórico-dialética que parece perpassar, do princípio ao fim, a obra teórica de Marx. Nesta concepção histórico-dialética de Marx, como procuraremos mostrar ao longo do trabalho, o princípio da extração de mais-valia aparece, na colonização da América, como posto desde o começo.

O que pretendemos aqui, neste trabalho, enfim, é tentar compreender como esta história da América se insere na teoria da história universal de Marx, nesta história contraditória, dialética, movida pela luta de classes. Pretendemos compreender até que ponto as análises dos principais autores marxistas latino-americanos (e em especial as análises dos intelectuais brasileiros) que teriam escrito sobre a história colonial estariam conformes a esta teoria da história da América como uma fração de uma história maior, a história universal. Pretendemos descobrir até que ponto as caracterizações dos autores marxistas especialistas na história da América estariam embasadas nos textos do próprio Marx, ou, então, se estariam embasadas em análises de autores não-marxistas ou, ainda, em um “marxismo não-baseado em Marx”.

Para tal, procuraremos antes apresentar, no primeiro capítulo, quais seriam as características das principais formações econômico-sociais e modos de produção que, segundo Marx, de uma forma ou de outra, teriam precedido o modo de produção capitalista e formado sua *base histórica*: comunidade primitiva, comuna agrícola eslavo-germânica, forma oriental/asiática (daqui Marx teria extraído o conceito de *modo de produção asiático*), forma greco-romana e, finalmente, a forma feudal (Idade Média européia), predecessora direta do modo de produção burguês. No segundo, iniciaremos falando de forma bastante breve, como, na concepção de Marx, o *Estado* (*Staat*) se originaria. Em seguida, apresentaremos uma *lei geral da história* (*allgemeine Regel*), formulada por Marx para se compreender a dialética que haveria, segundo Marx, entre o poder estatal e as relações tanto *sociais* quanto *manufatureiras* de produção, e como esta lei aparece

historicamente na consolidação das relações de capitalistas de produção na formação e expansão colonial das principais nações européias.

Finalmente, no terceiro capítulo, faremos um estudo de como a história da América aparece na teoria da história universal de Marx. Para tal pretendemos mostrar quais teriam sido os três tipos principais de colônias que os europeus teriam estabelecido na América, conforme determinado pelo próprio Marx em *O Capital*. Estes três tipos principais de colônias na América teriam dado origem, conforme Marx, a três diferentes tipos de formações econômico-sociais na colonização da América. Uma destas formas de colônias, segundo Marx, estaria em parte determinada à “fase asiática” na história pré-européia da América. As duas outras formas de colônias americanas referidas por Marx, apesar de diferentes na forma, seriam, no entanto, essencialmente idênticas quanto ao conteúdo. Ou seja, conforme Marx, conceitualmente, estas duas formas de colônias americanas seriam praticamente idênticas quanto a seus fundamentos (*Grund*).

Esta aproximação de Marx entre estas duas outras formas de colonização, distanciando-as da forma de colonização assentada sobre a forma “Mexicana” de colônias, parece colocar por terra aquela tese bastante difundida pela historiografia latino-americana sobre as diferenças de caráter das colônias da América. Nos referimos aqui à tão conhecida classificação da história colonial americana dividida entre “colônias de povoamento” versus “colônias de exploração”. Esta classificação, como pretendemos mostrar, parece não ter base em Marx, pois, como dissemos, a classificação das formas de colônias empreendidas na América aparece nos textos de Marx de forma bastante diferente desta classificação (já bastante notória) empreendida por grande parte dos intelectuais latino-americanos.

Esta classificação das três formas de colônias na América, diferentes quanto à forma, mas, em geral, todas convergindo para um mesmo centro, ou seja, para a acumulação originária de capital, nos remete também à controvertida questão, dentro do marxismo, sobre quais teriam sido, então, os “modos” de produção estabelecidos na América colonial: se modos pré-capitalistas de produção (feudal, escravista-clássico ou escravista-colonial) ou se fariam parte em um modo de produção capitalista não-clássico, ou seja, um modo de produção capitalista transitório, baseado essencialmente nas relações comerciais (“capitalismo comercial”). Pretendemos mostrar que, para Marx, no entanto, parece que nenhuma destas alternativas seria satisfatória, pois Marx parece conceituar as

formas de produção na América colonial especificamente como *formações econômico-sociais* (*ökonomischen Gesellschaftsformationen*) e não com o conceito de *modo de produção* (*Produktionsweise*), como corrente entre a historiografia.

Neste terceiro capítulo pretendemos mostrar também qual seria, na concepção de Marx, o “estatuto” da escravidão colonial, ou seja, pretendemos mostrar qual seria, segundo Marx, o caráter da escravidão na América: se uma forma de extração de mero *excedente* (mais-trabalho - *Mehrarbeit*), mais ou menos como na escravidão antiga, ou se uma forma *excepcional* de extração de excedente (mais-trabalho - *Mehrarbeit*) na forma já de *mais-valia* (*Mehrwert*). Este parece ser também um ponto fundamental, pois é tema de controvérsias entre os especialistas do assunto. Em seguida, pretendemos discutir se a chamada “questão nacional” na América Latina teria algum fundo de apoio nos textos de Marx.

Finalmente, pretendemos mostrar que Marx – grande estudioso dos fundamentos da sociedade burguesa – percebia já toda a potencialidade da América com relação ao desenvolvimento das forças produtivas burguesas. Marx percebia que a América estava destinada a superar a história européia, que seria na América onde as relações burguesas de produção estariam destinadas a atingir seus mais altos níveis de domínio da natureza. Na América, segundo Marx, o capital atingiria seus mais altos níveis de exploração da classe operária, na América riqueza e pobreza conviveriam em seus níveis máximos como pólos extremos de uma mesma contradição. Ou seja, Marx, no século XIX, percebia que na América a história da separação entre homem e natureza atingiria seus níveis mais elevados.

Encontrar nos textos de Marx, portanto, qual seria, em sua concepção, o caráter da colonização da América é nosso objetivo principal neste trabalho. Assim, pois, ao longo do trabalho, procuramos “deixar o próprio Marx falar”, quer dizer, procuramos apresentar a concepção de história de Marx com suas próprias palavras. Por isso, por vezes aparecerão citações e comentários (de historiadores e intelectuais em geral) em notas de rodapé excessivamente longas. No entanto, pensamos serem estas notas necessárias e, em certo sentido, inevitáveis para mostrarmos a validade (ou não) das análises de Marx sobre a história universal.

Gostaria de, neste momento, fazer um agradecimento especial ao professor Hector Benoit, o qual me sugeriu o tema e me orientou do princípio ao fim do trabalho. Se algum mérito de originalidade por ventura houver neste texto, o mesmo deve ser creditado inteiramente a ele. Gostaria de agradecer também ao meu irmão Jadir, que iniciou-me nos estudos de Marx e sempre me apoiou ao longo desses anos de estudos.

CAPÍTULO I

O PROCESSO HISTÓRICO GERAL: MARX E AS FORMAS QUE HISTORICAMENTE PRECEDERAM A PRODUÇÃO CAPITALISTA

Marx não chegou a escrever uma obra específica sobre as sociedades ou povos do passado humano. Sua preocupação parece ter sido sempre a de desvendar as leis econômicas e sociais que regem o modo de produção capitalista, como ele se estrutura e como se modifica. No entanto, como Marx parece ter analisado sempre o modo de produção capitalista como um modo de produção historicamente dado, ou seja, como um modo de produção que teria uma gênese histórica (*Entstehungsgeschichte*) e não uma suposta gênese “natural” (ao contrário do que pensavam muitos filósofos e economistas políticos de sua época), ele parece ter procurado compreender, então, para tal, as formações sócio-econômicas (*ökonomischen Gesellschaftsformationen*) historicamente postas que imediatamente teriam precedido e instituído as bases do modo capitalista ou então aquelas formações econômico-sociais que teriam sido fundamentais em seu processo de assentamento e necessária expansão. Ao longo de todas as suas obras perpassam, por isso, comentários e ou análises sobre as bases de funcionamento dos modos de produção e sociedades pré-capitalistas, desde as primeiras formas de comunidades humanas (comunidade primitiva) até aquelas sociedades onde a luta de classes teria atingido alto grau de sofisticação, como as sociedades clássicas antigas e a forma feudal (ocidental) de produção.

E é nos *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (*Esboços da Crítica da Economia Política*) – mais conhecidos simplesmente como *Grundrisse*, ou *Esboços de O Capital*, em especial na parte intitulada *Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen* (*Formas que precedem a produção capitalista*) – onde parece que podemos encontrar uma melhor sistematização do pensamento de Marx com relação às sociedades predecessoras da forma burguesa de produção. Ali, numa tentativa de organizar suas próprias idéias sobre as bases históricas do modo de produção capitalista, Marx expõe seu pensamento sobre toda a complexa e intrincada dialética das relações econômico-sociais greco-romanas, asiáticas e feudais para confrontá-las, então, com a especificidade do modo

de produção capitalista. A análise das especificidades históricas na formação e destruição destes modos pré-capitalistas de produção parece que possibilitavam a Marx compreender de forma mais consistente as leis de surgimento e desenvolvimento do próprio modo de produção burguês e sua possível autodestruição.

Analisemos, pois, de forma sintética, como este processo histórico-dialético aparece nas obras de Marx, em especial nos já citados *Grundrisse*, o qual tomaremos aqui como base.

1 – A PRÉ-HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES: O HOMEM COMO SER MERGULHADO NA NATUREZA

1.1 – A COMUNA AGRÍCOLA ESLAVO/GERMÂNICA E A FORMA ASIÁTICA

Os homens, em suas origens, segundo Marx, eram seres gregários, seres comunais, componentes de grupos familiares consangüíneos que partilhavam comumente os frutos oferecidos pela natureza. Os homens viviam na horda agregados sob uma *entidade comunal*, formadora do nexos comum. Viver em comunidade seria, segundo Marx, a *condição prévia* (*Voraussetz*) à sobrevivência de seus membros. Inicialmente, estas hordas viviam da coleta de alimentos que a natureza mesma teria se encarado de produzir. No entanto, Marx diz que esta forma de sobrevivência rapidamente teria se tornado insuficiente (conforme vários fatores, como o aumento do grupo, por exemplo). A necessidade de prover a subsistência da comunidade em locais diferentes teria tornado esta comunidade essencialmente nômade. Logo teriam descoberto, segundo Marx, que alguns animais poderiam ser domesticados. O gado, então, teria se tornado sua principal fonte de alimentação. A área utilizada para obter-se a subsistência da comunidade (áreas de pastagens para o gado, de caça, etc) aparecia como propriedade da tribo: ela estava *naturalmente*, segundo Marx, sua própria jurisdição: a comunidade tribal teria aquele espaço determinado como extensão da própria corporalidade do ser comunal. A proprietária natural desta parte determinada da natureza seria, portanto, segundo Marx, a própria entidade comunal, a qual manteria o vínculo entre seus componentes. Se outra tribo reclamava aquelas terras como área de sua jurisdição surgia, então, diz Marx, uma

relação conflituosa, somente resolvida através da guerra ou da retirada espontânea de uma delas.⁸

Marx diz que quando estas comunidades nômades finalmente se assentavam a forma pela qual se estabelecia cada nova constituição tribal dependeria de várias condições externas e internas à tribo (a formação geográfica do território; a quantidade e a qualidade da fauna e flora presentes; o clima; o tipo de agricultura que poderia ser desenvolvida; a fertilidade do solo; a proximidade ou distanciamento em relação às outras tribos, o grau de afinidade ou hostilidade entre ambas, etc, bem como da própria formação interna da comunidade, ou seja, de seu caráter tribal).⁹ Esses assentamentos originários estariam localizados, segundo Marx, quase sempre próximos às fontes de água (rios, lagos, mares, etc). Estas comunidades assentadas dariam origem, então, diz Marx, a pequenas comunidades aldeãs mais próximas ou mais distantes – espacial e temporalmente – umas das outras conforme vão eram postas estas várias condições internas e externas. Tão importantes (ou mais) quanto os condicionantes internos da tribo, segundo Marx, seriam os condicionantes geográficos, climáticos e físicos do território escolhido pela comunidade para se tornar sua sede.¹⁰ Estes aparecem como poderosos determinantes da forma pela qual a comunidade se relaciona com a natureza local. No entanto, seja qual for a forma determinada de produção, Marx afirma que a entidade comunal continuava sendo o pressuposto natural desta forma de apropriação das condições objetivas de existência.

Marx diz, pois, que estas formas de dissolução da *comunidade primitiva* (*Urgemeinschaften*), e sua evolução subsequente, poderiam aparecer de diversas maneiras. Nos *Grundrisse*, Marx faz referência específica a apenas duas formas que, em seu entender, mais teriam historicamente se difundido: a “comuna agrícola” eslavo-germânica

⁸ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.434.

⁹ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.434.

¹⁰ Hegel, através de suas *Lições sobre a filosofia da história universal*, foi grande inspirador de Marx no que se refere à sua própria teoria da história. Nas *Lições*, Hegel destaca três configurações geográficas principais que considera determinar o caráter sócio-cultural de cada sociedade em si: “Quanto ao território, surgem três diferenças fundamentais: deparamos, primeiro, com países montanhosos sem água; em segundo lugar, com vales sulcados por rios e, em terceiro, com litorais”. O clima tem fundamental influência na determinação do povo, pois “nem a zona fria [extremo Norte europeu] nem a quente [África] constituem o solo para a liberdade do homem”. O homem, enquanto ser sensível, está sujeito a estas contingências do clima: “Os extremos não são favoráveis ao desenvolvimento espiritual”. É a *zona temperada* que aparece como ideal para ser o *palco* da história. Ela é dividida entre os povos habitantes dos vales (asiáticos) e os habitantes do litoral (europeus ocidentais). (HEGEL, Georges W. Friedrich. *A Razão na História: Introdução à Filosofia da História Universal*. Lisboa: Edições 70, 1995. Tradução de Artur Morão, p.155-159).

(*Ackerbaugemeinde*) e a *forma asiática* (*asiatische Form*). A primeira teria desenvolvido uma entidade comunal onde a união contínua sob a autoridade efetiva da comunidade não seria fator determinante da apropriação das condições objetivas de existência. Isto, segundo Marx, se devia especialmente a fatores físico/climáticos relativamente favoráveis. Aqui, os chefes das famílias não manteriam, segundo Marx, a comunidade em permanente *união*: cada chefe familiar se apossava de um pedaço de terra e o cultivava independentemente com sua família. Por outro lado, na forma asiática Marx diz que as condições geográficas e climáticas naturalmente dadas impõem *naturalmente* o surgimento de uma *entidade superior* (*zusammenfassende Einheit*), agregadora das várias comunidades aldeãs, mais ou menos próximas umas das outras. Esta entidade superior, segundo Marx, teria como objetivo principal a organização de execução de trabalhos comunais, em especial as obras de irrigação artificial (*Wasserleitung*).¹¹

Vejamos, pois, como Marx expõe cada uma destas duas formas principais de propriedade comunal pós-comunidade primitiva.

1.1.a – A COMUNA AGRÍCOLA ESLAVO-GERMÂNICA

(*Ackerbaugemeinde* oder *Dorfgemeinde*)

Segundo Marx, nas áreas mais setentrionais da Europa e da Ásia teriam surgido formas de comunidades em que seus membros, originalmente, não teriam vivido em reunião efetiva nem em forma de cidade (*polis*), nem mesmo em uma forma estatal centralizada (Estado despótico). A forma de comunidade mais geral aí teria sido a chamada “comuna agrícola” (*Ackerbaugemeinde*). Em outros momentos Marx usa também o termo “comuna aldeã” (*Dorfgemeinde*) como equivalente à “comuna agrícola”. Esta comuna agrícola (ou comuna aldeã) seria uma forma de apropriação da natureza onde as relações de parentesco não apareciam como determinantes da forma de relação com a riqueza social.

¹¹ Como comenta Marx nos *Grundrisse* (*Elementos fundamentais...* Op cit, p.435): “(...) de modo algum está em contradição com ela [a entidade comunal originária] que, tal como na maior parte das formas fundamentais *asiáticas*, a *unidade geral mais abrangente* (*zusammenfassende Einheit*), que está acima de todas estas pequenas comunidades, apareça como o proprietário *superior* ou como o *único proprietário*, de tal modo que as comunidades efetivas só apareçam como possuidoras *hereditárias*”.

Em carta-resposta à revolucionária russa Vera Zasulich (da qual Marx deixou pelo menos três esboços da mesma), de 1881, Marx descreve como funcionava a comuna agrícola na Rússia, bem como a diferença entre esta forma comunal de produção que teria evoluído diretamente da comuna aldeã consangüínea (*archaischeren Gemeinwesen*).

Marx explica nesta carta que nos primórdios da colonização destas frias terras setentrionais a terra na Rússia aparecia como propriedade da comunidade aldeã (*Dorfgemeinde*) e o cultivo do solo seria feito por grandes famílias aparentadas entre si. Cada família rural dispersa pelo vasto território aparecia como uma grande aldeia comunal, comandada por um chefe patriarcal. Marx explica que seria a relação de consangüinidade, na forma do parentesco comum, o que possibilitava a garantia o nexos comunal; a produção agrícola e ou artesanal, diz Marx, era feita pela comunidade como um todo e o produto da mesma era repartido igualmente entre seus membros; a divisão do trabalho estava limitada a uma divisão natural entre os sexos.¹²

Marx explica também que a evolução natural desta forma primitiva de comunidade aldeã teria levado ao surgimento da *comuna agrícola* (*Ackerbaugemeinde*) ou da *comuna aldeã* (*Dorfgemeinde*).¹³ Nela, as famílias não mais viviam de forma patriarcal numa casa-grande. Agora, cada família individual tinha a posse sobre a casa em que vivia e do jardim correspondente; não obstante, o cultivo agrícola continuava comunal. A novidade principal aqui, com relação à comuna primitiva, segundo Marx, era de que agora o resultado da agrícola se tornava propriedade individual. Marx assim explica a transição da comuna

¹² Cf. Marx. *Carta à Vera Zasulich*. In: MARX & ENGELS. *Sobre el modo de produccion asiatico*. Barcelona: Martinez Roca, 1969. Organização, seleção de textos e introdução de Maurice GODELIER, p.173; Leon Pomer, estudioso argentino das origens do conceito histórico de Estado e Nação, comenta sobre as primeiras formas de organização social da Rússia dos séculos IX a XII: “Os grupos humanos se constituem sobre uma base dupla: a de linhagem e a territorial. Extensos grupos consangüíneos vivem numa mesma habitação; várias habitações constituem uma comuna; um mesmo grupo de comunas associadas é chamado de província (‘volosti’) e mais freqüentemente de terra (‘zemlia’)”. (POMER, Leon. *O surgimento das nações*; 3ª ed. São Paulo: Atual, 1987. Tradução de Mirna Pinsky, p.55).

¹³ Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo de produccion asiatico*. Op cit, p.173/174. (Carta a Vera Zasulich). Marx trabalha aqui com o exemplo desta comuna agrícola especialmente na Rússia. No entanto, pensamos que faz isto apenas pela circunstância de estar a responder uma carta de uma russa sobre as condições atuais das comunas naquele país. Portanto, pensamos que em outra circunstância, em um estudo sistemático sobre as origens da propriedade da terra, por exemplo, Marx teria estudado esta comuna agrícola na região dos Bálcãs/Romênia, como o teria feito nos *Grundrisse*, porque ali a origem desta comuna eslava e a posterior comuna agrícola teriam uma antiguidade muito maior (fariam parte da história Oriental, anterior à cristã) do que na Rússia, surgida ali em meados do segundo milênio.

consangüínea (primitiva) para esta forma da comuna agrícola/aldeã (*Ackerbaugemeinde-Dorfgemeinde*):

Na comuna agrícola (*Ackerbaugemeinde*), a casa, com seu complemento, o curral, são de propriedade do camponês. A casa comum e a habitação coletiva eram, em troca, uma base econômica das comunidades mais primitivas, anteriores, muito antes, da introdução da vida pastoril e agrícola (...) A terra cultivada, propriedade comum e inalienável, é distribuída periodicamente entre os membros da comuna agrícola, de maneira que cada um trabalhe por sua conta os campos que lhe são designados e seus frutos são sua propriedade pessoal (*persönlich aneignet*).¹⁴

A casa como propriedade individual de uma única família, segundo Marx, aparece como o primeiro elemento dissolvente da formação primitiva: os laços de consangüinidade não mais aparecem como pressupostos para a relação de apropriação da natureza. Segundo Marx, a comuna rural teria cortado já o cordão umbilical que a prendia à entidade comunal originária.¹⁵ Marx explica quais seriam os elementos corruptores internos existentes em germe que poderiam levar a comuna, no transcurso do tempo, à sua própria dissolução:

(...) No transcurso do tempo este dualismo pode transformar-se em germe de decomposição. Além de todas as influências nocivas que chegam de fora, a comuna têm em seu próprio seio elementos nocivos. A propriedade privada da terra já se insinua sob a forma de uma casa com seu curral, que no caso pode transformar-se em uma fortaleza da qual se prepara o

¹⁴ Marx. *Esboços da carta a Vera Zasulich*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* op cit, p.175/176.

¹⁵ Sobre essa forma *eslava* esclarecemos que Marx, nos *Grundrisse*, parece estar se referindo especificamente às formas de propriedades familiares (as chamadas *Zádrugas*) surgidas inicialmente nas regiões localizadas abaixo do Mar Báltico, indo até às regiões próximas aos mares Negro e Mediterrâneo (acima da Grécia). Nestas regiões, o clima era relativamente ameno. Por isso puderam se desenvolver ali núcleos de povoamento onde grandes famílias viviam mais ou menos isoladas: “As pequenas comunidades podem vegetar independentemente umas ao lado das outras e nelas o indivíduo trabalha independentemente, com sua família, no lote que lhe foi designado (...), o domínio senhorial em seu sentido mais originário surge primeiramente aqui, por exemplo, nas comunidades eslavas, nas romenas, etc” (*Elementos fundamentales...* op cit, p.435/6). Estas áreas, aliás, se localizam, geograficamente, no mesmo paralelo que a região da Europa ocidental. Nestas áreas neva anualmente, mas o inverno dura pouco tempo em relação à Rússia, por exemplo, onde os rigores do inverno duram a maior parte do ano. Trotsky, em sua *História da Revolução Russa*, destaca o quanto estas difíceis condições climáticas interferiram no próprio transcurso histórico da Rússia: “A população da gigantesca planície, com seu clima rigoroso, exposta ao vento leste e às migrações asiáticas, estava destinada, por sua própria natureza, a uma prolongada estagnação”. (TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Saga, 1967. Tradução de E. Huggins, p.23).

assalto da terra comunal. Isso é algo que já aconteceu. Mas o essencial é o trabalho individual como fonte de acumulação de bens móveis como animais domésticos, o dinheiro e, às vezes, até escravos e servos. Esta propriedade móvel que está fora do controle da comunidade e sujeita ao intercâmbio privado, em que tem um grande papel a astúcia e a casualidade, pesará cada vez mais sobre toda a economia agrária. Este é o fator corruptor da primitiva igualdade econômica e social. Introduce elementos heterogêneos que causam conflitos de interesses no seio da comunidade e provocam paixões suscetíveis de incidir primeiro sobre a propriedade comunal das terras cultiváveis, depois sobre a propriedade comunal dos bosques, pastagens e campos baldios, etc. que, uma vez convertidos em *anexos comunais* da propriedade privada, ao longo do tempo terminam em suas mãos.¹⁶

Esta comuna agrícola (*Ackerbaugemeinde*), no entanto, segundo Marx não seria uma forma de comunidade exclusiva da Rússia ou dos eslavos em si. Ela também teria se desenvolvido na Europa setentrional, especialmente entre as comunidades germânicas mais antigas ou pré-feudais:

*Volte-se no tempo, aos princípios das sociedades ocidentais, e se encontrará em todas as partes a propriedade comum da terra; com o progresso da sociedade ela desapareceu de todas as partes e foi substituída pela propriedade privada.*¹⁷

No Ocidente europeu Marx teria denominado esta forma da comuna agrícola de *comuna germânica* (*germanische Gemeinde*), de formação mais recente que sua equivalente eslava. Marx explica que esta forma de comuna rural não existia no Ocidente na época em que Júlio César teria conquistado as Gálias¹⁸; um século depois ela teria sido

¹⁶ Marx. *Esboços da carta a Vera Zasulich*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* op cit, p.176.

¹⁷ Marx. *Esboços da carta a Vera Zasulich*. In: Marx e Engels, Godelier, *Sobre el modo...* op cit, p.172.

¹⁸ Marx descreve a forma primitiva de organização dos celtas (gauleses) que habitavam a região da Europa Central (atuais França, Bélgica, etc.) descrita por Júlio César quando conquistou as *Gálias* na primeira metade do século I antes de Cristo. César escreveu uma obra, *De bello Galico*, contando como era a organização social destes povos. Marx cita César: “não lavram os campos e a maior parte deles vive de leite, queijo, carne. Ninguém tem tampouco uma quantidade precisa e delimitada de terra, mas os magistrados e chefes concedem a cada ano quantidades de terras às tribos e gentes reunidas e lhes fazem mudar de terras no ano seguinte. Dão muitas razões para este fato: que não troquem seu desejo pela guerra pelo da agricultura, absorvidos por uma rotina estabilizada; que os mais poderosos não expulsem de suas terras os mais humildes para ampliar suas próprias possessões; que não se ponham a construir com mais cuidados para proteger-se do frio e do calor; para que não surja a ânsia de riquezas e com ela facções e dissensões; para manter satisfeito o povo, vendo

descrita por Tácito em suas viagens pela *Germânia*¹⁹; em seguida, teria desaparecido. Durante as invasões ao Império Romano, segundo Marx, os povos germânicos teriam evoluído já para formas de tribos migratórias reunidas:

Um dos tipos que se convencionou chamar comuna agrícola é o tipo da comuna russa. Seu equivalente ocidental é a comuna germânica, de data muito recente (*Einer dieser Typen, den man übereingekommen ist, "Ackerbaugemeinde" zu nennen, ist auch der der russischen Gemeinde. Ihr Gegenstück im Westen ist die germanische Gemeinde, die sehr jungen Datums ist*). Não existia nos tempos de Júlio César e havia deixado de existir quando as tribos germânicas conquistaram a Itália, as Gálias, a Espanha, etc. Nos tempos de Júlio César existia uma distribuição anual da terra cultivável entre os grupos, as gentes e as tribos, mas ainda não entre as famílias individuais da mesma comunidade; provavelmente a agricultura era feita por grupos em comum. No próprio território germânico, esta comunidade de tipo mais arcaico se transformou, por evolução natural, na comuna agrícola que descreve Tácito. Depois deste período a perdemos de vista. Extinguiu-se obscuramente no curso das inúmeras guerras e migrações, provavelmente seu fim foi violento. Mas sua vitalidade natural está provada pelos fatos incontrovertíveis.²⁰

cada um que sua riqueza é igual a dos demais poderosos”. (MARX Karl. *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1988. Editado por KRADER, Laurence. Tradução de José Maria Ripalda, p.209/210).

¹⁹ Marx cita Tácito (in: *Germânia*) que escreve um século e meio depois de César: “Terra (...) ou de bosques tenebrosos ou de pântanos desolados (...) fértil para a sementeira, mau à fruticultura; abundantes em animais, mas quase sempre menores, nem sequer o vacum mostra os cornos, ou uma textura poderosa: é seu número o que interessa, como sua única e a mais estimada de todas as riquezas (...) não se interessam pela posse e desfrute dos metais nobres. Pode-se ver que vasos de prata dados a seus embaixadores e chefes não são tidos mais que os de terra, se bem que aqueles mais próximos de nós têm estima por ouro e prata por sua utilidade em transações e reconhecem e preferem certas formas de nosso dinheiro: os do interior praticam o procedimento mais simples e antigo, o intercâmbio de mercadorias. De nossas moedas gostam desde antigamente: os de serra e as bigas. Também preferem a prata ao ouro, não porque gostem mais daquela, mas porque seu valor a torna mais cômoda de usar com aqueles que comprem gêneros variados e de pouco montante”. (Marx. *Los apuntes*.... op. cit., p.208/209).

²⁰ (Marx. *Los apuntes*... In: Krader. Op cit, p.174; Marx. *Esboços da Carta a Vera Zasulich*. In: MEW, Band XIX, p.402); Pierre Riché, em *Grandes Invasões e Impérios*, descreve como viviam os povos germânicos no século IV depois de Cristo, quando da iminente invasão do já moribundo Império Romano. Explica que os germanos não conheciam nem Estado nem cidade e viviam nesta época ainda em forma de comunidades tribais. Viviam basicamente da caça, pesca, criação de gado e da cultura dos cereais, mas sua técnica rural era ainda muito primitiva. Eram seminômades e se instalavam em clareiras na floresta por alguns anos até seu esgotamento. A família germânica representava a célula básica. O indivíduo não tinha existência senão no seio destas comunidades, etc. (p.26/27) (RICHE, Pierre. *Grandes Invasões e impérios*. Lisboa: Dom Quixote, 1980, p.23-27).

Na forma *germânica* de propriedade (*Ackerbaugemeinde* ou *germanische Gemeinde*), conforme descrita por Marx nos *Grundrisse*, a comunidade existiria somente se considerada *externamente*, através da *reunião efetiva* (*Vereinigung*) dos cabeças de famílias para resolverem pendências comuns, para a guerra contra tribos vizinhas, na religião, nos costumes, etc. Quer dizer, do ponto de vista de Marx, a comunidade efetivamente reunida – como no caso dos greco-romanos pela simples existência da cidade como local de convívio diário dos cidadãos – não existia, pois os membros da entidade comunal (*Gemeinwesen*) estariam dispersos pelos bosques afora. Segundo Marx, a *comunidade em si* existia de fato na ascendência comum (*Urgemeinschaften*), língua e história comuns, etc. Isto acontecia, diz Marx, devido à circunstância de seu *fundamento* ser o isolamento, a casa familiar autônoma, ou seja, à circunstância de as famílias não se concentrarem em uma cidade (ou aldeia), de estarem *dispersas* pelos campos, pelos bosques, isoladas por grandes distâncias, onde cada família cultivava de modo isolado seu próprio lote de terra. Marx explica que cada família individual vivia de forma auto-suficiente na propriedade que lhe pertencia. A propriedade – propriedade familiar – não aparecia *mediada* pela comunidade ou como forma contraposta a esta, mas, ao contrário, a existência da comunidade e da terra comunal apareciam, explica Marx, elas mesmas *mediadas* pela relação mútua dos chefes das várias casas familiares autônomas, quer dizer, como relação recíproca dos chefes familiares autônomos. Marx diz que a *terra comum* aparecia aqui apenas como complemento *comunitário* da propriedade individual para fornecer lenha, pastagem, áreas de caça, etc. Nesta forma germânica de comunidade (*germanische Gemeinde*), segundo Marx, no fundo, o todo econômico estava contido em cada casa individual, a qual constituía para si um centro autônomo de produção.²¹

A comunidade germânica não se encontrava na cidade; a mera concentração – a cidade como centro da vida rural, domicílio dos trabalhadores da terra e igualmente centro da condução da guerra – proporciona à comunidade como tal uma existência externa, diferente da do indivíduo (...) Entre os germânicos, o *ager publicus* aparece somente como uma ampliação da propriedade individual (*individuelle Eigentum*) e só aparece como

²¹ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.443.

propriedade enquanto posse comum de uma tribo pela qual tem que lutar contra tribos inimigas (...).²²

1.1.b – A FORMA ORIENTAL/ASIÁTICA (*orientalische Form* oder *asiatische Form*)

A outra forma de dissolução da comunidade primitiva analisada por Marx é a *forma oriental* (*orientalische Form*) ou *forma asiática* (*asiatische Form*). Aqui, diz Marx, a *unidade se estende até se constituir em um sistema formalizado* (*förmliche System*). A existência de uma entidade comunal originária (*ursprünglichen Gemeinwesen*) continua sendo o pressuposto fundamental de apropriação da natureza. Marx explica que as tribos, antes nômades, estão agora assentadas em meio à vastidão e dispersão da extensão territorial. No entanto, Marx explica que, diferentemente da comuna agrícola eslavo/germânica, na forma asiática as precárias condições geográficas, físicas e climáticas (imensos desertos, montanhas íngremes e frias, etc) teriam condicionado uma relação entre homem e natureza completamente diferente daquela desenvolvida por sua co-irmã setentrional. Como a Ásia é cortada por imensos desertos e as chuvas são bastante raras, a *irrigação artificial* (*Wasserleitung*) teria se imposto, diz Marx, como condição primeira para o desenvolvimento de um processo de produção agrícola entre as comunidades aldeãs:

O clima e as condições do solo, particularmente nos vastos espaços desérticos que existem desde o Saara através da Arábia, Índia, Tartária até às regiões mais elevadas dos altos planaltos asiáticos, transformaram o sistema de irrigação artificial por meio de canais e outras obras de irrigação (*Kanäle und Wasserwerke*) no fundamento (*Grundlage*) da agricultura oriental (*orientalischen Landwirtschaft*). Assim como no Egito e na Índia, as inundações são utilizadas para fertilizar o solo também na Mesopotâmia, Pérsia e outros lugares: o alto nível das águas serve para encher os canais de irrigação.²³

²² Marx. *Elementos fundementales...* op cit, p.443.

²³ Marx. *O domínio britânico na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* Op. cit p.81; Hector Benoit explica que, para Marx, as difíceis condições geográficas e climáticas da Ásia (propiciando a instalação de aldeias comunais bastante dispersas umas das outras) foram determinantes para o surgimento do

Por outro lado, na Europa moderna, segundo Marx, a construção de obras para uso econômico da água – tanto na forma de irrigação artificial como na forma de diques de contenção –, quando necessária, teria sido empreendida pela iniciativa privada e não pelas mãos do governo central:

Esta necessidade absoluta (*unbedingte Notwendigkeit*) de um uso econômico e comum da água fez com que no Ocidente os empresários privados (*privater Unternehmungen*) se agrupassem em organizações voluntárias (*freiwilligem Zusammenschluß*), como no caso de Flandres e na Itália.²⁴

Na Ásia, por outro lado, diferentemente do caso europeu, Marx explica que na ausência de uma classe de indivíduos empreendedores privados, devido ao baixo nível civilizacional da sociedade (comparativamente ao Ocidente europeu), estas obras de irrigação artificial, fundamentais à sobrevivência de tais sociedades, somente poderia ser feita a partir de um poder centralizado e despótico:

(...) No Oriente, o baixo nível da civilização e a extensão dos territórios (*wo die Zivilisation zu niedrig und die territoriale Ausdehnung zu groß war*) impediram que surgissem associações voluntárias e impuseram a intervenção do poder centralizador do governo. Daí que todos os governos asiáticos tivessem que desempenhar esta função econômica: a organização das obras públicas (*die Funktion, für öffentliche Arbeiten zu sorgen*)”.²⁵

Esta relação de controle comunal consciente da natureza teria demandado, segundo Marx, desde tempos imemoriais, em cada uma das principais regiões desérticas da Ásia, a existência de uma *entidade comunal superior* (*zusammenfassende Einheit*), com a incumbência fundamental de prover as grandes obras públicas. Se esta entidade superior porventura deixasse de existir, explica Marx, as comunidades aldeãs entravam em decadência e se arruinavam:

Estado despótico (BENOIT, Hector. *O Programa de Transição de Trotsky e a América*. In: Revista Crítica Marxista Nº 18. São Paulo: Revan, 2004, p.54-56).

²⁴ Marx. *O domínio britânico na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* Op. cit p.81.

²⁵ Marx. *O domínio britânico na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* Op. cit p.81.

Esta fertilização artificial do solo (*künstliche Fruchtbarmachung des Bodens*), função de um governo central (*Zentralregierung*), e que entrava em decadência cada vez que este descuidava das obras de irrigação e canalização, explica o fato, de outro modo inexplicável, de que encontremos agora territórios inteiros estéreis e desérticos que antes haviam sido excelentemente cultivados, como Palmira, Petra, as ruínas que se encontram no Iêmem e grandes regiões do Egito, Pérsia e Indostão. Assim se explica também porque uma só guerra devastadora fosse capaz de despovoar um país durante séculos e destruir toda sua civilização.²⁶

Marx explica que desde tempos imemoriais, na Ásia, a função de provedor das obras públicas estava delegada ao governo central. Com o aumento da população e a fundação e agregação de novas comunidades, estas entidades comunais, que até então seriam mais ou menos débeis, teriam se transformado, no longo tempo, em poderosos *Estados despóticos* (*despotish Staaten*), plenipotenciários efetivos da propriedade fundiária e apropriadores efetivos do excedente agrícola e artesanal das comunidades. Marx comenta que, por isso, nos governos da Ásia sempre houvera somente três departamentos: o de finanças (*de pilhagem interna*), da guerra (*de pilhagem externa*) e de construção de obras públicas. O rei (déspota) não aparece aos súditos como governante opressor e com o intuito único de explorar as pequenas comunidades em proveito de si próprio e seu séquito, mas justamente ao contrário: o rei, na condição de *persona* centralizadora da comunidade superior, do Estado, aparece ao imaginário dos indivíduos comunais como o *pai* (*Vater*) das muitas comunidades dispersas; aparece como o *elo* que une todas as comunidades em torno de necessidades comuns. Assim, diz Marx, as grandes obras públicas não aparecem na imaginação dos membros comunais como a atividade dos muitos braços individuais unidos para a cooperação em trabalhos de necessidades comuns, objetivas, mas sim, como dádivas, como realizações da vontade do soberano em benefício das comunidades e, por isso, em muitos casos estas obras aparecem como “materialização” da própria vontade da divindade tribal, da vontade da própria entidade comunitária personificada.²⁷ Por isso, segundo Marx,

²⁶ Marx. *O domínio britânico na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* Op. cit p.81.

²⁷ Como no caso, por exemplo, do Egito faraônico onde o faraó era ao mesmo tempo *rei* e *personificação* da divindade tribal (cf Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.435).

o excedente da produção é apropriado por esta entidade superior que se encarrega tanto de seu consumo direto como da comercialização de parte deste excedente com o estrangeiro.²⁸

A dispersão e o isolamento das comunidades na vastidão do território, juntamente com a união entre agricultura e artesanato doméstico dentro da própria comunidade (auto-suficiência), teriam dado origem, conforme explica Marx, a um sistema social com características bastante especiais, o chamado *sistema de aldeias (Dorfsystem)*, o qual concede a cada uma destas pequenas uniões comunitárias uma organização independente e distinta tanto em relação à vida política do Estado como também em relação às outras aldeias também auto-suficientes.²⁹ Marx diz que cada aldeia aparece como um “pequeno centro independente”, isolado do restante do mundo.³⁰

Marx diz que diferentes regiões da Índia possuem diferentes formas de comunidades. A lei que regula a divisão do trabalho comunal opera aqui, nestas diversas formas de comunidades, com a *autoridade inflexível* de uma “lei natural”³¹, enquanto cada artesão em particular, como por exemplo, o ferreiro, o oleiro, etc., “realiza todas as operações pertinentes a seu ofício *de maneira tradicional e independente*, sem reconhecer nenhuma autoridade em sua oficina.”³²

Ainda no primeiro livro de *O Capital*, Marx explica que estas *pequenas comunidades antiqüíssimas* baseavam-se primeiramente “na posse comum das terras”; em segundo lugar, “na união direta entre agricultura e artesanato” e, em terceiro, “numa divisão fixa do trabalho”.³³ Se fossem destruídas, acidentalmente ou de forma violenta, serviriam de plano e de fundo para que esta mesma aldeia fosse reconstruída de novo, no mesmo lugar, com os mesmos nomes e se reproduzindo sempre da mesma forma. A produção

²⁸ cf. Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.435.

²⁹ Marx e Engels. *Sobre o colonialismo*. Coletânea de textos. Coleção Teoria, nº 42. Lisboa: Estampa, Lisboa, 1978, p.44/45.

³⁰ Este caráter *auto-subsistente* de cada uma destas pequenas “repúblicas *idílicas*” fica demonstrado em passagem do Livro I de *O Capital* extraída de um relatório inglês que mostra a caracterização de uma aldeia hindu onde há em média uma “dúzia” de pessoas que estão envolvidas nas diversas tarefas de manutenção da mesma, sendo sustentadas pelo restante dos habitantes da comunidade: “em sua forma mais simples a comunidade [hindu] cultiva a terra em comum e distribui seus produtos entre seus membros, enquanto cada família fia, tece, etc., como atividade acessória doméstica (...)” (Marx. *O Capital*. L. I, T. I. Op cit, p.281).

³¹ Marx. *O Capital*. L. I, V. I. op cit, p.281.

³² Marx. *O Capital*. L. I, V. I. op cit, p.281.

³³ Marx. *O Capital*. L. I, V. I. op cit, p.281.

estava destinada ao *auto-consumo* e, por isso, as comunidades “bastavam-se a si mesmas”.³⁴

Marx explica que *organismo produtivo simples* dessas aldeias comunais auto-suficientes (combinação de agricultura e manufatura *dentro* da comunidade) oferecia “a chave para o segredo da imutabilidade das sociedades asiáticas que contrastam de maneira tão impressionante com a constante dissolução e reconstrução dos Estados asiáticos e com as incessantes mudanças de dinastias”.³⁵ A estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade não era atingida pelas “tormentas desencadeadas pelo céu político”³⁶, pois, como dizia Marx em carta a 14 de junho de 1853 endereçada a Engels, os habitantes destas *repúblicas idílicas* “guardavam de forma zelosa somente os limites de sua aldeia, contra as aldeias vizinhas.”³⁷ Os limites das aldeias, segundo Marx, raramente teriam sido alterados, e embora estas aldeias comunais tenham sido repetidas vezes atingidas e mesmo sido devastadas pela guerra, pela fome ou por epidemias, Marx diz que o mesmo nome, os mesmos limites, os mesmos interesses e inclusive as mesmas famílias teriam sobrevivido ali através de gerações. Os habitantes não se preocupavam com o desmoronamento ou a divisão do reino. Desde que sua aldeia permanecesse intacta pouco lhes importava a que poder ela teria sido transferida ou a que soberano teria sido destinada: “Sua economia interna permanece inalterada”.³⁸

Desta forma, o grande segredo – a *chave* – para entender estas sociedades asiáticas seria, na concepção de Marx, a *ausência de propriedade privada da terra*, como esclarece em carta a Engels em junho de 1853:

Bernier considera com razão que a forma básica de todos os fenômenos orientais – refere-se à Turquia, Pérsia e Indostão – encontra-se no fato de que *não existia propriedade privada da terra* (*absence of private landed property*). Esta é a verdadeira chave (*real clef*), inclusive do céu oriental.³⁹

³⁴ Marx. *O Capital*. L. I, V. I. op cit, p.281.

³⁵ Marx. *O Capital*. L. I, V. I. op cit, p.281.

³⁶ Marx. *O Capital*. L. I, V. I. op cit, p.281.

³⁷ (Carta de Marx a Engels em 14 de junho de 1853. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* Op p.77.

³⁸ Marx. *O Capital*. L. I, V. I. op cit, p.281 (Nota de rodapé).

³⁹ (Carta de Marx a Engels em 02 junho 1853. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* Op cit, p.74. (grifos no original). “Bernier rightly sees all the manifestations of the East — he mentions Turkey, Persia and

Na Ásia, diz Marx, a propriedade da terra era monopólio do Estado, restando às comunidades apenas a posse privada da terra e os frutos por ela produzidos. As comunidades apareciam aqui apenas como possuidoras hereditárias (*erbliche Besitzer*) da propriedade fundiária estatal. Mas esta ausência de propriedade fundiária por parte da comunidade aldeã, segundo Marx, era uma ausência apenas aparente, pois ela teria como fundamento a própria propriedade coletiva, comunal da terra nas mãos da comunidade aldeã local. A propriedade, no entanto, aparentava ser estatal, segundo Marx, porque o Estado, na forma asiática, aparecia na condição “natural” de unidade comunal superior, mas a propriedade efetiva da terra, segundo Marx, era da comunidade local (ainda que não propriedade individual, mas coletiva).⁴⁰

Sendo a aldeia o centro unificador da comunidade local, então, segundo Marx, as cidades na forma asiática não teriam grande importância, pois surgiriam somente naqueles locais onde a proximidade com o estrangeiro facilitava a comercialização do excedente ou naquelas regiões próximas a grandes aldeias com grande concentração populacional, onde o déspota e seu séquito poderiam trocar suas receitas por trabalho – como fundos de trabalho (*Arbeitsfonds*) – para a construção de palácios, templos, etc.⁴¹ Esta forma de apropriação comum da terra – onde a Índia aparecia como modelo clássico – Marx teria denominado sob a categoria de *modo de produção asiático*.

Hindustan — as having a common basis, namely the *absence of private landed property*. This is the real *clef*, even to the eastern heaven”. (Sobre a ausência de propriedade privada da terra na Ásia vide também Benoit *O Programa de Transição...* Op cit, p.46).

⁴⁰ Marx. *Elementos fundamentais...* Op cit, p.435.

⁴¹ Marx, em carta a Engels em 1853, comentando ainda sobre o livro de François Bernier, o qual havia trabalhado como médico na Índia durante algum tempo: “(...) ou a quem compreenda o Estado e o governo do país: *que o rei é só e único proprietário de toda terra* do reino, do que segue que toda cidade capital, como Delhi ou Agra, vivam quase totalmente no exército e em consequência esteja obrigada a seguir o rei se este sai em campanha por um tempo qualquer, pois estas cidades não são nem podem parecer como uma Paris *e falando com propriedade, não são outra coisa que acampamentos militares* um pouco melhores e mais convenientemente acomodados que se estivessem em campo aberto (Marx, carta a Engels em 02/06/1853. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* op cit, p.72/73).

1.2 – MARX E O CONCEITO DE MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO

(*asiatische Produktionsweise*)

Segundo Marx estas duas formas originárias mais universais de propriedade da terra vistas acima – a forma eslavo-germânica e a forma oriental –, surgidas a partir da evolução natural da comunidade primitiva, formariam o fundamento econômico-social de vários povos e civilizações. No caso da comuna agrícola ela teria formado, segundo Marx, a base das comunas germânica (em período anterior às invasões ao Império Romano) e russa. Já a forma asiática ou oriental aparece em Marx como uma forma de propriedade aldeã-estatal pós-comunidade primitiva. Sua estrutura econômico-política, fundada na união entre produção agrícola e artesanal dentro da própria aldeia, controlada ao mesmo tempo por um poder despótico acima da própria comunidade, estaria, segundo Marx, na base de muitos povos e civilizações em várias regiões do planeta. Na Ásia, Marx diz que ela teria formado a base das principais civilizações orientais (na China, Mesopotâmia, Índia, Egito, Babilônia, etc); na Europa, esta forma oriental teria preparado, em certo sentido, as bases para a formação da civilização greco-romana e, na América, formaria, ainda segundo Marx, o fundamento das civilizações Inca e Asteca.

Esta universalidade das formações eslava e oriental parece evidenciada em várias passagens de *O Capital* e dos *Grundrisse*, em especial. Por exemplo, Marx, em polêmica contra os germanófilos do século XIX – os quais, segundo Marx, embebidos por um pseudo-nacionalismo teutônico, pretendiam que somente os germânicos teriam vivido, num período antigo, sob a forma da propriedade comunal –, afirma que esta forma de propriedade comunal naturalmente desenvolvida (*naturwüchsig Gemeineigentum*) nem seria exclusivamente eslavo/germânica e que nem mesmo seria exclusivamente européia, mas ela estaria no fundamento (*Grund*) da própria forma oriental/asiática e que formaria, inclusive, a base originária da sociedade greco-romana:

É um preconceito ridículo, difundido recentemente, de que a forma de propriedade comunal (*Form des naturwüchsigen Gemeineigentums*) que se desenvolveu de forma natural seja especificamente eslava, até mesmo exclusivamente forma russa. Ela é a forma original (*die Urform*), que podemos comprovar entre os romanos, germanos, celtas, da qual, porém, um mostruário completo com múltiplas provas (*Musterkarte mit mannigfachen Proben*)

encontra-se ainda hoje entre os hindus (*bei den Indiern*), mesmo que parcialmente em ruínas. Um estudo mais exato das formas asiáticas de propriedade comunal, especialmente das indianas, comprovaria como das distintas formas de propriedade comunal desenvolvidas naturalmente resultam diferentes formas de dissolução (*Ein genaueres Studium der asiatischen, speziell der indischen Gemeineigentumsformen würde nachweisen, wie aus den verschiednen Formen des naturwüchsigen Gemeineigentums sich verschiedene Formen Auflösung ergeben*). Assim podem ser derivadas (*ableiten*), por exemplo, os diferentes tipos originais (*Originaltypen*) de propriedade privada romana e germânica das diferentes formas de propriedade coletiva indiana.⁴²

Nos *Grundrisse*, Marx reafirma este caráter comunal oriental/asiático na origem das formações greco-romanas e mesmo entre a forma germânica. Esta forma comunal de propriedade, segundo Marx, apareceria como o *fundamento oculto*, mas ao mesmo tempo *contraditória* (*die geheime, wenn auch gegensätzliche Grundlage*) destes povos onde as forças produtivas seriam já mais avançadas (ainda que se pudesse questionar tal “avanço” econômico-social entre os germânicos pré-feudais):

A forma originária desta propriedade [da propriedade fundada sobre a base de uma *entidade comunitária*, J.A.] é, em consequência, ela mesma *propriedade comum imediata* (*forma oriental*, modificada na eslava, desenvolvida até sua antítese, mas, não obstante, ainda fundamento oculto, mesmo que contraditório, na propriedade antiga e germânica).⁴³ (Die ursprüngliche Form dieses Eigentums ist daher selbst *unmittelbares Gemeineigentum* (*orientalische Form*, modifiziert im slawischen; bis zum Gegensatz entwickelt, aber doch als die geheime, wenn auch gegensätzliche Grundlage im antiken und germanischen Eigentum).⁴⁴

Segundo Marx, haveria uma *lei geral da história* que regeria a história oriental, ou seja, na concepção de Marx haveria uma lei geral (*allgemeine Regel*) que fundamentaria o próprio *modo de produção asiático* (*asiatische Produktionsweise*). Esta lei, segundo Marx,

⁴² Marx. *O Capital*. L I; Vol I. Op cit, p.74; Marx. *Das Kapital*. MEW, Band XXIII, S.11-802, Dietz Verlag, Berlin/DDR, 1962.

⁴³ Marx. *Elementos fundamentais...* Op. cit, p.458. (grifos no original).

⁴⁴ Marx. *Formen die der kapitalistischen Produktion vorhergehen*. In: *Grundrisse*. Band 42. op cit, p.405. (grifos no original).

seria a *lei da imutabilidade da história*, uma lei da não-negação *profunda* da natureza (*nicht-Negation der Natur*):

Sem dúvida, por mais lamentável que seja do ponto de vista humano ver como se desorganizam e se dissolvem estas dezenas de milhares de organizações sociais trabalhadoras, patriarcais e inofensivas; por triste que seja vê-las sumir em um mar de dor, contemplar como um de seus membros vai perdendo as velhas formas de civilização e seus meios tradicionais de subsistência, não devemos esquecer ao mesmo tempo que estas idílicas comunidades rurais (*idyllischen Dorfgemeinschaften*), por inofensivas que parecessem, constituíram sempre uma sólida base para o despotismo oriental (*orientalischen Despotismus*) (...) Não devemos esquecer o bárbaro egoísmo que, concentrado num mísero pedaço de terra, contemplava tranquilamente a ruína de impérios inteiros, a perpetuação de crueldades indizíveis, o aniquilamento da população das grandes cidades, sem prestar a isto atenção maior do que aos fenômenos da natureza, e convertendo-se, por sua vez, em presa fácil para qualquer agressor que se dignasse a fixar nele sua atenção (...) Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades estavam contaminadas pelo sistema de castas (*Kastenunterschiede*) e pela escravidão (*Sklaverei*), que submetiam o homem às circunstâncias exteriores em lugar de torná-lo soberano de tais circunstâncias, que converteram o seu estado social que se desenvolvia por si só em um destino natural e imutável (*unveränderliches und naturgegebenes Schicksal*).⁴⁵

A história asiática parecia ser, portanto, segundo de Marx, uma história imutável, uma história sem devir. Durante séculos a Índia teria sido invadida por povos bárbaros estrangeiros. Estes povos bárbaros invasores, no entanto, segundo Marx, seriam povos de cultura muito inferior à cultura hindu propriamente dita. A Índia, segundo Marx, ao longo de milênios, teria desenvolvido uma forma de organização sócio-cultural que a tornava imune às culturas bárbaras inferiores. Marx explica que os bárbaros poderiam tomar o controle político e militar do país, mas necessariamente teriam que se adaptar às condições sócio-culturais hindus, pois eram política e culturalmente inferiores aos indianos, como explica Marx em seu artigo *Futuros resultados da dominação britânica na Índia*:

⁴⁵ Marx. *A dominação britânica na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* op cit, p.84-85.

De acordo com a lei imutável da história (*by an eternal law of history*, no original inglês), diz Marx, os conquistadores bárbaros são conquistados pela civilização superior dos povos subjugados por eles (...) Os árabes, os turcos, tártaros e os mongóis, que conquistaram sucessivamente a Índia, foram rapidamente *hinduizados*.⁴⁶

A Índia, segundo Marx, apesar de militar e politicamente inferior a seus conquistadores, era muito superior *culturalmente*. Por isso, apesar de colonizada, submetia, de forma contraditória, o colonizador a seu modo de vida. Assim, ao ser subjugada militar e politicamente, a Índia passava, pois, segundo Marx, de mãos em mãos, sendo governada ora por um ora por outro povo bárbaro invasor. No entanto, completa Marx, sua estrutura econômica, ou seja, os *fundamentos* de sua sociedade permaneciam inalterados. O *sistema de aldeias*, segundo Marx, como dissemos anteriormente, não era atingido pelas tormentas do *céu político*. Estas pequenas comunidades aldeãs, mesmo governadas por povos não-hindus, conservavam seu milenar modo de produção, com seu caráter auto-suficiente e sem se importar para qual soberano deveriam fazer honras ou destinar seu excedente. Configurava-se, assim, pois, por princípio, segundo Marx, o caráter milenar da imutabilidade da sociedade hindu. Segundo Marx, seria esta imutabilidade que configuraria os fundamentos do conceito de modo de produção asiático, o qual, segundo Marx, somente teria sido destruído quando a Índia, com sua história de conquistas estrangeiras, teria sido conquistada não mais por um povo de cultura inferior, mas por um povo que teria uma cultura muito superior à sua, capaz de não se submeter a seu modo imutável de vida, mas capaz de impor, à força, um modo de vida e produção da vida material e cultural que destruísse o caráter estagnado da Índia e construísse ali um modo de produção dinâmico e capaz de pôr em ato as ricas e potenciais forças produtivas e humanas do Oriente.

Assim, pois, quando os ingleses conquistaram a Índia, no início do século XIX, explica Marx, na Índia lutavam entre si muçulmanos contra hindus, tribos contra tribos e castas contra castas. A sociedade hindu, na concepção de Marx, se baseava em um frágil equilíbrio resultante da repulsão geral e do exclusivismo constitucional reivindicado pelos membros das várias castas e etnias. O que haveria de novo e progressista na dominação

⁴⁶ Marx. *Futuros resultados da dominação britânica na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* Op cit, p.101.

britânica na Índia, segundo Marx, apesar dos métodos estúpidos praticados pelos ingleses (bastante criticados por Marx) seria o fato de que os ingleses teriam sido o primeiro povo conquistador de civilização *superior* à hindu e, por isso, teriam permanecido imunes à cultura hindu.⁴⁷ Ao invés de se hinduizarem, como havia acontecido com os conquistadores predecessores da Índia, os ingleses, segundo Marx, teriam imposto aos hindus o princípio de sua cultura, da cultura *ocidental*. Ou seja, segundo Marx, os ingleses teriam “britanizado” (ou, “europeizado”) a Índia. O sistema comunalista e auto-suficiente de aldeias hindu teria sido destruído em sua maior parte, segundo Marx, não tanto pela brutalidade britânica em si, mas principalmente pela ação agressiva da indústria britânica e por sua impiedosa forma “liberal” de comércio.⁴⁸

Por isso, na concepção de Marx, haveria história na Índia antes da invasão imperialista da Inglaterra não (pelo não como história de luta entre classes). A introdução do capitalismo inglês na Índia teria sido fundamental, na visão de Marx, para a integração da Índia na história que tem a propriedade privada dos meios de produção como fundamento de suas relações econômico-sociais. O sistema de castas, base da estrutura social hindu, segundo Marx, mantinha a divisão do trabalho inalterada. Os ingleses, no entanto, teriam quebrado este imobilismo da divisão de castas no trabalho doméstico-artesanal e teriam instituído formas de apropriação privada da terra na Índia.⁴⁹

As sociedades fundadas no princípio do modo de produção asiático, porém, segundo Marx, teriam permanecido *aquém* da história, pois seu modo de produção não teria engendrado, de forma predominante, segundo Marx, a apropriação privada da terra (*Privateigentum*), e não teriam desenvolvido, assim, conforme Marx, classes sociais em luta pela apropriação privada das riquezas sociais. A Índia aparecia assim, para Marx, como o modelo de sociedade *sem-história*, pois, parece que para Marx a história que não promovesse a interferência na estrutura produtiva não seria história propriamente dita, mas apenas a história de acontecimentos superficiais e sem caráter transformador:

⁴⁷ Marx e Engels. In: Godelier. *Sobre el modo de producción asiático*. Op cit, p.101.

⁴⁸ Marx e Engels. In: Godelier. *Sobre el modo de producción asiático*. Op cit, p.83-84.

⁴⁹ Como explica Marx no artigo *A Índia* sobre a revolução fundiária promovida pelos ingleses na Índia: “O zemindari e o ryotwari foram revoluções agrárias, realizadas pelos militares britânicos, e antagônicas entre si: uma democrática, outra aristocrática; uma caricatura da propriedade latifundiária inglesa, a outra da francesa, mas ambas perniciosas” (Marx. *A Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo de producción asiático*. Op cit, p.96).

A Índia não poderia escapar a seu destino de ser conquistada, e toda sua história passada, pressupondo que tenha havido tal história, é a sucessão das conquistas sofridas por ela. A *sociedade hindu carece por completo de história (die indische Gesellschaft hat überhaupt keine Geschichte)*, ou pelo menos de história conhecida. O que chamamos de *história da Índia* não é nada mais que a história dos sucessivos invasores que fundaram seus impérios sobre a *base passiva dessa sociedade imutável* e que não lhes oferecia nenhuma resistência.⁵⁰ (*Indien konnte daher dem Schicksal, erobert zu werden, nicht entgehen, und seine ganze geschichtliche Vergangenheit, soweit es überhaupt eine solche hatte, ist die Geschichte der ununterbrochenen Reihe von Eroberungen, denen es ausgesetzt war. Die indische Gesellschaft hat überhaupt keine Geschichte, zum mindesten keine bekannte Geschichte. Was wir als ihre Geschichte bezeichnen, ist nichts anderes als die Geschichte der aufeinanderfolgenden Eindringlinge, die ihre Reiche auf der passiven Grundlage dieser widerstandslosen, sich nicht verändernden Gesellschaft errichteten*).⁵¹

Se a forma asiática seria, para Marx, uma forma de sociedade sem-história, na mesma medida, porém, seria também a forma eslavo/germânica, pois ali, segundo Marx, não teria surgido, de forma natural, nem a cidade-Estado (como entre os greco-romanos) e nem mesmo a forma estatal-despótica asiática.⁵² Segundo Marx, os germânicos pré-feudais não teriam chegado a desenvolver nenhuma forma de organização burocrático-estatal que pudesse vir a promover a união (centralização) das forças potencialmente progressistas da entidade comunal (*Gemeinwesen*). A comunidade germânica, pois, segundo Marx, não apareceria perante o estrangeiro como *unidade (Einheit)*, como indivíduo coletivo, mas ao contrário, para Marx, esta comunidade germânica aparecia frente ao exterior de forma totalmente fragmentada e, conseqüentemente, fragilizada perante os seus potenciais inimigos. Os membros da comuna germânica somente se juntariam – reunir-se-iam –, segundo Marx, em ocasiões especiais (festas, casamentos, etc). Fora isto, Marx diz que eles

⁵⁰ Marx. *Futuros resultados da dominação britânica na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo de producción asiático*. op cit, p.101 (grifado por nós).

⁵¹ Marx. *Die künftigen Ergebnisse der britischen Herrschaft in Indien*. MEW. Band IX. S.220. Dietz Verlag, Berlin/DDR 1960. (grifo nosso).

⁵² Como diz Maria Sonsoles Guerras sobre as características dos povos sócio-culturais dos povos germânicos: “Os germanos desconheciam Estado e cidade. Sua vida social estava centrada na comunidade, na tribo, no clã, enfim, na família, em que o indivíduo encontrava sua razão de ser. A base de toda estrutura social estava na *Sippe* (comunidade de linhagem que assegurava a proteção ao grupo de pessoas sob sua autoridade” (GUERRAS, M. S. *Os Povos Bárbaros*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ática, 1987, p.15).

viviam dispersos na condição de famílias individuais pelos bosques da futura Alemanha e adjacências. Neste sentido, portanto, a forma germânica de propriedade, do ponto de vista da evolução sócio-cultural, para Marx, seria não somente *pré-grega*, mas também *pré-asiática*, ou seja, a forma germânica (*Ackerbaugemeinde*) apareceria para Marx como uma forma de comunidade ainda *pré-estatal*:

Entre os germanos, nos quais os cabeças de famílias se estabelecem nos bosques, separados por grandes distâncias, a comunidade só existe se considerada externamente (*äußerlich*), através de cada ato de reunião de seus membros, ainda que sua *existência em si mesmo* (*ihre an sich seiende Einheit*) esteja posta na ascendência, na língua, no passado e na história comuns, etc. Em consequência, a *comunidade* (*Gemeinde*) aparece como uma *reunião* (*Vereinigung*) e não como uma *união* (*Einigung*), [aparece] como acordo entre sujeitos autônomos que são proprietários da terra (*deren sulbständige Subjekte die Landeigentümer bilden*), [e] não como unidade (*Einheit*). Por isso, a comunidade não existe in fact como Estado (*Staat*), como *entidade estatal* (*Staatswesen*), tal como entre os antigos, porque não existe como *cidade* (*Stadt*). Para que a comunidade adquirisse uma existência real (*wirkliche Existenz*), os livres proprietários da terra devem reunir-se em *assembléia* (*Versammlung*), enquanto que em Roma, por exemplo, a comunidade *existe* (*existiert*), fora das assembléias, na presença da *cidade mesma* (*Stadt selbst*), e dos funcionários que estão à sua frente, etc.⁵³

Assim, parece que, do ponto de vista de Marx, as sociedades estruturadas tanto sob a forma da comuna rural eslavo/germânica (*Ackerbaugemeinde*) como também sob a forma do modo de produção asiático seriam, conceitualmente, sociedades *pré-históricas* (*Urgeschichte*), seriam sociedades *pré-ocidentais*. Estas duas formas de propriedade fariam parte, segundo Marx, da fase de *transição* entre a comunidade primitiva (sociedades sem classes) e as sociedades de classes propriamente ditas, ou seja, seriam anteriores ao modo de produção escravagista greco-romano, a qual apareceria como a primeira sociedade de classes.⁵⁴

⁵³ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.442-443; Marx. *Grundrisse*. MEW, Band 42. Dietz Verlag Berlin, 1983, S.391.

⁵⁴ Como explica Benoit: “A história universal, para Marx, seria uma totalização que foi sendo forjada pelo desenvolvimento das contradições da história da luta de classes, ou seja, a continuidade (ainda que permeada

A Ásia, segundo Marx, teria estado até então *aquém* da história da luta de classes, pois teria permanecido durante milênios no modo de produção asiático⁵⁵, o qual aparece para Marx como um modo de produção *transitório* entre a sociedade sem classes sociais (a comunidade primitiva - *die Urgemeinschaften*) e os modos de produção que seriam regidos pela luta de classes, ou seja, pelos modos de produção *escravista, feudal e capitalista*, os quais, segundo Marx, no desenvolvimento da sociedade ocidental, coincidiriam com esta ordem sucessória, mas que não seriam, em hipótese alguma, a *marcha* histórica pela qual todas as sociedades estariam, *necessariamente*, obrigadas a passar, como esclarece Marx em carta de à redação de um jornal russo, em 1877, em polêmica contra um autor que teria, segundo o próprio Marx, tentado falsear sua teoria da história *ocidental*, exposta no capítulo XXIV de *O Capital*, e tentando transformá-la numa marcha universalmente necessária a todos os povos:

O capítulo sobre a acumulação originária não pretende mais que traçar o caminho pelo qual surgiu a ordem econômica capitalista, na Europa ocidental, de seio do regime econômico feudal. Por isso, descreve o movimento histórico que, ao separar os produtores de seus meios de produção, os converte em assalariados (em proletários, no sentido moderno da palavra) ao mesmo tempo que converte em capitalistas aqueles que possuem os meios de produção. Nestas história “fazem época todas as revoluções que servem de alavancas para o avanço da classe capitalista em formação; e, sobretudo, aquelas que, depois de despojar as grandes massas de homens de seus meios tradicionais de produção e subsistência, as lança subitamente no mercado de trabalho. Mas a base de todo este desenvolvimento é a expropriação dos cultivadores. Até agora isto somente se realizou de maneira radical

por discontinuidades, dispersões e regressões) dos seguintes modos de produção: *comunidade primitiva, o modo de produção asiático* (às vezes designado como ‘despotismo asiático’, ou ‘forma asiática’, que seria o modo de produção intemediário entre a sociedade sem classes e a sociedade ‘ocidental’ – a sociedade propriamente de classes); *modo de produção escravocrata; modo de produção feudal* (idade média européia); *modo de produção capitalista; socialismo*; e, finalmente, a superação total da sociedade de classes, o *comunismo*. Neste último estágio, superadas definitivamente as relações de produção burguesas, segundo Marx, chegaríamos, propriamente à *história*, sendo que todas as formas anteriores poderiam ser interpretadas como uma espécie de *pré-história* da humanidade” (Benoit. *O Programa de Transição...* Op cit, p.49).

⁵⁵ Como diz Benoit, “A Ásia permaneceu estável durante milênios no modo de transição entre a sociedade sem classes – comunidade primitiva – e a sociedade de classes – modo de produção escravagista”. (Benoit. *O Programa de Transição...* Op cit, p.53).

somente na Inglaterra... mas todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo movimento” (*El Capital*, ed. Francesa, 1879, p.315).⁵⁶

Para Marx, sociedades onde a forma de apropriação estaria determinada sob a estrutura de um regime de castas seriam muito diferentes de sociedades onde a forma de apropriação encontrar-se-ia determinada sob um regime de classes sociais. Conforme a estrutura de uma sociedade estivesse baseada num sistema de castas ou em classes sociais, a relação de apropriação da riqueza social por cada elemento constituinte de tal sociedade estaria determinada, na concepção de Marx, pela posição que o mesmo ocupasse na produção e distribuição desta riqueza. O elemento nasceria em uma determinada casta e pertenceria a ela por toda sua vida, seguiria uma determinada profissão herdada de seu pai, (a qual, para ele era, na verdade, *pré-determinada*) que a teria herdado de seu avô... No sistema de castas a pessoa não tinha liberdade para escolher em que ramo trabalhar e o que produzir. Não poderia trabalhar e produzir senão dentro daqueles padrões pré-estabelecidos por “leis consuetudinárias” (que se teriam se tornado leis “jurídicas” somente após terem já sido cristalizadas no costume). Os escribas, por exemplo, faziam parte de uma casta relativamente privilegiada nas sociedades nas quais imperava o modo de produção asiático, pois, seriam estratégicos na administração burocrática do poder estatal. No regime de castas não havia o “indivíduo” nem a “livre iniciativa”, como explica Marx nos *Grundrisse*:

Onde está posta já a separação dos membros da comunidade como proprietários privados (*Privateigentümer*) com relação aos membros a si mesmos como comunidade urbana e como proprietários dão território urbano, se tornam presentes também condições através das quais o indivíduo pode *perder* (*verlieren*) sua propriedade, quer dizer se dá a dupla relação que o torna cidadão (*Bürger*) de mesmo grau que os outros, membro da entidade comunal e o torna [ao mesmo tempo] *proprietário* (*Eigentümer*). Na forma oriental esta *perda* (*Verlieren*) esta perda quase não é possível, exceto por influxos completamente exteriores (*außer durch gans äußere Einflüsse*), pois o membro individual da comunidade (*einzelne*

⁵⁶ Marx. *Carta de Marx ao diretor do 'Otiechestviennie Zapiski'*. In: Marx e Engels, Godelier, *Sobre el modo de...* op cit, p.168-169; (Marx. *Brief an die Redaktion der "Otieschestwennyje Sapiski"*. Geschrieben etwa November 1877. MEW. Dietz Verlag, Berlin. Band 19, 4. Auflage 1973, unveränderter Nachdruck der 1. Auflage 1962, Berlin/DDR. S. 107-112).

Mitglied des Gemeinwesens) nunca entra em uma relação livre com ela, de forma que pudesse perder o vínculo (*Band*) objetivo, econômico com a comunidade.⁵⁷

Como se pode perceber nas palavras do próprio Marx, na Ásia não haveria uma relação de independência, de autonomia do membro comunal com relação à entidade comunal: fora dela, o indivíduo não era nada. Ou seja, segundo Marx, no Oriente antigo não existia o cidadão-proprietário (*Bürger* ou *Eigentümer*) dono de seu destino, como na sociedade greco-romana.

Conforme a concepção histórico-dialética de Marx parece que em sua concepção teriam sido os gregos (e somente os gregos) quem teriam criado um processo contraditório interno de apropriação privada da natureza. Com os gregos das épocas arcaica e clássica, segundo Marx, teria surgido a apropriação privada da terra e as contradições entre proprietários e não-proprietários da riqueza social. Com isto, segundo Marx, teriam surgido também as classes sociais e o antagonismo entre as mesmas. Por isso, para Marx, a história como *história da luta de classes* parece que teria começado efetivamente com os gregos e a história da Europa apareceria, na concepção de Marx, como a história do desenvolvimento da contradição fundante da luta de classes, a qual, posteriormente, teria se transformado *história universal* (*Weltgeschichte*):

Dos servos da Idade Média nasceram os burgueses livres das principais cidades (...) A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações (...) Todavia, a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente (...) A grande indústria suplantou a manufatura (...) A grande indústria criou o mercado mundial (*die große Industrie hat den Weltmarkt hergestellt*), preparado pela descoberta da América (...) Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca (*Wir sehen also, wie die moderne Bourgeoisie selbst das Produkt eines langen Entwicklungsganges, einer Reihe von Umwälzungen in der Produktions- und Verkehrsweise ist*) (...) Onde quer

⁵⁷ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.454. (Como diz Benoit sobre a estrutura de castas das sociedades orientais e o conseqüente enrijecimento das relações sociais e de produção: “O sistema de castas, característico do modo de produção asiático, teria permitido uma certa estruturação estável entre forças produtivas e relações de produção, não realizando, assim, mudanças diacrônicas, nem a negação da natureza em profundidade”. (Benoit. *O Programa de Transição...* Op cit, p.53-54).

que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu (*zerstört*) as relações feudais, patriarcais e idílicas (*idyllischen*) (...) Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita (*kosmopolitisch gestaltet*) à produção e ao consumo em todos (*alle*) os países.⁵⁸

2 – AS FORMAÇÕES HISTÓRICAS CONTRADITÓRIAS QUE PRECEDERAM A FORMAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

2.1 – A HISTÓRIA DA EUROPA OCIDENTAL COMO HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES

Como dissemos na Introdução de nosso trabalho, a história para Marx aparece como a história da separação entre homem e natureza, uma história que se manifestaria, a partir de determinado momento de sua evolução, segundo Marx, como a história da luta de classes (*die Geschichte von Klassenkämpfen*).

É no prefácio de *Para uma Crítica da Economia Política*, de 1859, que Marx enuncia de forma clara e quase dogmática o processo histórico geral formador da história universal. Apresenta ali a seqüência dos modos de produção percorridos pela Europa ocidental em mais de 3 mil anos de história. Esta história, segundo Marx, inicia-se a partir da forma oriental, a qual em seguida teria se transmutado na forma escravagista greco-romana e evoluído, em seguida, para a forma feudal que, finalmente, deu origem ao modo de produção capitalista:

⁵⁸ (MARX & ENGELS. *O Manifesto Comunista*. In: TEXTOS III. São Paulo: Ed. Sociais. S/d., p.22-25; Marx und Engels. *Manifest der Kommunistischen Partei*. MEW. Dietz Verlag, Berlin. Band 4, 6. Auflage 1972. S.462-466). Como explica Benoit: “O que o texto [*O Manifesto Comunista*] está literalmente dizendo é de maneira efetiva que a história começaria com o modo de produção escravagista, ou seja, com a história grega”. (BENOIT, Hector. *A luta de classes como fundamento da história*. In: *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*. São Paulo: Xamã, 1998. Organizado por Caio Navarro de Toledo, p.62). Benoit, em aula na Pós-graduação em Filosofia do IFCH-Unicamp em 2002, teria explicado também que para compreendermos o surgimento da propriedade privada da terra na Grécia antiga, bem como a forma pela qual as cidades-Estado gregas se estruturaram, seria fundamental compreendermos suas origens, as quais teriam se iniciado em seu passado “asiático” – civilização creto-micênia. Segundo Benoit, seria a partir da destruição destas formas despóticas por invasores bárbaros e da conseqüente ausência por longo tempo de um centro apropriador do excedente que surgiriam as bases da *pólis* democrática grega, assentada na propriedade privada do solo e mão de obra escrava.

Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser considerados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade (*In großen Umrissen können asiatische, antike, feudale und modern bürgerliche Produktionsweisen als progressive Epochen der ökonomischen Gesellschaftsformation bezeichnet werden*).⁵⁹

Duas décadas antes, em 1848, Marx publicara, juntamente com Friedrich Engels, o *Manifesto do Partido Comunista*. Ali, ambos apresentaram sua concepção geral de história: *A história de todas as sociedades até nossos dias é a história da luta de classes*.⁶⁰ No entanto, se em 1859 as sociedades asiáticas são citadas como formadoras de uma das *épocas progressivas da formação econômica da sociedade*, aqui, no *Manifesto Comunista*, no entanto, elas estão ausentes, como fica claro na enunciação das sociedades que teriam feito a história da luta de classes: *homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, e burguesia e proletariado*.⁶¹ Como podemos perceber, no *Manifesto* ficaram excluídos da história da luta de classes tanto o período que precede o surgimento da propriedade privada na Grécia (Idade *homérica* ou *heróica*), bem como, a história das milenares sociedades asiáticas.⁶²

Como justificar, então, que Marx não incluísse nesta “lista” de sociedades contraditórias aquelas milenares sociedades asiáticas, as quais, como é notório, teriam organizado Estados com aparatos burocráticos e centralização política poucas vezes vistas na história da humanidade e que causam espanto e admiração a todos? Teria talvez Marx “se esquecido” de enunciá-las? Ou seria Marx um “eurocentrista”, que estivesse empenhado em meramente exaltar as proezas do Ocidente e não reconhecesse o “alto nível

⁵⁹ Cf. MARX, Karl. *Para uma Crítica da Economia Política – Prefácio*. São Paulo: Martins Fontes, p.53; (Marx. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. MEW, Band XIII, p.9, Vorwort).

⁶⁰ Marx e Engels. *O Manifesto Comunista*. Op cit, p.21; No original alemão: „Die Geschichte aller bisherigen Gesellschaft ist die Geschichte von Klassenkämpfen“. (Marx. *Manifest der Kommunistischen Partei*. MEW, Dietz Verlag, Berlin. Band 4, 6. Auflage 1972. S.462).

⁶¹ MARX & ENGELS. *O Manifesto Comunista*. TEXTOS III. São Paulo: Edições Sociais. S/d., p.21/22. (Cf, também Benoit. *A luta de classes...* op cit, p.50).

⁶² Como diz Benoit: “(...) Quer dizer ... que somente se chama de ‘história’ o período a partir do qual existem classes sociais em luta. A história é entendida exatamente como o devir contraditório resultante da luta de classes, ou seja, o devir contraditório que surge na maneira antagônica através da qual, a partir de certo momento, os homens produzem e reproduzem sua vida”. (BENOIT, Hector. *A Luta de Classes como Fundamento da História*. In: Caio Navarro de Toledo (org): *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*. Campinas: Xamã-IFCH/Unicamp, 1998, p.63).

cultural” a que teriam se desenvolvido muitas daquelas sociedades milenares? Por quê teria Marx esquecido aqui, ao contrário do que fizera em *Para uma Crítica da Economia Política*, de listar o modo de produção asiático como uma das etapas progressivas da história humana? Seria talvez pela circunstância de serem Marx e Engels, em 1847, muito jovens e não ainda terem conhecimento suficiente sobre o desenvolvimento das sociedades asiáticas antigas? Parece-nos que a resposta seria no sentido de que nenhuma destas perguntas (tantas vezes formuladas por intelectuais marxistas) poderia ser respondida de forma afirmativa.⁶³

Desde pelo menos *A ideologia alemã* (1844) Marx e Engels tinham uma posição clara sobre a Ásia no fazer histórico dos homens. Nesta obra, em uma crítica aos historiadores idealistas, Marx e Engels comentam que estes fariam a divisão do trabalho entre hindus e egípcios derivar do sistema de castas quando, na realidade, seria exatamente o contrário: “Quando a forma tosca sob a qual se apresenta a divisão do trabalho entre os hindus e entre os egípcios suscita nesses povos um regime de castas próprio de seu Estado e de sua religião, o historiador crê que o regime de castas é a força que engendrou essa forma social tosca”.⁶⁴ Também em a *Miséria da Filosofia* (início de 1847), como dissemos na Introdução, Marx faz referência direta ao sistema de castas. Parece, portanto, que quando escreveram o *Manifesto Comunista*, como diz Benoit, Marx e Engels já teriam a consciência precisa de que o processo histórico transcorrido na Ásia era fundamentalmente diferente daquele percorrido pelo Ocidente europeu.

No entanto, permanece a dúvida: por que no prefácio de 1859 aparece uma referência ao modo de produção asiático como uma das fases da história, ao contrário do exposto no *Manifesto*? Parece-nos que a resposta estaria relacionada ao fato de que Marx, ao enunciar a existência de uma *linha geral da história* no prefácio de 1859, estava expondo, ali, precisamente, o processo histórico trilhado unicamente pela civilização européia ocidental, pois, se a história enquanto história da luta de classes começaria com os gregos – como descrito no *Manifesto* – e haveria um período “asiático” na formação da história da luta de classes (exposto no *Prefácio de 59*), então parece que Marx realmente

⁶³ Cf. as análises de Benoit sobre o suposto “envelhecimento” do conceito de luta de classes formulado por Marx e Engels (Benoit, *A luta de classes como fundamento da história*. Op cit).

⁶⁴ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1999. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, p.58.

pensava uma fase “asiática” na pré-história grega, anterior à fase grega Clássica, como afirmado por Marx na carta à russa Vera Zasulich:

Analizando a gênese da produção capitalista, digo: ‘No fundamento do sistema capitalista existe, pois, a separação radical entre o produtor e os meios de produção (*die radikale Trennung des Produzenten von den Produktionsmitteln zugrunde liegt*)... a base de toda esta evolução é a *expropriação dos cultivadores (die Expropriation der Ackerbauern)*. Até agora, ela [a separação] aconteceu de modo radical somente na Inglaterra... *Mas todos os outros países da Europa ocidental (Länder Westeuropas) percorrem o mesmo movimento.* (grifado no original).⁶⁵

Em 1847, quando Marx e Engels escreveram o *Manifesto*, como lembra Benoit, a arqueologia era ainda uma prática bastante amadora.⁶⁶ Era lugar-comum, no entanto, no meio intelectual europeu dos séculos XVIII e XIX a afirmativa de que a Grécia teria uma origem asiática. Os povos que formaram as cidades-Estado gregas – povos *indo-europeus* – teriam migrado, num período remoto, de regiões da Ásia Menor para o Mediterrâneo oriental. Hegel, por exemplo, nas suas *Lições sobre a filosofia da história universal* – o qual, como dissemos, muito teria influenciado Marx em sua concepção histórica – defende também esta teoria asiática pré-helênica: “(...) *Um povo que possui, como os gregos, uma base antecedente oriental (...)*”.⁶⁷

Marx, enquanto homem de seu tempo, certamente partilhava desta teoria. O que é interessante observarmos aqui é que os estudos arqueológicos gregos posteriores confirmam esta origem oriental da Grécia arcaica.⁶⁸ Esta confirmação da teoria de Marx sobre o passado “oriental” dos helenos teria se confirmado, parece-nos, não no sentido de

⁶⁵ (Marx. *Carta à Vera Zasulich em 08 de março de 1881*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* op cit, p.167). No original alemão: „Bei der Behandlung der Genesis der kapitalistischen Produktion habe ich gesagt, daß ihr "die radikale Trennung des Produzenten von den Produktionsmitteln zugrunde liegt" (p. 315, col. 1, ed. frcs. "Le Capital") und: "die Grundlage dieser ganzen Entwicklung ist die Expropriation der Ackerbauern. Sie ist auf radikale Weise erst in England durchgeführt... Aber alle anderen Länder Westeuropas durchlaufen die gleiche Bewegung" (l.c. col. 2).“ (Marx. *Entwürfe einer Antwort auf den Brief von V. I Sassulitsch*. Dietz Verlag, Berlin. Band 19, 4. Auflage 1973. S.384).

⁶⁶ Benoit. *A luta de classes...* Op cit, p.45.

⁶⁷ HEGEL, Geoges W. Friedrich. *Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal*. 3ª edição. Madrid: Revista do Ocidente. Tomo II, 1953. Tradução de Jose Gaos, p.62.

⁶⁸ Cf. FINLEY, Moses. *Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. Também Benoit. *A luta de classes...* Op cit, p.45.

que tais origens estariam diretamente no Oriente, mas de que no próprio território onde teria se desenvolvido a sociedade grega teriam existido formas de sociedades que possuíam estruturas econômico-sociais de tipo asiático (no sentido categorial do termo: *modo de produção asiático*), as quais estariam, em alguma medida, ligadas à formação da Grécia Clássica.⁶⁹

2.2 – FORMA GRECO-ROMANA: MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVAGISTA

Como dissemos, as formas asiáticas, com suas variantes, aparecem nos *Grundrisse* como as primeiras formas de sociedades superiores à comunidade primitiva. Porém, Marx, ao referir-se à forma Antiga Clássica, não parte da superação imediata da forma da comunidade primitiva para tentar compreender a formação greco-romana. Marx parte já da necessidade de superação dos limites que a formação asiática, posta então na região mediterrânea, havia imposto a helenos e romanos. Quer dizer, para explicar como teria se dado o processo de formação da *pólis* antiga (na forma de cidades-Estado autônomas), Marx parte de um ponto de desenvolvimento histórico já bastante avançado, quando a os fundamentos (*Grund*) da sociedade greco-romana estariam já plenamente estruturados:

A segunda forma – a qual, como na primeira [a forma oriental], deu origem a modificações essenciais, historicamente, etc. – produto de uma vida histórica mais dinâmica (*bewegten*), *do destino e das modificações das tribos originárias*, tem também como primeiro pressuposto uma *entidade comunitária*, mas não mais como no primeiro caso onde os indivíduos formam a substância da qual são meros acidentes (*Akzidenzen*) ou meros componentes naturais; tampouco supõe a terra como base, mas a cidade como sede já desenvolvida (centro) dos camponeses (proprietários da terra). A terra de cultivo aparece como território da cidade, não mais como mero acessório da terra.⁷⁰

Como se percebe, Marx parte aqui de um período histórico onde a sociedade greco-romana já estaria estruturada em forma de cidades-Estado autônomas (*pólis*) e a forma

⁶⁹ Cf. VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1981, p.5.

⁷⁰ Marx. *Elementos fundamentais...* Op cit, p.436. (grifos nossos).

estatal centralizada e despótica, que abrangia um vasto território, há muito ficara para trás no Mediterrâneo ocidental. A cidade, aqui, segundo Marx, aparece como a *sede* (*Sitz*), base e centro dinâmico da comunidade dos cidadãos-camponeses. A terra de cultivo – a área rural – aparece como *território da cidade* (*Territorium der Stadt*) e não mais a simples aldeia “asiática” anterior como simples complemento do fundamento rural.⁷¹

Esta terra agora, diz Marx, não mais oferece obstáculos para que o comportamento do indivíduo para com ela apareça como sua natureza inorgânica, sua oficina, objeto de trabalho, meio de trabalho e meio de vida. Os únicos problemas que esta comunidade urbana poderia sofrer, segundo Marx, adviriam da circunstância de outras comunidades porventura reclamarem direitos naquela área determinada ou, ainda, da necessidade de expansão do território da tribo (ou da união de tribos). Por isso, Marx diz que a *guerra* (*der Krieg*) aparece como o grande trabalho comum (*große Gesamtaufgabe*) da comunidade greco-romana, o *grande trabalho coletivo* (*große gemeinschaftliche Arbeit*), necessário para manter e ou ampliar as condições objetivas de existência da entidade comunitária, ou então para proteger e eternizar a ocupação das mesmas.⁷² A comunidade (*die Gemeinde*), enquanto composta pelas famílias guerreiras, aparece para Marx como uma das condições da existência destas famílias privada como proprietárias, e a concentração das casas na cidade aparece, diz Marx, como a base desta organização guerreira.⁷³

A propriedade coletiva, estatal (*ager publicus*), segundo Marx, estava separada da propriedade privada pertencente ao indivíduo-cidadão (*Bürger*). Aqui, o *plebeu* – cidadão romano proprietário privado de terras – estava excluído do usufruto direto do *ager publicus*. Esta propriedade estatal, segundo Marx, era administrada pelos *patrícios*, daqueles que se autodenominariam descendentes diretos dos antepassados fundadores desta entidade comunitária.⁷⁴

⁷¹ “A terra de cultivo (*der Acker*) aparece como território da cidade, não mais como a aldeia como mero acessório da terra”. (Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.436).

⁷² Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.436-437.

⁷³ Compreende-se assim porque na opinião de Marx o fundamento da manutenção daqueles povos era a guerra, sendo este o “grande trabalho coletivo” da comunidade. Com tantas tribos não aparentadas (e mesmo parentes, vide os latinos, conquistados pelos romanos) em território relativamente pequeno e às vezes hostil, as fricções eram inevitáveis e a escravidão das tribos conquistadas aparecia como uma consequência não-natural, mas lógica. (cf. Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.437).

⁷⁴ Os patrícios formavam as chamadas “linhagens superiores” (Patrício = “aquele que têm um pai”). Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.437.

Marx explica que quanto mais a comunidade se desenvolve através de migrações, do movimento histórico próprio e do desenvolvimento de suas contradições internas (se distanciando cada vez mais de seu caráter comunal original e ocupando terras alheias), mais esta comunidade pode se despojar gradualmente do *caráter natural* de seu trabalho coletivo. A tribo pode se deslocar de sua base original para conquistar novos lugares. Ao realizar isto, porém, diz Marx, entra em condições de trabalho essencialmente novas, com maior desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos. Então, diz Marx, o caráter *comum* da tribo aparece perante as condições externas, sobretudo, como “unidade negativa”, pois agora estão dadas as condições para que o indivíduo se converta em proprietário privado do solo cujo trabalho particular corresponde a ele e a sua família.⁷⁵

Segundo Marx, as tribos dos Estados antigos estavam constituídas de duas maneiras principais: sobre a base de *linhagens* ou sobre a base de *lugares*. As tribos *baseadas em linhagens*, explica Marx, teriam antecedido, na Antigüidade, as tribos baseadas no lugar e em quase todas as partes teriam sido suplantadas por estas últimas. Sua forma mais estrita, mais extrema, seria, diz Marx, a *organização em forma castas* (possíveis resquícios da forma ‘asiática’ anterior). Estas castas estariam separadas umas das outras, sem direito ao matrimônio misto e inteiramente diferenciadas quanto à sua dignidade, correspondendo a cada uma um ofício exclusivo e imutável. Já as *tribos locais*, segundo Marx, corresponderiam originariamente a uma divisão de terras em distritos e aldeias, de tal modo que na Ática, sob Clístenes, por exemplo, segundo Marx, aquele que no momento da divisão se encontrasse numa determinada aldeia teria sido registrado como um *demotes* dessa aldeia, membro de uma *phile* (tribo) da região à qual pertencia a aldeia. A partir de então, seus descendentes – não importando seu local de residência – passavam a fazer parte de tal tribo ou cidade. Esta divisão teria assumido, assim, segundo Marx, uma aparência de agrupação de parentesco. Em Roma, por outro lado, como explica Marx, o patrício romano, como representante em maior grau da entidade comunitária, aparecia então como o *possuidor do ager publicus* e o utilizava em seu próprio benefício, diretamente ou por intermédio de seus clientes.

⁷⁵ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.437.

A comunidade greco-romana – em forma de *Estado (Staat)* –, segundo Marx, aparecia, pois, como a *relação recíproca entre os proprietários iguais e livres*. O Estado aparecia agora como o vínculo dos indivíduos membros da comunidade e unidos contra o exterior. Ele aparecia também, ao mesmo tempo, diz Marx, como a garantia da propriedade fundiária dos indivíduos-cidadãos. Marx explica então que a natureza originária da entidade comunal greco-romana se baseava na circunstância de que seus membros eram *agricultores proprietários privados do lote em que trabalhavam (Privateigentümer)*⁷⁶; na mesma medida, sua autonomia resultava de sua relação recíproca enquanto membros da comunidade (*Gemeindemitglied*) na defesa do *ager publicus*, para as necessidades coletivas e para a glória coletiva, etc. Ser membro da comunidade, diz Marx, assim como no caso oriental, ainda era a condição necessária para a apropriação da terra. No entanto, diferentemente da forma asiática, na forma greco-romana, o indivíduo, enquanto membro da comunidade era também proprietário privado: a manutenção de si mesmo como membro da comunidade aparecia igualmente como a manutenção da comunidade e vice-versa. A comunidade aqui, segundo Marx, por ser já um *produto histórico (historisches Produkt)*, aparecia como *pressuposto histórico desta apropriação privada do solo*, desta relação entre o sujeito que trabalhava e seus pressupostos naturais, como algo que lhe pertencia desde tempos imemoriais:

A comunidade (*die Gemeinde*) – embora apareça aqui como *produto histórico (historisches Produkt)*, não só de fato, mas como algo que é reconhecido como tal e, portanto, como algo que *tem uma origem (daher entstanden)* – é considerada aqui como *pressuposto (Voraussetzung)* da *propriedade (Eigentum)* do solo. Quer dizer, a relação entre o sujeito que trabalha e os pressupostos naturais do trabalho [são considerados] como algo que lhe pertencem.⁷⁷

Mas este *pertencimento (Gehörigkeit)* à comunidade originária (*gemeinwesen*), explica Marx, está mediado (condição a) por ser ele *membro do Estado (Sein als*

⁷⁶ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.437.

⁷⁷ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.437; Marx. *Grundrisse*. MEW, Band 42, p.387.

Staatsmitglied), pelo próprio “ser do Estado” (*Sein des Staats*), e, portanto, diz Marx, por um pressuposto que é pensado e encarado como divino (*als göttlich*).⁷⁸

O pressuposto da continuidade desta forma de organização comunitária, diz Marx, estava na manutenção da igualdade entre os camponeses auto-suficientes livres (*freien self-sustaining peasants*) e o cultivo da terra pelo próprio cidadão como condição para a perduração de sua propriedade. Nesta forma de comunidade, segundo Marx, o indivíduo estava colocado em condições históricas tais para ganhar sua vida que seu objetivo não seria simplesmente a aquisição de riqueza, mas muito mais a própria *subsistência* (*Selbsterhaltung*), a sua própria reprodução como proprietário de um terreno e como membro da comunidade:

O pressuposto para a manutenção (*Fortdauer*) desta organização comunitária é a manutenção da igualdade entre os camponeses auto-suficientes livres (*freien self-sustaining peasants*, no original) e o trabalho próprio como condição para a conservação (*Fortdauer*) de sua propriedade (...) A propriedade é quiritária, romana, e o proprietário da terra somente o é como romano, mas como romano (*als Römer*) é proprietário de terra (*Privateigentümer*).⁷⁹

2.3 – IDADE MÉDIA EUROPEIA: MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Em *A Ideologia Alemã* encontramos um panorama geral de como Marx definia o modo de produção feudal. Enquanto a Antigüidade partia da *cidade* e de seu pequeno território, diz Marx, a Idade Média partia do *campo*. Aqui, a condição fundamental à sobrevivência da entidade comunal, segundo Marx, teria sido a dispersão da população por um território bastante vasto e preparado pelas conquistas romanas e pela pouca inovação

⁷⁸ Cf. Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.437/438; Moses Finley destaca esta condição originária da cidadania na *pólis* greco-romana à circunstância de o indivíduo ser, necessariamente, proprietário privado de terras: “Fundamental para a *pólis*, grega ou romana, desde que emergira, em sua forma arcaica, do estágio pré-*pólis*, era a convicção profunda de que pertencer à *pólis* (o que chamaríamos de cidadania) era algo inextricavelmente ligado à posse da terra, ao serviço militar e à religião” (FINLEY, M. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p.92. Tradução de Norberto L. Guarinello).

⁷⁹ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.438. (*Das Eigentum ist quiritarium, als Römer römisches, der Privatgrundeigentümer ist solcher nur als Römer, aber als Römer ist er Privateigentümer*). Marx. *Grundrisse*. MEW, Band 42, S.387-388.

que os invasores bárbaros teriam trazido. A agricultura era feita por povos assentados há muito tempo, ao contrário dos invasores, que seriam em grande medida ainda seminômades. O caos interno romano dos últimos séculos do Império – ocasionados por disputas provinciais, bem como de generais à frente de enormes contingentes legionários, juntamente com o baixo grau civilizacional dos conquistadores bárbaros –, explica Marx, “*destruíram grande quantidade de forças produtivas*”; teria havido o declínio então da produção agrícola imperial; a indústria artesanal teria entrado em decadência por falta de mercados; o comércio teria regredido ou teria sido violentamente interrompido; a diminuição da população tanto rural quanto urbana, de todo modo, teria sido bastante visível.

Enquanto a Antigüidade partia da *cidade* e de seu pequeno território, a Idade Média partia do *campo*. A população existente, dispersa e disseminada por uma vasta superfície a que os conquistadores não trouxeram grande incremento, condicionou esta mudança de ponto de partida. Ao contrário da Grécia e de Roma, o desenvolvimento feudal inicia-se, pois, em terreno muito mais extenso, preparado pelas conquistas romanas e pela expansão da agricultura e está, desde o começo, com elas relacionado.⁸⁰

Segundo Marx, o Império Romano, em seu período de declínio final, teria sofrido grande retrocesso das forças produtivas, motivado tanto pelo caos (político, econômico e militar) interno ao próprio Império, como também à própria destruição promovida pelos invasores bárbaros, havendo, portanto, devido à destruição da indústria imperial, fome, miséria e diminuição demográfica drástica, além da própria ruralização; a produção teria se tornado, então produção agrícola auto-suficiente, formando então os fundamentos da sociedade feudal propriamente dita:

⁸⁰ Marx e Engels. *A Ideologia Alemã*. Op cit, p.33. Marx explica ainda que os povos germânicos mais ao sul, por sua relativa proximidade com o Império Romano (pelo menos as tribos que faziam a linha de fronteira no Norte do Império) muito cedo teriam abandonado seu caráter bárbaro e teriam se aproximando das formas de apropriação desenvolvidas pelos romanos; na região fronteira com o império, diz Marx, o comércio seria há muito tempo já bastante regular e as moedas romanas faziam as vezes de *equivalente geral* na relação com estas tribos mais ao sul do Reno-Danúbio. Marx explica também que muitas destas tribos germânicas teriam passado, inclusive, a fazer parte do exército romano para proteger as fronteiras contra o restante dos bárbaros. Este contato intenso e contínuo com o Império Romano teria feito com que estas tribos se tornassem cada vez mais *civilizadas*, abandonando seu caráter de organização natural.

Os últimos séculos do Império Romano em declínio e as próprias conquistas dos bárbaros destruíram grande quantidade de forças produtivas; a agricultura declinara, a indústria estava em decadência pela falta de mão de mercados, o comércio adormecera ou fora violentamente interrompido; a população, tanto a rural como a urbana diminuía. Essas condições preexistentes e o modo de organização da conquista por elas condicionado fizeram com que se desenvolvesse, sob a influência da organização militar germânica, a propriedade feudal.⁸¹

Para Marx, a romanização dos bárbaros germânicos teria significado, na realidade, a inclusão destes povos na civilização ocidental e na história da luta de classes.⁸² Neste sentido, Marx comenta que pensar que teriam sido os bárbaros germânicos que teriam

⁸¹ Marx e Engels. *A Ideologia Alemã*. Op cit, p.33-34; Finley apresenta como uma das principais causas do declínio do Império Romano a redução drástica do *potencial humano*. O Império havia crescido ao limite e os problemas internos e externos se agravavam. O contingente do exército desde Augusto (século I) até Marco Aurélio (fim século II) – auge do Império – era de 300 mil soldados. Depois vem um período de intensa instabilidade e disputa interna pelo poder. Num período de cinquenta anos vinte imperadores sobem ao poder. Em 284 Diocleciano sobe ao poder e reorganiza (e aumenta) a burocracia; o exército passa a 600 mil soldados. Para um Estado que tradicionalmente pagava seu exército através dos despojos de guerra (butim), o século IV representava um grande paradoxo, pois a função do exército não mais era o de conquistar novas regiões e povos, mas sim, defender as fronteiras Norte, Nordeste e Leste do império contra os bárbaros nômades germânicos entre outros. O exército já havia incorporado várias tribos germânicas em suas fileiras. No século IV havia uma retração populacional [Finley diz que não sabe explicar os motivos, J.A.]. Muitos jovens, para não entrar para o exército chegavam a cortar os dedos da mão direita: “Um maior estabelecimento militar e batalhas mais freqüentes, representavam (...) maiores exigências ao campesinato, que constituía o grosso da população naquele mundo fundamentalmente agrário. Em virtude da sua tecnologia primitiva, chegou o momento em que deixou de poder responder, independentemente de sua vontade” (p.173). Finley apresenta, parece-nos, o inchaço militar e burocrático com as reformas de Diocleciano para conter as guerras civis internas e o controle das fronteiras, acrescido de uma maior exploração do campesinato para pagar tributos para sustentar esta máquina e o luxo da alta cidadania (aristocracia), como as causas da queda de Roma, tudo isto acrescido pela queda na taxa de natalidade, como comprovam, segundo ele, a grande quantidade de terras que se tornaram incultas. “(...) Na parte final do império Romano, o potencial humano achava-se incluído num complexo de condições sociais inter-relacionadas, que, juntamente com as invasões dos bárbaros, pôs termo ao império do Ocidente. Os efetivos do exército não podiam ser aumentados porque a terra não agüentaria mais depleção de potencial humano; a situação no território deteriorara-se, porque os impostos eram muito elevados; eram muito elevados porque as exigências militares aumentavam, e as pressões dos germanos figuravam na raiz destas últimas. Um círculo vicioso de malefícios encontra-se em plena atividade”. À frente: “O Império Romano compunha-se de pessoas e instituições e não apenas de imperadores, degenerados ou não. E acabou por ser o inflexível suporte institucional que ruiu: não pode agüentar as tensões perpétuas de um império de semelhante dimensão no seio de um mundo hostil”. (FINLEY, Moses). *O potencial humano e a queda de Roma*. In: *Aspectos da Antigüidade*. Lisboa: Edições 70. 1965, p.173-175).

⁸² “Do ponto de vista dos povos germânicos a história da luta de classes vem a eles do exterior e, portanto, arbitrariamente, sem qualquer necessidade. No entanto, do ponto de vista da luta de classes – da história como totalidade universal –, os germânicos são apenas mais um povo que é penetrado, conservado e superado por ela, mais um povo que é ultrapassado diante da força do desenvolvimento imanente surgido das contradições internas da história universal, contradições das classes em luta”. (Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.52).

derrubado o Império Romano seria uma visão muito limitada do processo, pois, na verdade, o povo conquistador aí não seria o germânico, como apontado por grande parte da historiografia, mas sim o povo romano. Segundo Marx, os romanos, ao sofrerem a invasão nórdica, não teriam sido propriamente *germanizados* ou teriam se tornado *bárbaros*, mas, ao contrário, teriam sido os romanos quem teriam determinado em maior medida a nova configuração sócio-cultural conhecida como Idade Média, ou seja, para Marx, os romanos teriam *romanizado* e, principalmente, *civilizado* os bárbaros, e não o contrário.⁸³ Do ponto de vista de Marx, a “conquista”, aqui, não teria relação direta com um povo ou grupo militarmente mais forte e que teria dominado o outro via força, mas o termo conquista tem aqui uma conotação de conquista cultural. E a cultura romana aparecia como algo muito superior à bárbara cultura germânica, assim como Marx disse que a cultura hindu era muito superior à cultura dos bárbaros conquistadores do poder político-militar da Índia, podendo, pois, impor sua cultura (seu modo de produção) aos supostos conquistadores. No caso romano-germânico, quem teria se aculturado neste processo de conquistas, do ponto de vista de Marx, teriam sido os germânicos e não exatamente os romanos. Hegel, por exemplo, em suas *Lições sobre a filosofia da história universal* – obra esta, que como dissemos, muito teria influenciado a concepção histórica de Marx –, destaca este desenvolvimento não-autônomo e atrasado dos povos germânicos da Idade Média em relação aos romanos e, principalmente, destaca a aculturação germânica pela riquíssima cultura romana:

(...) Os germanos receberam o impulso evolutivo de uma cultura estrangeira; sua cultura, suas leis e religião são estrangeiras. A evolução começou, pois, pelo exterior e só mais tarde veio a interiorizar-se. Os povos germânicos tinham uma cultura muito atrasada quando se espalharam pelo mundo romano. A comunidade das nações era muito superficial e o traço

⁸³ Como afirma ainda Sonsoles Guerras: “Os germanos eram pouco numerosos. Foram se instalando progressivamente nas diversas províncias do império e, concomitantemente, sofreram um processo de romanização. O latim foi um grande fator de aproximação por ser a língua administrativa, aquela em que se redigiam as leis. Houve também outros elementos romanos indicadores da importante influência da antiga civilização: os germanos adquirem noção de propriedade imobiliária individual ou particular, vendendo seus bens de acordo com as normas romanas. Além disso, a conversão dos povos germânicos ao catolicismo contribuiu, em grande escala, para a fusão das duas populações. Por outro lado, os romanos aceitaram costumes germanos”. (Guerras. *Os povos bárbaros*. Op cit, p.70-71).

capital era a autonomia do indivíduo (...) O mundo germânico recebeu já prontas a cultura e a religião romanas (...).⁸⁴

Ainda segundo Hegel – na linha de sua filosofia da história universal baseada na idéia da progressão do espírito absoluto em busca da liberdade –, a morte do Império Romano teria que ser vista como a morte de um “espírito” que teria cumprido já seu objetivo na história universal (*Weltgeschichte*), ou seja, o a morte do império teria que ser vista como uma *morte natural*, uma morte pela superação de suas próprias contradições internas. A conquista e destruição do Império Romano por parte dos bárbaros germânicos, segundo Hegel, somente teria sido possível após o “espírito” romano ter-se elevado até o cumprimento de sua missão histórica. A partir daí, teria podido declinar e extinguir-se. Os greco-romanos haviam, pois, na concepção de Hegel, cumprido seu papel na história universal: poderiam, finalmente, morrer de morte natural.⁸⁵

O Marx de *A ideologia alemã* parece ter levado em conta estas palavras de Hegel de que o feudalismo não teria sido levado pronto e acabado da Alemanha para Roma, mas a sociedade feudal teria tido sua origem, como dissera Hegel, na própria evolução dialética da organização militar germânica durante o processo de conquista e destruição do Império Romano. Segundo Marx, ao contrário do afirmado por Eric Hobsbawm em sua *Introdução às Formen*⁸⁶, os germânicos não teriam tido e nem mesmo poderiam ter uma evolução autônoma desde a comunidade primitiva até ao feudalismo, pois, segundo Marx, a forma que teria recebido esta organização guerreira germânica seminômade durante o processo de

⁸⁴ Hegel. *Lecciones...* op cit, p.254.

⁸⁵ Hegel. *A Razão na história*. Op cit, p. 64/65. Também em *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*. Tomo II. Op cit, p.222-225).

⁸⁶ Como afirma Hobsbawm em sua *Introdução às Formen*: “As observações de Marx sobre este tipo [germânico] são extremamente esquemáticas, mas sabemos que ele e Engels deixaram em aberto a possibilidade de uma *transição direta* da sociedade primitiva ao feudalismo, como entre as tribos germânicas”. (p.37); [Mais à frente]: “O objeto de estudo nas *Formen* é o “sistema germânico”, isto é, uma sub-variedade particular do comunismo primitivo que, por esta razão, tende a se transformar em um tipo particular de estrutura social. (...) *Esta forma frouxa de comunidade, que implica uma potencialidade maior de individualização econômica, faz do “sistema germânico” (via feudalismo) o ancestral direto da sociedade burguesa*” (p.44-45); [...] “Desde logo após a morte de Marx houve tentativas para ver uma espécie de primitivo ou proto-feudalismo como primeira forma geral (...) de sociedade de classe, desenvolvendo-se da desintegração do comunismo primitivo (*Esta transição direta do comunismo ao feudalismo foi, naturalmente, prevista por Marx e Engels*). Fora deste proto-feudalismo, sugere-se, as várias outras formações se desenvolveram, inclusive o *feudalismo avançado do tipo europeu (e japonês)*” (p.62). (grifos nossos). (HOBBSAWM, Eric. *Introdução às Formen*. In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Tradução do inglês por João Maia).

conquista estaria condicionada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas encontradas nas ruínas do Império naquele momento:

Nada mais usual do que a idéia de que na história até agora tudo tem consistido na *ação de tomar*. Os bárbaros *tomam* o Império Romano e com esse fato explica-se a transição do mundo antigo para o mundo feudal. Mas, nessa tomada pelos bárbaros, trata-se de saber se a nação conquistada tinha chegado a desenvolver as forças produtivas industriais como ocorre entre os povos modernos, ou se suas forças produtivas repousam no fundamental unicamente sobre sua união e sobre a comunidade (...) A ação de tomar acaba sempre rapidamente, e quando já não há mais nada a tomar é necessário que se comece a produzir. Dessa necessidade de produzir, que logo se manifesta, decorre que a forma de comunidade adotada no país deve necessariamente corresponder à fase de desenvolvimento das forças produtivas ali encontradas; ou, quando não é este o caso desde o início, deve a forma de comunidade transformar-se em função das forças produtivas.⁸⁷

Assim, pois, do ponto de vista de Marx, quando os bárbaros germânicos teriam se apossado da civilização greco-romana esta já estaria há muito moribunda por suas próprias contradições internas. Marx comenta que desde pelo menos o período republicano de Roma os interesses privados se sobrepunham aos interesses coletivos; a concentração fundiária ali andava a passos largos; os plebeus, que originalmente formavam a classe dos pequenos agricultores (camponeses), já no início da era cristã não mais possuíam propriedade alguma e seriam uma espécie já de *lumpemproletariado*⁸⁸, como explica em carta à redação de um jornal russo:

Em diversas passagens de *O Capital* faço alusão ao destino que coube aos plebeus da antiga Roma. Em sua origem haviam sido camponeses livres (*das waren ursprünglich freie Bauern*), cultivando cada qual por sua própria conta seu lote de terra. No transcurso da história romana foram expropriados (*Im Verlauf der römischen Geschichte wurden sie expropriert*). O mesmo movimento que os separou dos seus meios de produção e subsistência trouxe consigo a formação não só da grande propriedade fundiária, mas

⁸⁷ Marx e Engels. *A Ideologia Alemã*. Op cit, p.114/115.

⁸⁸ “Os plebeus, que ocupavam uma posição intermediária entre os livres e os escravos, nunca foram mais que uma espécie de lumpemproletariado”. (Marx e Engels. *A ideologia alemã*. Op cit, p.32).

também do grande capital financeiro. E assim foi que, numa linda manhã se encontraram de forma que, de um lado, havia homens livres, despojados de todas as exceções para [exploração de] sua força de trabalho e, por outro lado, aqueles que [possuíam as condições para que] explorassem seu trabalho. Que aconteceu? – pergunta Marx – Os proletários romanos (*die römischen Proletarier*) se transformaram, não em trabalhadores assalariados, mas em um bando de vagabundos [ralé] (*ein faulenzender Mob*) mais indignos que os ‘pobres brancos’ (*poor whites*) que houveram no sul dos Estados Unidos, e junto com isto se desenvolveu um modo de produção que não era capitalista, mas que dependia da escravidão. Assim, pois, sucessos notavelmente análogos, mas que têm lugar em meios históricos diferentes conduzem a resultados totalmente distintos.⁸⁹

Marx explica que se no início do feudalismo o campo aparecia como a base da estrutura da sociedade, com a evolução da sociedade feudal, porém, teriam surgido os centros urbanos e com eles a oposição entre cidade e campo. No campo, segundo Marx, a estrutura hierárquica estaria fundamentada na união da classe dos nobres e seus vassalos-cavaleiros contra a classe dos servos. Nas áreas urbanas, conforme Marx, a estrutura hierárquica estaria posta de forma mais ou menos semelhante à forma feudo-servil-rural, mas organizada sob a forma de *corporações de ofício*. Estas teriam surgido, segundo Marx:

Da necessidade de associação contra a nobreza rapace também associada; da necessidade de locais de troca comuns numa época em que o industrial era ao mesmo tempo comerciante; da concorrência crescente dos servos que fugiam em massa para as cidades prósperas e por causa da estrutura feudal de todo o país com suas várias alfândegas particulares.⁹⁰

O desenvolvimento destas corporações monopolistas, segundo Marx, teria tornado necessária a instituição da condição de *oficial* e de *aprendiz*, dependentes do mestre artesão. Marx explica que se no campo a *posse da terra* era quem determinava aquele que faria parte da classe dominante e aquele que seria dominado, nas cidades, por outro lado, diz Marx, a propriedade corporativa era quem determinava a relação entre possuidores e

⁸⁹ Marx. *Carta ao diretor do 'Otiechestviennie Zapiski* (1877). In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* op cit, p.170/171; Marx. *Brief an die Redaktion der "Otetschestwennyje Sapiski"*. Dietz Verlag, Berlin. Band 19, 4. Auflage 1973. S.111.

⁹⁰ Marx e Engels. *A ideologia alemã*. Op cit, p.34.

despossuídos. Desta forma, segundo Marx, a estrutura social do modo de produção feudal estaria organizada de maneira que, no campo, o fator determinante da propriedade era seria a apropriação territorial nas mãos da nobreza rural e, nas cidades, a exploração do trabalho dos oficiais e aprendizes. Essa estrutura feudo-corporativa, segundo Marx, estava bastante limitada, pois tanto a produção agrícola como a produção urbano-artesanal eram bastante precárias, como seria precário também o mercado para seus produtos:

Assim, a propriedade principal durante a época feudal consistia, de um lado, na propriedade territorial, à qual estava ligado o trabalho dos servos e, de outro, no trabalho próprio com o pequeno capital dominado o trabalho dos oficiais. A estrutura de cada uma dessas formas era condicionada pelas condições limitadas da produção, pelo escasso e tosco cultivo da terra e pela indústria de tipo artesanal.⁹¹

Marx explica que as cidades medievais seriam verdadeiras *associações*, criadas pela necessidade imediata de defender a propriedade da corporação e para se tornarem aptas a multiplicar os meios de produção e de defesa. Marx diz que o poder estava nas mãos dos mestres corporativos – pequenos capitalistas – organizados militarmente para proteger a cidade contra a nobreza feudal e manter a plebe desorganizada sob controle das corporações. Os oficiais e aprendizes estavam organizados conforme a corporação e não tinham interesse em lutar contra a organização gremial, pois, diz Marx, eles próprios pretendiam se tornar mestres e terem sua própria oficina e, por isso, não se associavam aos trabalhadores diaristas em suas lutas contra as corporações. A relação entre mestre e oficial/aprendiz era, segundo Marx, uma relação *patriarcal*, o que conferia um duplo poder ao mestre artesão: de um lado, exercia influência direta sobre toda a vida dos seus oficiais; de outro, havia um vínculo real que mantinha os oficiais unidos contra os oficiais dos outros mestres que os separavam destes.

⁹¹ Marx e Engels. *A ideologia alemã*. Op cit, p.34/35. Segundo Marx, a divisão entre indústria e comércio teria surgido bastante cedo nas cidades mais antigas, mas somente de forma tardia nas cidades novas, conforme o incremento de novas necessidades mútuas. Esta estrutura feudal, segundo Marx, nunca teria aberto mão completamente da existência da monarquia, pois em última instância, a nobreza feudal tinha no rei o iniciador e garantidor da relação de suserania e vassalagem. (Marx e Engels. *A ideologia alemã*. Op cit, p.35).

A divisão do trabalho nas corporações de ofício medievais estava baseada, segundo Marx, numa divisão inteiramente natural, pois cada trabalhador teria que estar apto a executar todo um ciclo de trabalhos e apto também para executar tudo o que pudesse com seus instrumentos. No entanto, o intercâmbio restrito e a frágil ligação entre as cidades, aliados à escassa população e às necessidades exíguas, explica Marx, não permitiam que a divisão do trabalho fosse mais extensa. Isso, segundo Marx, levava a uma maior especialização de cada mestre artesão, alcançando seu trabalho um sentido “artístico limitado”. Marx diz que isto tornava o artesão/proprietário um trabalhador “agradavelmente servil” e o mantinha mais subordinado que o trabalhador assalariado moderno ao qual a função desempenhada em seu trabalho, segundo Marx, lhe é indiferente.⁹²

Marx, em *A Miséria da filosofia*, teria aproximado este sistema corporativo medieval, bem como sua co-irmã contemporânea do campo: a sociedade feudo-rural (aproximação esta que também aparece em *O Capital*), às sociedades orientais calcadas no modo de produção asiático, no que se referia à rigidez na divisão social e artesanal do trabalho:

Sob o regime patriarcal, sob o regime de castas, sob o regime feudal e corporativo, existia divisão do trabalho na sociedade inteira, segundo regras fixas. Estabelecia essas regras um legislador? Não. Nascidas, primitivamente, das condições da produção material, só muito mais tarde foram erigidas em lei. Assim, essas diversas formas de divisão do trabalho passaram a ser a base das diversas formas do trabalho dentro da oficina, estava muito pouco desenvolvida em todas as formas de organização da sociedade.⁹³

Não aprofundaremos, pois, aqui, no entanto, este ponto. Analisaremos de forma mais detida esta aproximação entre a forma rígida de divisão do trabalho nas sociedades asiáticas e nos regimes feudal-rural e corporativo-urbano da Idade Média no capítulo seguinte.

⁹² Marx e Engels. *A ideologia alemã*. Op cit, p.80/81.

⁹³ (MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976 – traduzido pelo Instituto Marx-Engels de Moscou, p.129); (*O Capital*, L. I; Vol. I, p.227.282). (Também ver Benoit. *A luta de classes...* op cit, p.57).

CAPÍTULO II

A TESE GERAL DE MARX SOBRE A HISTÓRIA: A CONTRADITÓRIA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E AS DIVISÕES SOCIAL E MANUFATUREIRA DO TRABALHO

Neste capítulo pretendemos analisar a tese de Marx sobre a *lei geral da história*, na qual ele discute a relação que haveria entre *Estado* e *divisão do trabalho* na dialética das relações sociais e de produção dentro de um mesmo país e deste nas suas relações com o exterior. Tal lei geral da história (*allgemeine Regel*) teria sido exposta por Marx inicialmente em 1847, em a *Miséria da Filosofia*, com o intuito inicial de mostrar as diferenças conceituais historicamente dadas entre as imutáveis sociedades asiáticas e a sempre convulsionada sociedade européia. Da mesma forma, no Primeiro Livro de *O Capital* ela reapareceria, exatamente no capítulo intitulado “Divisão do trabalho e manufatura”, onde Marx confronta a divisão do trabalho na sociedade capitalista com as formas de divisões hereditárias do trabalho predominantes nas sociedades asiáticas antigas. Marx – ao dizer que esta lei teria validade *universal*, ou seja, ao dizer que esta lei aparece como sendo uma lei determinante para se pensar a relação dialética que haveria entre o Estado e as relações sociais de produção em todas as sociedades – parece abrir espaço para que se possa ampliar a aplicação de tal lei para além das fronteiras analíticas da relação de oposição econômico-social Oriente-Occidente. Assim, pretendemos analisar, neste capítulo, esta lei geral da história de forma mais detida para que possamos compreender como Marx analisou esta oposição Estado/relações-de-produção na constituição do modo de produção burguês dentro das principais nações européias em seu processo de rompimento com o modo de produção feudal e simultânea expansão colonial.

Antes, porém, faremos uma rápida explanação do que parece ser uma concepção geral do Estado do ponto de vista do próprio Marx.

2.1 – BREVE NOTA SOBRE A QUESTÃO DO ESTADO EM MARX

A questão da formação do Estado (*Staat*) dentro do marxismo sempre foi um tema bastante concorrido. Descobrir qual seria a concepção do Estado em Marx sempre colocou grande parte dos marxistas a se debruçar e teorizar sobre o tema. Porém, a tese mais aceita ao longo de quase todo o século XX sobre a formação do Estado era aquela desenvolvida por Engels em sua obra *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicada em 1884, um ano após a morte de seu amigo Marx. Nesta obra, Engels, impressionado pela pesquisa do antropólogo norte-americano L. H. Morgan sobre a formação clânica dos indígenas da região de Nova Iorque, procurou demonstrar, a partir destas referências, que o Estado em si teria surgido primeiramente na Grécia, e mesmo assim, somente quando as contradições de classes, surgidas diretamente de uma suposta comunidade gentílica grega, pré-homérica, teriam passado a ditar as regras da nova forma de produção social (onde, também supostamente, a produção já estaria dominada e determinada pelo mercado, e a contradição fundamental da sociedade se daria já entre proprietários e não-proprietários, em especial, entre livres e escravos).⁹⁴ Assim, a partir de *A origem da família...*, vários estudiosos marxistas, sobretudo de cunho sociológico, se empenharam em desenvolver a tese de Engels de que todos os povos passam, necessariamente, pelas mesmas fases históricas (daquelas postas historicamente no Ocidente) e a tratar esta tese engelsiana, então, como sendo a verdadeira concepção marxista da formação do Estado, já que Engels afirma que, ao escrever a *Origem da família...*, estaria executando o testamento teórico de Marx. Segundo Engels, Marx teria lido a obra de Morgan e também teria ficado impressionado com os resultados obtidos pelo antropólogo norte-americano e pretenderia, então, ele próprio, segundo ainda Engels,

⁹⁴ Para conter os antagonismos de classe já existentes na suposta constituição gentílica grega, Engels diz que faltava apenas surgir uma instituição que perpetuasse a divisão da sociedade em classes e garantisse o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora: “E essa instituição nasceu. Inventou-se o *Estado*” (ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Tradução de Leandro Konder, 1995. 13ª Edição, p.119-120). Em minha Dissertação de Mestrado, intitulada *Marx e o último Engels: o modo de produção asiático*, defendida em 2003 no Departamento de Filosofia do IFCH-Unicamp, procurei estudar esta formação originária do Estado, na concepção de Engels, para demonstrar, a partir de então, o quão Engels, neste momento, estava distante daquela sua concepção histórico-dialética formulada quarenta anos antes, juntamente com Marx.

escrever uma obra sobre o tema da origem e formação do Estado a partir dos resultados dos trabalhos de Morgan sobre a constituição gentílica americana.⁹⁵

Não é nossa intenção escrever aqui, no entanto, um tratado sobre a origem e o caráter do Estado em Marx, mas apenas tentar mostrar o quão seu pensamento está longe das pesquisas de cunho sociológico e antropológico ao qual o seu próprio companheiro de estudos e luta política parece ter-se enveredado em seus últimos tempos de vida. Parece, no entanto, que, para Marx, a origem e formação (*Entstehung*) do Estado não estariam ligadas diretamente ao processo de surgimento da apropriação privada das riquezas sociais, sobretudo da terra, como aparece para Engels e seus seguidores. Ao contrário do que pensava Engels em 1884, para Marx, parece que o Estado surgiria não da necessidade de conter a luta de classes entre proprietários e não-proprietários, mas sim, devido à necessidade de prover a subsistência da horda comunal, sempre em luta contra a precariedade das condições de auto-suficiência oferecidas pela natureza inóspita e indomada. O Estado (*Staat*) como intermediador da luta de classes, para Marx, parece surgir historicamente bem posterior à sua formação originária como *organizador das obras de necessidade pública*.

(...) de forma alguma está em contradição com ela [a forma comunal] que, assim como na maior parte das formas fundamentais asiáticas (*meisten asiatischen Grundformen*) a unidade geral onipresente (*zusammenfassende Einheit*), que está acima de todas estas pequenas entidades comunais, apareça como o proprietário superior ou como o único proprietário (*als der höhere Eigentümer oder als der einzige Eigentümer erscheint*), de forma que as comunidades efetivas somente apareçam como possuidoras hereditárias.⁹⁶ (grifos no original).

Para Marx, parece que as próprias comunidades tribais mais originárias da sociedade humana já conteriam, potencialmente, o germe da formação do Estado. A

⁹⁵ “As páginas à seguir vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx pretendia ele próprio escrever uma obra apresentando os resultados das descobertas de Morgan...” (Engels. *A origem da família...* op cit. Prefácio à primeira edição de 1884, p.1). Marx realmente leu a obra de Morgan e fez um fichamento da mesma. No entanto, não teceu ali em momento algum comentários que fossem abonadores das teses do norte-americano, em especial nas partes em que Engels chama a autoridade de Marx para justificar suas próprias conclusões sobre *Ancient Society*. (ver Marx. *Los apuntes...* Op cit).

⁹⁶ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.435.

entidade comunal (*Gemeinwesen*) destas primeiras formas sociais seria, já, em si e por si, embrião de um poder estatal, pois, segundo Marx, a necessidade de organizar obras de interesse geral pressuporia a necessidade *imediata* de uma força organizadora de tais obras. Esta força se erigiria em *Estado* (*Staat*), explica Marx, tão logo se tornasse objetiva a necessidade de reprodução destas condições comunitárias de apropriação da natureza (organização das obras de irrigação, reunião e distribuição da produção, defesa contra o exterior, etc). O Estado aparece, aqui, segundo Marx, como o grande proprietário da riqueza social. A complexificação dos atributos desta entidade comunal originária se dariam, então, segundo Marx, conforme o aumento das necessidades sociais e da diversificação e sofisticação da produção, bem como do aprofundamento e intensificação das relações com o estrangeiro.⁹⁷

Mesmo a expansão estatal, agregando outras tribos ou mesmo pequenos Estados, tornado-os tributários, não alterava, segundo Marx, de todo o fundamento desta forma de organização social, pois a propriedade das riquezas móveis ou imóveis continuava a pertencer à entidade comunal superior, personificada na figura de um rei, o qual comportava-se na maior parte das vezes como um *déspota*. Até então, o processo de formação estatal aparecia, para Marx, como um movimento geral, potencialmente válido, em certo sentido, para grande parte das formações econômico-sociais pós-comunidade primitiva (exceção maior aqui feita talvez à forma eslavo-germânica de apropriação da natureza).

Parece que para Marx, como dissemos, o Estado deixaria de ser esta entidade comunal originária (*Gemeinwesen*), organizadora das obras de necessidades mais imediatas, para tornar-se uma entidade privada, ou seja, uma “entidade comunal” resguardadora dos interesses comuns de apenas uma parte da sociedade, contra os interesses de outra parte desta mesma sociedade – como pensava Engels – somente a partir do momento em que as riquezas da sociedade já não mais fossem propriedade da entidade comunal originária, mas sim teriam se tornado já *propriedade privada* (*Privateigentum*) daquela pequena parcela da comunidade que já controlaria, ao mesmo tempo, e de forma efetiva, o Estado. Este grupo que controlaria militar e politicamente o Estado teria passado

⁹⁷ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.435-436.

então a dominar e resguardar para si também as riquezas materiais que outrora eram da comuna. Portanto, parece que para Marx, somente após a riqueza social ter-se transmutado em propriedade privada de alguns poucos indivíduos é que o Estado ter-se-ia finalmente transformado na entidade *mediadora* da luta de classes e resguardadora da propriedade privada. E o Estado como forma de entidade já contraditória – mas que cumpriria ainda um papel de *mediador* da luta entre as classes antagônicas e que teria evoluído para a forma de entidade *gerenciadora e organizadora* dos interesses de uma única classe contra a classe oponente – caracterizaria, do ponto de vista de Marx, o processo histórico ocidental clássico.

No Oriente, segundo Marx, a oposição de classes em luta pela apropriação das riquezas sociais, da forma como existente no Ocidente, não existiria, pois, como dissemos, na velha Ásia toda a riqueza era riqueza estatal, e mesmo quando alguns dos membros da elite destas sociedades possuísem riquezas, estas somente eram-lhes atribuídas devido à sua relação de lealdade ao palácio (seja como generais do exército estatal, como escribas da contabilidade palaciana ou como sacerdotes, etc). Do ponto de vista de Marx, no Oriente, parece que indivíduo algum poderia ser proprietário privado de fato, pois o “direito” de distribuição das riquezas nestas sociedades despóticas não derivavam de uma suposta “vontade popular”, quer dizer, de uma suposta “sociedade civil”, mas sim, da vontade do próprio déspota, o qual dava ou retirava tais benefícios conforme seus interesses, os quais apareciam, ao mesmo tempo, como os interesses do próprio Estado. Parece ser neste sentido que Marx já dizia na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, escrito entre 1841 e 1843, que o estado social na Ásia nada mais era do que um estado “escravo” e que ser membro do Estado ali era ser escravo do déspota: “*Na Ásia, o Estado político nada mais é do que o arbítrio de um único indivíduo, ou seja, o Estado político, assim como o material, é escravo*”.⁹⁸ Também nos *Grundrisse* a escravidão oriental aparece como relação de escravidão entre os membros da comunidade em si e o Estado despótico propriamente dito:

A forma a que [as invasões estrangeiras] menos podem afetar é a forma asiática. Na unidade auto-suficiente de manufatura e agricultura em que se baseia esta forma, a

⁹⁸ Marx. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático: história de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

conquista não é condição tão necessária como ali onde a *propriedade da terra*, a *agricultura* [ou seja, na forma greco-romana, J.A.] predomina exclusivamente. Por outro lado, dado que nesta forma [oriental] o indivíduo nunca se converte em proprietário, mas só em possuidor, ele mesmo é no fundo a propriedade (*da der einzelne nie zum Eigentümer, sondern nur zum Besitzer in dieser Form wird, is ter au fond selbst das Eigentum*), o escravo daquele apresenta como a unidade da comunidade (*der Sklave dessen, [in] dem die Einheit der Gemeinde existiert*), e aqui a escravidão não elimina as condições do trabalho nem modifica a relação essencial [como na Antigüidade Clássica].⁹⁹

Como dissemos no início deste trabalho, a história para Marx aparece como a *história da separação entre homem e natureza*. Esta separação, porém, segundo Marx, parece não se dar de imediato na história, mas ela seria, na verdade, um longo processo (histórico) rico de contradições, o qual pressuporia, no entanto, certas fases de desenvolvimento (e às vezes até mesmo de *retrocessos*) das forças produtivas sociais. Se, segundo Marx, o Estado surgiria como uma necessidade natural para a organização das condições objetivas à produção das necessidades básicas do organismo social comunal, ele, porém, se transformaria, pouco a pouco, então, por seu próprio desenvolvimento e complexidade (“por sua própria dialética” como diz Marx), em um aparelho burocrático a serviço dos interesses daqueles que comandavam este aparato. Marx explica que, em alguns casos, tão logo fosse retirado o poder daquele que fisicamente dava unidade a toda a entidade comunal, passavam a estar dadas então as condições para que os principais proprietários fundiários locais (reivindicadores de uma ancestralidade consanguínea na formação desta mesma entidade comunal) se apropriassem de parte da riqueza social como riqueza privada e direcionassem a administração do Estado conforme seus próprios interesses privados. Marx explica que este Estado se tornaria então, cada vez mais, a instituição legitimadora dos interesses de poucos, conforme se aprofundasse a separação entre a maioria da população e as riquezas sociais (natureza). Parece ser por isso que Marx considerava a sociedade burguesa como a forma social que teria levado esta separação entre homens e natureza a suas últimas conseqüências, pois esta sociedade burguesa pressuporia, segundo Marx, para sua plena realização, a separação entre a maior parte dos indivíduos e

⁹⁹ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.453-454.

os meios de produção. Ela pressuporia, assim, diz Marx, a introdução de um novo elemento intermediador das relações entre o homem e as condições objetivas de subsistência: o *capitalista*, o proprietário quase absoluto da Natureza:

Na fórmula do capital, na qual o trabalho vivo se comporta com o material bruto – tanto com o instrumento, como também com os meios de subsistência necessários durante o trabalho – de maneira negativa, tratando-os como não-propriedade, *está implícita a não-propriedade da terra* [ao trabalhador]. É negado aquele estado no qual o indivíduo que trabalha se comporta com a terra como algo próprio, isto é, que trabalha, que produz, como proprietário do solo (...) Em consequência, na relação do trabalhador com as condições de trabalho enquanto capital este estágio histórico é negado *d’bord* como comportamento que implica uma relação mais plena de propriedade. Este é o estágio histórico número I, o qual, nesta relação, é negado ou é pressuposto como historicamente dissolvido. Mas, em segundo lugar, ali onde se dá a *propriedade do instrumento (Eigentum an dem Instrument)*... é algo que também é negado na primeira fórmula do capital. A terceira *forma possível*, ou seja, comportar-se como proprietário somente com os meios de subsistência, encontrar a estes dados como condição natural do sujeito que trabalha (*sie forfinden als natürliche Bedingung des arbeitenden Subjekts*), sem comportar-se com o solo nem com o instrumento, nem tampouco com o trabalho mesmo como algo próprio é, no fundo, a fórmula da escravidão e da servidão, que também é negada, que está posta como estágio historicamente dissolvido na relação do trabalhador com as condições da produção como capital.¹⁰⁰

Para Marx, por mais “natural” que esta separação entre homem e natureza pudesse parecer ao longo da história, para que ela resultasse, em determinado momento da história, na negação da propriedade à grande maioria da população mundial, teriam sido necessárias, assim mesmo, algumas “alavancas” (*Hebel*) para a maior aceleração desta separação homem/natureza, como mostrado por Marx no capítulo XXIV de *O Capital*, intitulado “A assim chamada acumulação originária”. Ali, Marx denuncia de forma clara e evidente o modo violento e despujado com que burguesia ocidental – a nova classe social em formação na Europa – teria se apoderado primeiramente da riqueza fundiária,

¹⁰⁰ Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.460-461 (grifos no original).

historicamente pertencente à grande massa da população camponesa medieval. Os membros desta classe social secular, oriundos da decadente sociedade feudal, teriam sido transformados, assim, pois, segundo Marx, desde então, de proprietários de suas condições objetivas de subsistência em meros vendedores de força de trabalho, desprovidos de toda forma propriedade e “escravizados” pelas novas “leis de liberdade” da produção capitalista.

O que faz época na história da acumulação originária (*Historisch epochemachend in der Geschichte der ursprünglichen Akkumulation*) são todos os revolucionamentos (*sind alle Umwälzungen*) que servem de alavanca (*Hebel*) à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas (*losgerissen*) súbita e violentamente (*plötzlich und gewaltsam*) de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros (*vogelfreie Proletarier*). A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo (*die Expropriation des ländlichen Produzenten, des Bauern, von Grund und Boden bildet die Grundlage des ganzen Prozesses*). Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica (*klassische Form*).¹⁰¹

Marx mostra também ali, no capítulo XXIV do Livro I de *O Capital*, que o Estado Nacional europeu teria sido exatamente esta “alavanca principal” da qual a burguesia teria se valido para pôr em prática a concentração da riqueza social, ou seja, sua forma “abreviada” de acumulação originária (*ursprünglich Akkumulation*) e transformação desta riqueza social em riqueza privada, mais propriamente em *capital* (*Kapital*).

Esses métodos [de acumulação originária] baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial (*Kolonialsystem*). Todos [os países europeus], porém, utilizaram o poder do Estado (*die Staatsmacht*), a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente (*zu fördern*) o processo de

¹⁰¹ Marx. *O Capital*. L. I, T. II. Op cit, p.263.

transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar (*abzukürzen*) a transição [de um modo de produção para o outro].¹⁰²

Como diz Marx, nestes períodos revolucionários de mudança profunda nas relações de produção, a burguesia se utiliza do poder do Estado para “abreviar” a transição das ultrapassadas de produção para as relações burguesas propriamente ditas, tanto na metrópole quanto nas colônias. Neste uso do poder do Estado, a violência (*die Gewalt*) em geral é quem faz o “parto” (*die Geburt*) da nova sociedade:

Ali onde o capitalista tem atrás de si o poder da metrópole, ele procura eliminar pela força o modo de produção e apropriação baseado no próprio trabalho.¹⁰³ (...) A violência (*die Gewalt*) é a parteira (*Geburtshelfer*) de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (*ökonomische Potenz*).¹⁰⁴

No caso inglês, o caso “mais clássico” de acumulação originária, Marx mostra que pelo menos desde o final do século XV o Estado (“monárquico”) aparecia já como o principal instrumento da nova classe burguesa para abreviar este processo de transição da forma de produção feudal (auto-suficiente) para a forma de produção burguesa. Neste período – séculos XV a XVIII – esta violência direta contra os camponeses e dependentes agrícolas em geral, segundo Marx, alimentava a sede vampiresca, inescrupulosa, ilimitada e sem-freios dos novos capitalistas por mais-valia (*Mehrwert*):

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva [originária]. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros.¹⁰⁵

¹⁰² Marx. *O Capital*. L. I, T. II, op cit, p.286.

¹⁰³ Marx. *O Capital*. L. I, T. II, op cit, p.295.

¹⁰⁴ Marx. *O Capital*. L. I, T. II, op cit, p.286.

¹⁰⁵ Marx. *O Capital*. Livro I, Tomo II. Op cit, p.274-275.

No final do século XVII, segundo Marx, a burguesia teria então assumido diretamente o controle do Estado, transformando-o definitivamente, a partir de então, como disseram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, em um comitê para gerenciar e gerir seus próprios negócios, sem a intrusão de preconceitos nobiliárquicos e ou feudais em seus novos empreendimentos mercantis e industriais:

Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca. Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si mesma na comuna; aqui, República urbana independente; ali, terceiro estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta. Pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. *O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.*¹⁰⁶

Marx explica que com a transformação da sociedade européia ocidental em uma sociedade plenamente burguesa (ainda que este processo tivesse se completado somente no século XIX), a burguesia teria percebido, então, que o capital tem uma necessidade inexorável de expansão e submissão de todas as sociedades à sua forma de produção. Uma vez tornado o modo de produção dominante em uma parte do globo, diz Marx, o capitalismo necessita tornar-se universal, ou seja, necessita submeter todas as outras áreas do planeta às suas próprias leis do mercado.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países...¹⁰⁷

¹⁰⁶ Marx e Engels. *O Manifesto do Partido Comunista*. Op cit, p.23, grifo meu). “A Glorious Revolution (Revolução Gloriosa) trouxe, com Guilherme III de Orange, extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder”. (Marx, *O Capital*. Livro I. Tomo II. *A Assim chamada acumulação primitiva*, p.268).

¹⁰⁷ Marx e engels. *O Manifesto Comunista*. Op cit. p.24.

Por isso, parece que Marx compreendeu a conquista britânica da Índia como a própria necessidade de expansão do princípio da acumulação originária do capital. A Índia, com suas riquezas naturais e sociais ímpares no mundo, estava fadada, segundo Marx, por sua própria forma de organização econômico-social, a ser dominada pela burguesia ocidental, portadora do princípio da extração de mais-valia. Pois, segundo Marx, sendo a lei da acumulação capitalista uma lei de submissão inexorável de toda a face da terra sob seus pressupostos, a Índia, com sua forma de propriedade fundiária comunal-aldeã, regida por um sistema de castas hereditário e impermeável, não poderia, assim, manter-se intacta à ação revolucionadora da produção capitalista inglesa. Por isso, diz Marx, por mais que se lamentasse ver aquelas antiqüíssimas formas de organização social serem destruídas da noite para o dia e transformadas em propriedade privada, do ponto de vista das implacáveis leis universais da forma de produção burguesa, a destruição das mesmas e a conseqüente apropriação privada de suas riquezas aparecia para Marx, naquele momento histórico, como um processo inevitável, pois essas comunidades milenares apareciam, do ponto de vista de Marx, como parte, em potência, da apropriação e valorização do próprio valor.

Marx explica que, abstraindo-se da destruição cultural provocada pelos ingleses na Índia (descrita por Marx como excessiva), a Inglaterra, ao promover uma revolução social na Índia, agiria, naquele momento (numa certa alusão à filosofia da história de Hegel), como um “instrumento inconsciente da história”, pois revolucionar as condições econômico-sociais da Índia (ou seja, ao destruir o milenar modo de produção asiático e instaurar o modo de produção burguês) significava, pois, a “ocidentalização da Ásia”, ou seja, a transformação da Índia em uma nação dirigida sob a égide do capital:

A Inglaterra tem de cumprir na Índia uma dupla missão: destruidora, por um lado, e regeneradora do outro. Tem que destruir a velha sociedade asiática e assentar as bases materiais da sociedade ocidental na Ásia.¹⁰⁸

Ou seja, do ponto de vista revolucionário de Marx, a Índia, bem como toda a Ásia, estariam pré-destinadas – desde o momento em que a produção no Ocidente teve como fundamento a extração universal de mais-valia – a serem transformadas em elementos da

¹⁰⁸ Marx, Karl. *Futuros resultados do domínio britânico na Índia*. In: Marx-Engels - TEXTOS. Op cit, p.292.

universalização da história da luta de classes, da história que traria consigo, em germe, o princípio da revolução mundial. Nesta forma de sociedade produtora de mais-valor (*Mehrwert*), do ponto de vista de Marx, o Estado aparecia como um forte aparato da classe dominante para, em certos casos, abreviar o processo de destruição das barreiras histórico-sociais que porventura atravancavam a apropriação burguesa, “abrindo-lhe” e “limpando” o caminho, aparecendo, assim, como impulsionador e garantidor (credor) dos negócios desta mesma burguesia. Parece ser por isso que Marx, como mostramos acima, diz que o governo do Estado burguês aparece simplesmente como um comitê avançado de gerenciamento dos empreendimentos privados do grande capital.

2.2 – A TESE DE MARX SOBRE A LEI GERAL DA HISTÓRIA: A CONTRADITÓRIA OPOSIÇÃO ENTRE *ESTADO* E *RELAÇÕES-DE-PRODUÇÃO* NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BURGUESA

Como dissemos acima, em *A miséria da filosofia*, Marx teria exposto uma *lei geral da história* no intuito de mostrar a relação dialética que haveria entre o poder estatal e as divisões social e manufatureira do trabalho:

Pode-se estabelecer como regra geral (*allgemeine Regel*): quanto menos intervém a autoridade na divisão do trabalho no interior da sociedade, tanto mais se desenvolve a divisão do trabalho dentro da oficina e tanto mais ela se subordina à autoridade de um [único] indivíduo. Conseqüentemente, a autoridade na oficina e a autoridade na sociedade estão, com referência à divisão do trabalho, em razão inversa uma da outra.¹⁰⁹

Para Marx, se no interior de uma sociedade dada a divisão do trabalho não estiver determinada pela intervenção direta da força pública superior (o Estado), então a divisão do trabalho no interior do processo produtivo parece que estará subordinada à autoridade de

¹⁰⁹ (Marx. *Miséria da filosofia*. Op cit, p.129). “Man kann als allgemeine Regel aufstellen: Je weniger die Autotität der Teilung der Arbeit innerhalb der Gesellschaft vorsteht, desto mehr entwickelt sich die Arbeitsteilung im Innern der Werkstatt und um so mehr ist sie der Autorität eines einzelnen unterworfen. Danach steht die Autorität in der Wekstatt und die in der Gesellschaft, in bezug auf die Arbeitsteilung, im umgekehrten Verhältnis zueinander” (MEW. *Das Kapital*. Band 23, S. 11-802, Dietz Verlag, Berlin/DDR 1962, p.378).

um único indivíduo (um capitalista), o qual aparece como o beneficiário direto da riqueza produzida no interior da oficina.

Marx explica que o Estado não interfere nos negócios do proprietário dos meios de produção, pois, explica Marx, no que se refere à relação de extração de mais-valia dentro da oficina, o capitalista rege-se unicamente pelas leis anárquicas do mercado. E, segundo Marx, é exatamente pelo fato de que o proprietário dos meios de produção mantém uma relação de autonomia com relação ao poder social global que a relação do capitalista com seus subordinados aparece, no interior da oficina, como uma relação *despótica* (*despotisch*)¹¹⁰, pois ele imprime a seus subordinados a rigidez necessária para extrair o máximo possível de mais-valor no menor tempo possível.

Por outro lado, Marx explica também que na maior parte das sociedades pré-capitalistas, ao contrário da sociedade burguesa, o Estado centralizava em torno de si a vida social da comunidade global. Neste sentido, a aldeia local aparecia aqui como uma grande oficina comunal. Em seu interior, no entanto, contraditoriamente, segundo Marx, cada membro poderia atuar na execução de suas tarefas ordinárias dentro de sua própria oficina com relativa autonomia, pois nenhum membro da comuna estaria ali subordinado diretamente às despóticas leis do Estado, mas sim às hereditárias e fixas leis do *ethos* comunal (leis consuetudinárias). Marx explica que a divisão do trabalho dentro de cada oficina particular aparecia como uma divisão *natural* do trabalho, pois surgiria (seria criada) a partir de uma divisão naturalmente posta (ou *imposta*) pelas precárias, simples e limitadas necessidades *sociais* da própria comunidade:

(...) O isolamento das comunidades rurais (*die dörfliche Isoliertheit*) motivou a ausência (*Fehlen*) de caminhos na Índia, e a ausência de caminhos perpetuou (*verewigte*) o isolamento das comunidades. Nestas condições, a comunidade permanecia estabilizada sob um baixo nível de vida (*gegebene niedrige Lebensniveau beibehielt*), separada quase por completo das outras comunidades, sem mostrar o menor esforço de progresso social e sem realizar nenhum esforço para consegui-lo (*nichts von den Bedürfnissen und den Anstrengungen kannte, ohne die ein sozialer Fortschritt undenkbar ist*). (...) A indústria

¹¹⁰ Marx. *O Capital*. L. I, T. I. op cit, p.263.

moderna destruirá a divisão hereditária do trabalho, base das castas hindus, esse o principal obstáculo (*behindert haben*) para o progresso e o poder do país.¹¹¹

Esta mesma lei exposta em *A miséria da filosofia* reaparece no Primeiro Livro de *O Capital*, capítulo XII, “Divisão do trabalho e manufatura”, justamente na parte onde Marx mostra a diferença entre a divisão do trabalho dentro da manufatura e a divisão do trabalho dentro da sociedade. Neste capítulo, Marx explica ali que, se por um lado, no modo de produção capitalista a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão do trabalho no interior da fábrica estariam dialeticamente condicionados, por outro lado, porém, em sociedades onde a particularização dos ofícios teria se originado naturalmente e somente se transformado em lei após a cristalização dos mesmos no interior da sociedade, então, ali, ao contrário da sociedade capitalista, primeiro: a produção social aparecia como uma produção planejada e subordinada a uma autoridade centralizadora, situada fora da oficina e, segundo: não haveria (ou muito pouca) divisão do trabalho no interior da oficina.

Enquanto na sociedade do modo de produção capitalista a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente, formas sociais anteriores, nas quais a particularização dos ofícios se desenvolveu naturalmente, para depois cristalizar-se e por fim firmar-se legalmente, apresentam, ao contrário, de um lado, o quadro de uma organização do trabalho social subordinada a um plano e a uma autoridade, enquanto de outro excluem inteiramente a divisão do trabalho dentro da oficina, ou só a desenvolvem numa escala minúscula, ou de modo apenas esporádico e accidental.¹¹²

Marx explica que dentro da manufatura moderna o trabalhador está submetido a uma função determinada conforme as condições de produção assim o exigam. Na sociedade, ao contrário, a distribuição dos trabalhadores entre os diferentes ramos sociais da produção segue um processo anárquico e casual. Marx diz que por ser a divisão social capitalista do trabalho assim anárquica e centrífuga, então, os diferentes ramos industriais procuram

¹¹¹ Marx. *Futuros resultados da dominação britânica na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo...* Op cit, p.104-105; Marx. *Die künftigen Ergebnisse der britischen Herrschaft in Indien*. MEW. Band 9. Dietz Verlag, Berlin/DDR 1960. S.223-224.

¹¹² Marx. *O Capital*. Livro I. Volume I. Op cit, p.280.

manter seu equilíbrio produzindo cada um por si valores de uso determinados sob determinado quantum de trabalho social:

Enquanto na manufatura a lei de bronze da proporcionalidade submete determinadas quantidades de trabalhadores a determinadas funções, na sociedade, o variado jogo do acaso e do arbítrio determina a distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos sociais de trabalho (...) Todavia, essa constante tendência das diferentes esferas de produção de se colocar em equilíbrio atua apenas como reação contra a contínua eliminação desse equilíbrio. A regra que se segue *a priori* e planejadamente na divisão do trabalho dentro da oficina atua na divisão do trabalho no interior da sociedade apenas *a posteriori*, como necessidade natural, interna, muda, perceptível nas flutuações barométricas dos preços do mercado, subjugando o desregrado arbítrio dos produtores de mercadorias. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a *autoridade incondicional do capitalista (die unbedingte Autorität des Kapitalisten)* sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos, do mesmo modo que no reino animal (*Tierreich*) o *bellum omnium contra omnes* [*der Krieg aller gegen alle* – a guerra de todos contra todos].¹¹³

Assim sendo, segundo esta lei geral da história de Marx, parece que quanto mais forte fosse a autoridade do governante no interior da sociedade, menos liberdade de ação e industriabilidade teriam os produtores individuais nesta mesma sociedade e, conseqüentemente, a divisão do trabalho no interior da oficina seria necessariamente

¹¹³ Marx. *O Capital*. Livro I. V I. Op cit, p.280. N'A *miséria da filosofia*, Marx comenta que se a sociedade moderna também tivesse uma estrutura despótica, planejada, como existe no interior da fábrica, esta anarquia da divisão social do trabalho não existiria: "O que a sociedade tem de comum com a estrutura interna de uma fábrica é que também nela existe sua divisão do trabalho [como] em uma fábrica moderna. Para aplicá-la depois ao conjunto da sociedade, veremos que a sociedade melhor organizada para a produção de riquezas seria incontestavelmente a que tivesse um único empresário chefe, que distribuísse o trabalho entre os diversos membros da comunidade, segundo regras estabelecidas de antemão. Mas, na realidade, as coisas ocorrem de modo totalmente diverso. Enquanto que no interior da fábrica moderna a divisão do trabalho está, minuciosamente, regulamentada pela autoridade do empresário, a sociedade moderna não possui, para distribuir o trabalho, outra regra ou outra autoridade, além da livre concorrência". (Marx. *Miséria da filosofia...* op cit, p.128).

pequena. Por outro lado, explica Marx, o reverso desta lei mostraria que quanto menor a autoridade (do Estado) no interior da sociedade, mais a divisão do trabalho dentro da oficina estaria sujeita ao despotismo de um único indivíduo (ou seja, do capitalista, na sociedade burguesa).¹¹⁴

Ao tratar desta lei – tanto na *Miséria da Filosofia*, quanto n’*O Capital* – Marx estava fazendo um comparativo entre as sociedades despóticas orientais, as sociedades patriarcais, rigidamente hierarquizadas, o sistema feudal e o sistema corporativo urbano da Idade Média, de um lado, e o período manufatureiro europeu (que, iria, grosso modo, segundo Marx, de meados do século XVI até o último terço do século XVIII, ou seja, o período em que teria predominado na Europa ocidental o chamado capital comercial [*Kaufmannskapital*])¹¹⁵, de outro.

Neste sentido, segundo Marx, fazendo-se um comparativo entre as sociedades orientais, mais a sociedade feudal (rural e urbana), com os Estados europeus ocidentais do período manufatureiro, percebe-se que a intensa presença da máquina burocrática do Estado nas sociedades pré-capitalistas junto às comunidades – controlando e determinando o que poderia ou não ser produzido (além da quantidade a ser produzida) – impedia a destruição tradicional da divisão hereditária (fixa) do trabalho no interior da sociedade. Nestas sociedades, segundo Marx, o indivíduo propriamente dito não existia (ou muito pouco), pois os elementos componentes da sociedade não teriam liberdade de ação, ou seja, a livre-iniciativa, como na sociedade burguesa, diz Marx, não existia (salvo exceção, em parte, no sistema corporativo). No caso Oriental, em especial, segundo Marx, como dissemos no primeiro capítulo, a divisão da sociedade estava “naturalmente” dada e a forma despótica do Estado impediam sua desintegração e ou fragmentação.

No entanto, como dissemos no capítulo I, nas sociedades patriarcais da Ásia a produção agrícola e artesanal, segundo Marx, estava voltada à auto-suficiência da comunidade; não havia liberdade de produção (um quantum maior do que as necessidades

¹¹⁴ Ver tese de doutorado de ANTUNES, Jadir – *Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético do conceito de crise em O Capital de Marx*. UNICAMP/2005 –, onde o mesmo discute, entre outras coisas, a relação da divisão despótica do trabalho dentro da fábrica e o seu reverso anárquico na sociedade.

¹¹⁵ “A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito, que, grosso modo, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII”. (Marx. *O Capital*. Livro I. V I. Op cit, p.267).

imediatas da comunidade que pudesse ser comercializado pelos próprios membros da comuna individualmente). Marx diz que a divisão do trabalho dentro da comunidade era bastante pequena, pois estava determinada *naturalmente*. O excedente da produção era direcionado ao Estado em forma de tributos e oferendas às divindades locais. Era somente esta última fatia, segundo Marx, que se transformava em mercadoria. Marx explica que o revolucionamento da divisão social do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas nas sociedades orientais eram impossíveis. Explica também que mesmo o aumento populacional nas sociedades do antigo Oriente não era capaz de alterar o mecanismo comunal. Marx diz que este aumento populacional, ao invés de por exemplo ser utilizado para aumentar a intensidade da divisão do trabalho, era utilizado para criar novas aldeias comunais, conforme o modelo da anterior, para manter intacta a milenar estrutura. O mercado do ferreiro, do oleiro, etc, diz Marx, estava determinado pela divisão comunal do trabalho:

Aquelas pequenas comunidades indianas, por exemplo, que em parte ainda continuam a existir baseiam-se na posse comum das terras, na união direta entre agricultura e artesanato e numa divisão fixa do trabalho que, no estabelecimento de novas comunidades, serve de plano e de projeto. Constituem organismos de produção que bastam-se a si mesmos, variando suas áreas de produção de 100 a alguns milhares de acres. A maior parte dos produtos é destinada ao auto-consumo direto da comunidade não como mercadoria, sendo portanto a própria produção independente da divisão do trabalho mediada pelo intercambio de mercadorias no conjunto da sociedade indiana. Apenas os produtos excedentes transformam-se em mercadorias, parte deles só depois de chegar às mãos do Estado, para o qual flui desde tempos imemoriais certo quantum como renda natural.¹¹⁶

Como se percebe, segundo Marx, esta divisão natural da sociedade e da produção artesanal, em determinado momento do desenvolvimento comunitário, teria se cristalizado e se transformado em divisão de castas. Depois, o Estado teria regulamentado esta divisão e a tornado lei social. Desta forma, segundo Marx, se a produção agrícola e artesanal nas aldeias teria surgido de forma natural, porém, desde o momento em que teria sido erigida

¹¹⁶ Marx. *O Capital*. L. I. V. I. op cit, p.281.

uma comunidade superior, esta teria assumido então o destino do excedente comunal. Assim mesmo, segundo Marx, era esta comunidade superior (Estado) quem teria o direito de dar destino a estes produtos: uma parte seria consumida pelo déspota e seu séquito (familiares, exército, burocracia, etc), e outra parte seria negociada com o estrangeiro. Em *O Capital*, Marx dá a descrição da estrutura social de uma destas comunidades aldeãs, extraída de um relatório inglês da Índia:

Diferentes regiões da Índia possuem diferentes formas de comunidades. Em sua forma mais simples a comunidade cultiva a terra em comum e distribui seus produtos entre seus membros, enquanto cada família fia, tece, etc como atividade acessória doméstica (...) O mecanismo comunal apresenta uma divisão planejada do trabalho, mas sua divisão manufatureira é impossível, pois o mercado do ferreiro, do carpinteiro, etc permanece inalterado, podendo-se, de acordo com o tamanho da aldeia, encontrar no máximo, em vez de um ferreiro, oleiro, etc., dois ou três deles. A lei, que regula a divisão do trabalho comunal, opera aqui como a autoridade inquebrantável de uma lei natural, enquanto cada artesão particular, como o ferreiro, etc, realiza todas as operações pertinentes a seu ofício, de maneira tradicional, mas independente e sem reconhecer nenhuma autoridade em sua oficina.¹¹⁷

Da mesma forma, durante a Idade Média européia, segundo Marx, o senhor feudal era o senhor absoluto em suas propriedades; os servos estavam presos à terra e sujeitos à autoridade de seu senhor e não havia perspectiva de superação daquela condição servil. Com o incremento das cidades e a conseqüente autonomia das mesmas, diz Marx, estas passaram a ser controladas, na maioria dos casos, pelos mestres corporativos, fazendo estes as vezes de governantes e polícia ao mesmo tempo. A divisão do trabalho no interior da sociedade (da cidade em si) – se era já mais “livre” do que nos casos oriental e feudal-rural –, não obstante, explica Marx, estava ainda muito reduzida. Mais rígida ainda seria a divisão do trabalho no interior da oficina corporativa, onde cada mestre artesão tinha a produção e o número de aprendizes determinados e controlados pela própria corporação. A produção e distribuição, diz Marx, como no caso oriental (ainda que com maior dinamismo

¹¹⁷ Marx. *O Capital*. L. I. V. I. op cit, p.281.

que nesta), estavam determinadas pelas leis da própria corporação, a qual controlava também a sociedade, não podendo um mestre artesão aumentar sua produção por sua própria conta. Se circunstâncias externas demonstravam a necessidade de aumento de certo artigo, então, explica Marx, eram criadas novas corporações submetidas às leis vigentes. Neste sentido, segundo Marx, a livre-iniciativa também estava limitada ao despotismo do sistema corporativo como um todo:

As leis corporativas (...) impediam *planejadamente*, ao limitar severamente o número de ajudantes que um único mestre de corporação podia empregar, a sua transformação em capitalista. Da mesma forma, somente era-lhe permitido empregar ajudantes no ofício em que ele era mestre. A corporação defendia-se zelosamente contra qualquer intrusão do capital mercantil, a única forma livre de capital, com que se defrontava. O comerciante podia comprar todas as mercadorias, mas não o trabalho como mercadoria. Ele era apenas tolerado como distribuidor dos produtos artesanais. Se circunstâncias externas provocassem uma progressiva divisão do trabalho, as corporações existentes dividiam-se em espécies e sub-espécies ou fundavam-se novas corporações ao lado das antigas, porém, sem que diferentes ofícios se reunissem em uma oficina. A organização corporativa, por mais que sua especialização, isolamento e aperfeiçoamento dos ofícios pertençam às condições materiais do período da manufatura, excluía, portanto, a divisão manufatureira do trabalho. Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como o caracol e sua concha, e faltava assim a base principal da manufatura, a autonomização dos meios de produção como capital perante o trabalhador.¹¹⁸

Seria esta autonomização dos meios de produção como algo não mais unido ao trabalhador (como na metáfora do caracol e sua concha) que caracterizaria, segundo Marx, o modo de produção capitalista. E teria sido no período manufatureiro que esta autonomização teria começado a tomar forma. A partir de então, diz Marx, seria a livre-iniciativa quem daria as cartas, principalmente em países onde primeiro teria se consolidado a iniciativa privada (no sentido capitalista do termo), ou seja, inicialmente nas cidades italianas e holandesas desde a Idade Média, seguidas de Portugal desde pelo menos

¹¹⁸ (Marx. *O Capital*. L. I; V. II. Op cit, p.282 (grifos nossos).

o final do século XIV e abarcando a Espanha, a Inglaterra e a França desde pelo menos os séculos XV e XVI:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, então, mais ou menos de forma cronológica, a saber, pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são reunidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista.¹¹⁹

Marx explica que conforme as cidades feudais se tornavam autônomas frente aos senhores feudais, frente à monarquia nascente e ao papado, como nos casos das cidades italianas e flamengas, ou conforme o Estado Nacional em seu processo de formação ia destruindo as formas de relações feudais, a classe dos burgueses locais teria colocado nos respectivos governos nacionais agentes diretamente indicados e controlados por ela mesma.

Marx diz que, desde pelo menos o século XIV, o crescente aumento e consolidação da propriedade privada da terra na Europa ocidental – com a expropriação camponesa e o aumento das cidades – teria ampliado, paulatinamente, o mercado consumidor de produtos não-agrícolas, em especial no ramo de vestuário, um ramo que, segundo Marx, tradicionalmente fugia ao controle corporativo. Isto teria dado impulso, segundo Marx, ao surgimento de indústrias manufatureiras de tecidos em algumas regiões da Europa, como Flandres, nos Países Baixos, e Florença, na Itália. Mas, segundo Marx, teria sido, sobretudo, o descobrimento da rota marítima às Índias Orientais e da América que teria dado o impulso definitivo às indústrias manufatureiras e, portanto, o golpe final no rígido sistema corporativo. Por isso, segundo Marx, o século XVI marcaria uma viragem significativa na história da humanidade, ou seja, marcaria o surgimento do *mercado mundial* (*Weltmarkt*). Só a partir de então, com o surgimento de um mercado posto a nível mundial, segundo Marx, a divisão do trabalho teria podido desenvolver-se plenamente no interior da oficina manufatureira.

¹¹⁹ (Marx. *O Capital*. L. I; V. II. Op cit, p.285-286). Fernando Novais mostra a relação que teria havido na história europeia entre a unificação nacional e a primazia na expansão comercial capitalista ultramarina: “Portugal, Espanha, províncias Unidas, Inglaterra e França lançam-se na concorrência comercial e colonial na medida mesma em que se organizam internamente como estados unitários e centralizados” (NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: (1777-1808)*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1985, p.65).

Ainda em sua polêmica com Proudhon – na *Miséria da Filosofia* –, Marx explica que este erra ao apresentar a divisão do trabalho como uma “lei eterna”, como se ela fosse invariável em todas as épocas. Ao contrário, o que Marx demonstra é que a divisão do trabalho adquire determinada forma em cada forma social determinada. Cada inovação na força produtiva ou a ampliação do mercado atuam de forma profunda na estrutura de cada sociedade e atingiriam a divisão “nacional” do trabalho de forma essencial. O século XVI teria sido, por isso, segundo Marx, um marco histórico-universal:

Nos séculos XIV e XV, quando ainda não existiam colônias, quando a América nem sequer existia para a Europa, quando as relações com a Ásia mantinham-se unicamente através de Constantinopla, quando o Mediterrâneo era o centro da atividade comercial, a divisão do trabalho tinha uma forma e um caráter completamente diversos daqueles do século XVII, quando os espanhóis, os portugueses, holandeses, ingleses e franceses possuíam colônias estabelecidas em todas as partes do mundo. A extensão do mercado e sua fisionomia dão à divisão do trabalho em diferentes épocas uma fisionomia e um caráter que seria difícil deduzir da simples palavra ‘dividir’, da idéia, da categoria [na concepção de Proudhon].¹²⁰

A partir da divisão manufatureira do trabalho, ter-se-ia tornado possível, segundo Marx, a livre-iniciativa de indivíduos privados para explorar as potencialidades econômicas da sociedade, e mais, esta livre-iniciativa teria se tornado regra no modo de produção capitalista. Na sociedade burguesa, explica Marx, a divisão do trabalho no interior da oficina se intensifica e o controle do capitalista se torna então um controle despótico sobre os trabalhadores. O Estado, assim, segundo Marx, perde o direito de intervir nos assuntos privados relativos à atividade econômica e se torna o administrador e mantenedor (sobretudo do ponto de vista repressor) do *status quo*:

A mesma consciência burguesa, que festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação parcial e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva, *denuncia com igual alarido qualquer controle e regulação social consciente do*

¹²⁰ Marx. *Miséria da filosofia*. Op cit, p.122.

processo social de produção como uma infração dos invioláveis direitos de propriedade, da liberdade e da ‘genialidade’ autodeterminante do capitalista individual. É muito característico que os mais entusiásticos apologistas do sistema fabril não saibam dizer nada pior contra toda organização geral do trabalho social de que ela transformaria toda a sociedade numa fábrica.¹²¹

Percebe-se, assim, com o exposto acima, que para Marx a presença em maior ou menor grau do poder do Estado na sociedade parece ser fator determinante para a divisão social do trabalho, tanto no interior da mesma, quanto no interior da fábrica. Isto quer dizer que Marx *relativiza* a intervenção do Estado na sociedade e no processo produtivo ao longo da história: nas sociedades pré-capitalistas a intervenção seria maior – despotismo (e assim mesmo em graus diferentes); na sociedade do modo de produção capitalista esta intervenção seria menor (“liberalismo”).

Se esta lei demonstraria, de forma clara, segundo Marx, as profundas diferenças entre as sociedades asiáticas e a sociedade européia ocidental, já determinada pelas leis da produção burguesa, esta mesma lei parece servir também, pois, para relativizar *espacial e temporalmente*, no interior da própria Europa ocidental, os graus diferenciados em que surgem e se desenvolvem as divisões social e manufatureira do trabalho em cada país determinado. Marx mostra n’*O Capital* que estas diferenças aparecem, inicialmente, como diferenças *nacionais* e mostra também que a divisão corporativa do trabalho, ainda predominante em algumas regiões da Europa ocidental no século XIX (na Alemanha, especificamente), contrasta de forma clara com regiões onde a divisão manufatureira do trabalho teria já se tornado a base da divisão do trabalho destes países (no século XVII na Holanda e, no século XVIII, em grau ainda mais desenvolvido, na Inglaterra):

As mesmas operações que se engrenaram como tarefas sucessivas do produtor de papel nas corporações alemãs tornaram-se autônomas na manufatura de papel holandesa, como operações parciais, executadas uma ao lado da outra por muitos trabalhadores cooperantes.

¹²¹ Marx. *O Capital*. L. I; V. I. Op cit, p.280 (grifo nosso). Desta forma, poderíamos dizer que o “liberalismo” – enquanto doutrina econômica burguesa – nada mais é do que o despotismo do capitalista com relação à divisão do trabalho dentro da fábrica e a guerra de todos contra todos no interior da sociedade, sem a regulação e controle do Estado.

O agulheiro corporativo de Nuremberg constitui o elemento fundamental da manufatura inglesa de agulhas. Mas, enquanto aquele agulheiro isolado realizava uma série de talvez 20 operações consecutivas, aqui 20 agulheiros logo passaram a executar cada um apenas uma das 20 operações, as quais, em virtude das experiências, foram ainda muito mais subdivididas, isoladas e tornadas autônomas como funções exclusivas de trabalhadores individuais.¹²²

Para dar mais um exemplo da importância da relativização na divisão territorial (nacional) do trabalho na formação do modo de produção capitalista, segundo a concepção histórica de Marx, apresentamos mais um exemplo do próprio Marx, desta vez entre Inglaterra e França:

Na Inglaterra, com a concentração das terras – instrumentos do trabalho agrícola – temos também a divisão do trabalho agrícola e a aplicação da maquinaria no lavrar da terra. Na França, onde os instrumentos de trabalho estão dispersos, onde predomina o sistema de parceria, não temos, em geral, nem divisão do trabalho agrícola nem aplicação das máquinas ao cultivo da terra.¹²³

¹²² (Marx. *O Capital*. L I; V. I. op cit, p.268). “A história da economia colonial holandesa – e a Holanda era a nação capitalista modelar do século XVII (...)” (p.286). No caso da Alemanha, a divisão manufatureira do trabalho e, conseqüentemente, da divisão social do trabalho são produtos do século XIX, quando a sociedade burguesa já está consolidada na Inglaterra, por exemplo, há mais de um século; Fernando Novais em sua obra *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* defende a idéia de que na Europa ocidental as relações burguesas de produção não vão se consolidando aos poucos em cada país determinado, conforme a agressividade de sua política econômica colonialista: “A Europa... não é uma unidade política, é uma unidade civilizacional. Se, pois, no conjunto e no essencial a economia européia funcionava como o centro do sistema de exploração ultramarina, para lá convergindo os influxos estimuladores do desenvolvimento econômico – na prática desse processo as várias nações da Europa Moderna se disputavam agressivamente a preeminência do desfrute do sistema colonial. Assim, preponderância européia e hegemonia ultramarina vão se entrelaçando cada vez mais, e se condicionando reciprocamente”. (Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.34).

¹²³ (Marx. *Miséria...* op cit, p.132). Segundo Fernando Novais, durante quase todo o século XVII teria havido a hegemonia dos Países Baixos no comércio mundial, tanto pela criação do sistema manufatureiro, como pelo predomínio comercial neste período em todo o Atlântico e Oriente. No século XVIII, porém, a preponderância político-militar e comercial teria estado dividida entre Inglaterra e França. O acordo firmado ao fim da Guerra de Sucessão Espanhola (Paz de Utrecht - 1713) teria tornado a França hegemônica no continente europeu. No entanto, no que tange ao comércio colonial seria a Inglaterra quem teria colhido os melhores frutos, colocando Portugal sob sua tutela (quase) direta, e controlando desde então o comércio com o Brasil e a concessão do monopólio do *asiento* espanhol, bem como o “navio de permissão” (p.34). Ao final do século XVIII, a Inglaterra é a senhora do mundo (cf. Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.42 e 115).

Como se pode perceber, Marx, além de relativizar o processo de formação do modo de produção capitalista entre as várias nações européias, *temporaliza-o* também, ao demonstrar que em cada período determinado da história européia a preponderância no desenvolvimento capitalista teria assumido, grosso modo, um desenvolvimento nacional.¹²⁴ Assim, nesta fase inicial do modo burguês de produção, o grande capital teria migrado, segundo Marx, de uma nação a outra conforme cada uma das principais nações assumia a dianteira comercial e ou no aprofundamento da divisão social e manufatureira do trabalho no interior do próprio país. Conforme a divisão manufatureira do trabalho (ou seja, no interior da oficina) em dado país ia tornando-se mais despótica e, por outro lado, a divisão social do trabalho no interior deste mesmo país ia se transformando em uma forma mais “liberal” (ou seja, conforme a anarquia e a concorrência entre os capitalistas se tornavam a regra na sociedade), então, segundo Marx, cada vez mais os trabalhadores assalariados deste mesmo país iam transformando-se em puros *sujeitos*, isto é, em indivíduos abstratos sem nenhuma objetividade, totalmente separados da natureza.¹²⁵

Assim, vimos que esta lei geral da história de Marx acima descrita teria sido inicialmente formulada para mostrar o profundo abismo, na concepção de Marx, do ponto de vista das relações de produção, entre a Europa já capitalista e as velhas e arcaicas sociedades do modo de produção asiático. Vimos também que no interior de cada país da Europa ocidental, segundo Marx, as relações burguesas teriam se tornado predominantes ao passo que teriam destruído a autonomia dos senhores feudais, expandindo, assim, sua área de influência, primeiramente de forma nacional e depois universal.

¹²⁴ Novais explica que a formação do estado nacional europeu está diretamente ligado à introdução das relações capitalistas em cada país. Explica também a assincronia de tal processo: “Foi um processo assíncrono nos vários países a formação do estado centralizado e unitário; variou no tempo e no espaço a fórmula encontrada, e cada nova forma se constituía em uma nova peça no jogo das relações internacionais (...) E de fato, o estado moderno pôs em execução com maior ou menor intensidade variando no tempo e no espaço, com êxitos e frustrações ao longo de sua existência, a política econômica mercantilista (...) A consonância dessa política econômica com a fase do capitalismo comercial que lhe é subjacente era pois perfeita...” (Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.65-66).

¹²⁵ “O indivíduo posto como mero *trabalhador* em sua nudez (*Nacktheit*) é em si mesmo um produto *histórico*” (Marx. *Elementos fundamentais...* Op cit, p.434 – grifos no original).

CAPÍTULO III

A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA E A CARACTERIZAÇÃO DAS FORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS COLONIAIS SEGUNDO MARX

Como procuramos demonstrar acima, na concepção de Marx, a história universal aparece como a história da separação entre homem e natureza e a luta de classes aparece como o agente-motor deste processo. Esta história seria o processo de desenvolvimento da contradição surgida na civilização grega – o processo de apropriação privada em larga escala – e que teria promovido, aos poucos, a universalização desta contradição.

Ao se tornar universal, porém, segundo Marx, a burguesia – o agente histórico-revolucionário de então – teria arrastado para a torrente de civilização todos os povos que até então estariam à sua margem, teria destruído seus antigos modos de produção e implantado ali o modo de produção burguês:

(...) Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de produção, a burguesia arrasta (*reißt*) para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras (*auch die barbarischsten Nationen in die Zivilisation*). Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização (*Zivilisation*), isto é, a se tornarem burguesas (*d.h. Bourgeois zu werden*). Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (*Mit einem Wort, sie schafft sich eine Welt nach ihrem eigenen Bilde*).¹²⁶

Nesta universalização da contradição da luta de classes, a sociedade ocidental, segundo Marx, teria arrancado do embrutecimento todos os povos que viviam submetidos às vicissitudes da natureza; teria submetido todos os povos camponeses à cidade; teria submetido, sobretudo, neste processo, diz Marx, o *Oriente ao Ocidente*:

¹²⁶ (Marx e Engels. *O Manifesto Comunista*. Op cit, p.25; Marx und Engels. *Manifest der Kommunistischen Partei*. MEW. Dietz Verlag, Berlin. Band 4, 6. Auflage 1972. S.466).

A burguesia submeteu o campo à cidade (*die Bourgeoisie hat das Land der Herrschaft der Stadt unterworfen*). Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (*den Orient vom Okzident abhängig gemacht*).¹²⁷

Colocar o Oriente sob controle direto do Ocidente parece significaria que Marx realmente considerava a velha Ásia como uma área *culturalmente atrasada* em relação à Europa ocidental burguesa. Para Marx, a Ásia seria atrasada em relação ao desenvolvimento das forças produtivas ocidentais. Como procuramos mostrar acima, segundo Marx, a Ásia teria permanecido durante milênios estagnada no modo de produção asiático, um modo de produção que aparece como o modo de produção transitório entre a comunidade primitiva e o modo de produção greco-romano. Ou seja, as sociedades asiáticas teriam permanecido, do ponto de vista de Marx, numa forma de organização social segundo a qual a Europa ocidental teria superado já há mais de dois milênios.

Segundo Marx, a história da Europa ocidental teria percorrido uma história que teria começado numa forma de organização social bastante precária (a comunidade primitiva) há pelo menos três mil anos atrás; em seguida, ainda segundo Marx, a história ocidental teria passado por uma fase “asiática” (civilização creto-micênica), e na seqüência, os modos de produção escravagista, feudal e capitalista, como mostramos na carta de Marx à redação do jornal russo no capítulo anterior. Na concepção Marx, somente os povos que teriam se estabelecido nesta região mediterrânica centro-ocidental teriam percorrido esta “linha histórica clássica”. Os outros povos (asiáticos, americanos, africanos, etc.) teriam sido absorvidos – integrados –, ao longo do desenvolvimento e expansão desta contradição européia, à história da luta de classes. Por isso, segundo Marx, esta marcha histórica percorrida pela sociedade européia não poderia ser repetida por nenhum outro povo.¹²⁸

¹²⁷ Marx e Engels. *O Manifesto Comunista*. Op cit, p.25; Marx und Engels. *Manifest der Kommunistischen Partei*. Dietz Verlag, Berlin. Band 4, 6. Auflage 1972. S.466.

¹²⁸ “Para Marx, a história da luta de classes, desde o seu lançamento (desde o surgimento da sociedade de classes – modo de produção escravagista - gregos), possui um desenvolvimento interno, o qual só pode ser

Neste sentido, a América e a Ásia, segundo Marx, não teriam desenvolvido por si próprias uma história contraditória autônoma, onde as contradições de uma suposta luta de classes seria imanente à sua própria evolução. Assim, tanto a Ásia como a América, ao serem conquistadas pela espada e, principalmente, pelas relações de produção européias, teriam tido, na visão de Marx, seus respectivos modos de produção destruídos pela dinâmica da luta de classes ocidental, e teriam sido submetidas às suas leis. Os modos de produção destas duas áreas geográficas do planeta, segundo Marx, teriam sido destruídos e rebaixados ao status de formações sócio-econômicas dependentes de um centro externo à sua própria história, pois o modo de produção que teria passado a determinar sua nova dinâmica seria aquele regido já pela lei do valor. O modo de produção predominante na Ásia durante milênios – o modo de produção asiático –, segundo Marx, teria sido destruído pela ação dos conquistadores burgueses ao longo da chamada época Moderna (e o continuaria, em certo sentido, até hoje). Na América, da mesma forma, os modos de produção então existentes ali antes da conquista européia (o modo de produção asiático especificamente, segundo Marx, como veremos adiante), teriam sido destruídos pelos conquistadores e em parte teriam sido readaptados à forma burguesa de extração de mais-valia. Onde não havia um modo de produção propriamente dito, ou seja, nas áreas onde as populações nativas eram escassas e se encaixavam na categoria marxista da comunidade primitiva, os europeus, para tornar produtiva sua colonização nas áreas “virgens” da América, teriam sido forçados, pelas circunstâncias sócio-naturais, a implantar formas de extração de mais-valia em larga escala e com mão de obra forçada:

A esporádica utilização da cooperação em grande escala no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas (*modernen Kolonien*) baseia-se em relações diretas de domínio e

descoberto, enquanto plenamente imanente, se tomado desde o seu começo originário (fundamento, *arkhé, Grund*). Assim, por exemplo, se partirmos dos povos germânicos e não gregos, a constituição da história universal ganha uma total arbitrariedade: perde-se sua lógica imanente do processo, perde-se a imanência da história da luta de classes – surgem milhares de possíveis desenvolvimentos e de histórias particulares. No entanto, não são os germânicos ou os incas que se encontram com a história da luta de classes – a história posta como objetivamente universal – mas sim, é a história da luta de classes que vai encontrar a estes e a outros povos, superando-os na história como totalidade universal”. (Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.52).

servidão (*beruht auf unmittelbaren Herrschafts und Knechtschaftsverhältnissen*), na maioria das vezes na escravidão (*Sklaverei*)”.¹²⁹

O que pretendemos, neste capítulo, é encontrar nos escritos de Marx, em conformidade com sua concepção de história universal, quais seriam e como teriam sido organizadas as formas de produção e extração de riquezas americanas instituídas pela burguesia européia na América durante o período colonial. Pois, como se sabe, esta é uma das partes mais polêmicas entre os intelectuais marxistas que estudaram e estudam a história da colonização européia na América. Como se sabe, Marx não escreveu nenhum livro específico sobre o tema da colonização européia na América que pudesse ser por nós considerada como “A história marxista da América”.

O que aparece como algo contraditório concepção de história de Marx relativo às formas de produção na América colonial e que supostamente não estaria posto de forma clara nos textos de Marx, seria exatamente o seguinte: se, segundo Marx, a expansão européia da Época Moderna é uma expansão essencialmente capitalista, e o pressuposto da extração de mais-valia é a exploração de trabalho assalariado, então, qual seria, do ponto de vista do próprio Marx, o tipo de extração de riquezas implantada na América por esta mesma burguesia extratora de mais-valia? Como é notório, na América as formas de extração do mais-trabalho não correspondiam necessariamente à forma clássica do modo de produção burguês. A forma predominante de extração de mais-valia na América durante o período colonial (e, em certas regiões, até bem depois) não seria exatamente aquela forma “clássica” do trabalho assalariado, mas sim, como dissemos, as formas do trabalho compulsório.

Assim, os intelectuais marxistas brasileiros e latino-americanos, em especial, desenvolveram várias teses para tentar explicar quais teriam sido as formas de extração de mais-trabalho na colonização americana e, ao mesmo tempo, tentar suprir esta possível lacuna na teoria da história de Marx. Assim, teriam, o resultado de muitos destes estudos teria levado ao surgimento de variados modos de produção na América *colonial: modo de produção feudal latino-americano, modo de produção escravista colonial, modo de produção capitalista comercial*, entre outros.

¹²⁹ Marx. *O Capital*. L I, V I. op cit, p.265.

O que teria motivado inicialmente o nosso trabalho seria exatamente este não-consenso entre os intelectuais “colonialistas” marxistas referente às várias interpretações do período colonial americano. Em alguns casos, estas interpretações aparecem díspares umas das outras, e algumas delas aparecendo mesmo, às vezes, como o oposto das outras. Por isso, nos propomos aqui a investigar os textos do próprio Marx para tentar chegar a uma posição do próprio fundador do marxismo sobre a questão do caráter da extração de mais-trabalho (*Surplusarbeit*) nas colônias americanas, em especial nas chamadas *Colônias de Plantação*.

De antemão, poderíamos dizer que verificamos ao longo de nossos estudos, tanto dos textos de Marx quanto dos autores marxistas latino-americanos especialistas em “história colonial”, é o fato de que grande parte destes intelectuais “americanistas” parece ter analisado a história colonial de um ponto de vista mais “latino-americano”, ou seja, de um ponto de vista focado de forma mais específica na “história da América Latina”, como se esta história tivesse “autonomia” em relação à história universal em si. Ao contrário, parece que o ponto de vista de Marx somente do ponto de vista da *totalidade* (*Gesamtheit*), ou seja, o ponto de vista de uma *história universal* (*Weltgeschichte*) (e, mais exatamente, da história como história da luta de classes), seria possível fazer-se uma compreensão das contradições inerentes às formas de mais-trabalho introduzidas na América pela burguesia européia. Não, obviamente, uma história “eurocentrista”, ou algo assim, mas uma história que teria como princípio-motor a contradição da extração de mais-trabalho na forma de *mais-valor, mais-valia* (*Mehrwert*). E para tal, na visão de Marx, somente estudando a história do ponto de vista da *totalidade* (*Gesamtheit*) seria possível compreender as formas particulares que assumiria esta história ao longo da expansão burguesa. E nesta compreensão da história como história da totalidade das relações de produção, a América, na concepção de Marx, jogaria um papel essencial, como comenta, por exemplo, no *Manifesto Comunista*:

A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia em ascensão um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral, imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade

feudal em decomposição (*die Entdeckung Amerikas, die Umschiffung Afrikas schufen der aufkommenden Bourgeoisie ein neues Terrain. Der ostindische und chinesische Markt, die Kolonisierung von Amerika, der Austausch mit den Kolonien, die Vermehrung der Tauschmittel und der Waren überhaupt gaben dem Handel, der Schifffahrt, der Industrie einen nie gekannten Aufschwung und damit dem revolutionären Element in der zerfallenden feudalen Gesellschaft eine rasche Entwicklung*).¹³⁰

Portanto, nos propomos a fazer aqui um estudo dos textos de Marx para compreender como o mesmo pensava a história da América dentro de sua concepção de história universal, pois, pensamos ser esta a melhor forma de compreendermos seu próprio ponto de vista sobre o caráter do mais-trabalho extraído tanto dos indígenas quanto dos negros escravos nas colônias de plantação da América Moderna.

3.1 - MARX E AS PRÉ-CONDIÇÕES SÓCIO-NATURAIS ENCONTRADAS NA AMÉRICA QUE TERIAM SIDO DETERMINANTES ÀS FORMAS DA COLONIZAÇÃO

Para Marx, a forma como a América teria se inserido na história da luta de classes estaria diretamente ligada à necessidade da nova classe economicamente dominante na Europa em ampliar suas formas de acumulação de mais-valia (*Mehrwert*). A burguesia ibérica, pioneira no processo expansionista, segundo Marx, teria inicialmente um caráter de *burguesia comercial* (*Kaufmann*), ou seja, de uma burguesia que comprava mercadorias nas regiões mais distantes e periféricas e as revendia no mercado europeu. Teria sido nesta expansão comercial, do ponto de vista de Marx, que a América seria tragada pela história da luta de classes.

A diferença básica das formas de colonização dos países pioneiros na colonização da América (portugueses, espanhóis, britânicos, etc.), que permeia as análises de Marx, parece não estar ligada àquela já classicamente aceita entre “colônias de povoamento” e “colônias de exploração”. Para Marx, a diferença fundamental na colonização da América parece estar ligada, por um lado, entre colônias destinadas a explorar tanto a riqueza natural

¹³⁰ Marx e Engels. *O Manifesto Comunista*. Op cit, p.22; Marx und Engels. *Manifest der Kommunistischen Partei*. Dietz Verlag, Berlin. Band 4, 6. Auflage 1972. S.462.

local, em especial os metais preciosos, quanto também explorar a imensa mão de obra nativa previamente concentrada e subordinada a um poder político despótico e centralizado e, por outro lado, aquelas colônias estabelecidas em regiões onde a natureza não oferecia obstáculos para o assentamento de relações de produção totalmente novas para o continente. Nestas últimas formas de colônias, as populações nativas, segundo Marx, seriam pouco densas e ainda culturalmente mergulhadas na natureza, completamente submetidas às suas vicissitudes.

Neste sentido, do ponto de vista de Marx, as colonizações hispânicas da região das civilizações Asteca e Inca teriam determinado uma forma de colonização que, inicialmente, teria sido facilitada aos castelhanos, conforme a grande quantidade de força de trabalho nativa existentes entre estes povos, os quais estariam submetidos a uma estrutura estatal centralizada e despótica, o que teria facilitado a conquista e exploração castelhana dos mesmos. Esta mão de obra nativa concentrada e disponível em quantidade fantástica, aliada à descoberta de grandes minas de metais preciosos, na concepção de Marx, teria sido o fator fundamental para o sucesso da colonização espanhola na América.

Condições totalmente diferentes, porém, teriam encontrado os europeus que colonizaram as áreas fora deste circuito de Altas Culturas, ou seja, nas áreas mais ao sul e norte da América (nos atuais Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, bem como Estados Unidos e Canadá, entre outros). Segundo Marx, estas áreas seriam locais onde a concentração populacional era bastante escassa, com grandes bolsões demograficamente desérticos; os povos nativos dali viveriam ainda em formas de comunidades tribais nômades e semi-nômades, sem que tivessem já desenvolvido formas de estruturas estatais. Nestas áreas, diferentemente dos espanhóis, a burguesia teria encontrado, segundo Marx, condições excepcionalmente favoráveis à introdução de formas de produção mais conformes à grande produção agrícola direta de mercadorias com alta demanda no mercado mundial europeu.

Assim, parece que se partíssemos não de Marx, mas daquela tese, academicamente já consagrada, entre as “colônias de exploração” versus “colônias de povoamento”, acabaríamos por cair, necessariamente, nas teses (já também mais ou menos “classicamente” aceitas) sobre o suposto atraso latino-americano frente à adiantada colonização britânica da América do Norte (voltaremos a este tema mais à frente).

Façamos, pois, primeiramente, uma análise sintética da especificidade das colonizações na América para em seguida compreendermos como estas formações coloniais aparecem nas análises de Marx sobre o caráter da colonização americana.

3.2 - MARX E A QUESTÃO DO “MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO” INCA/ASTECA

Como é notório, a Espanha é o país pioneiro na colonização da América. Casualmente, Colombo, ao desembarcar na ilha caribenha de Haiti/Santo Domingo – *Hispaniola* –, estava aportando próximo das regiões mais desenvolvidas de todo o continente americano. Próximo dali estavam as (decadentes) cidades-Estado Maias, as quais teriam sido conquistadas ao longo do século XVI. Quase de forma simultânea teriam acontecido os mais espetaculares e chocantes eventos da história americana: a descoberta e conquista das riquíssimas civilizações Asteca e Inca. As regiões onde estavam sediados estes dois Estados (México, no caso asteca e Peru, no caso inca) possuiriam tradições quase milenares do ponto de vista econômico-social e urbano. Regiões habitadas por muitas tribos amigas ou inimigas entre si, teriam sido elas palcos das mais esplendorosas culturas pré-colombianas. Situadas em regiões ricas do ponto de vista de abundância de recursos naturais, mas, ao mesmo tempo, tendo que vencer as vicissitudes de uma natureza inóspita, tanto os astecas quanto os incas teriam desenvolvido técnicas de domínio da natureza como jamais outro povo autóctone de outra região do continente teria desenvolvido. Segundo Maurice Godelier, as estruturas estatais de ambos impérios estariam altamente centralizadas na figura do rei/imperador; a hierarquia social estaria rigidamente estratificada; o controle político, econômico e social estaria a cargo do enorme corpo burocrático (escribas, sacerdotes, oficiais militares, etc); a produção agro-pastoril estaria a cargo das comunidades aldeãs, que endereçavam o excedente produtivo ao Estado, por intermédio dos chefes aldeãos locais; as obras públicas (sistemas de drenagem e irrigação de lagos e rios, terraços, palácios, templos, estradas, etc.) também estariam sob a administração do Estado, o qual requisitava o número necessário de braços a cada aldeia, conforme as necessidades assim os impusesse (sistema de *cuatéquil*, no México e *mita*, no Peru); o enorme sistema de comunicações (estradas, “correios”), controlado pelo Estado, aparecia como a chave para a administração das regiões imensamente distantes entre si, em especial no império Inca; a

estrutura estatal destes povos estaria baseada na reunião de centenas de comunidades aldeãs, em geral ligados por laços de parentesco.¹³¹

Conforme Jacques Soustelle, a *Confederação Asteca* (no atual México e em parte da América Central) aparecia como um Estado altamente centralizado, com uma burocracia palaciana bastante eficiente, que submetia as várias comunidades aldeãs, tributando-as de várias formas, como, por exemplo, obrigando-as ao pagamento de tributos *in natura*, a prestação de serviço pessoal, etc. Esta burocracia, segundo Soustelle, estaria formada por uma nobreza estatal, que congregava as castas superiores da estrutura social da sociedade asteca.¹³² Segundo Roger Bartra, esta nobreza formaria uma “enorme e ramificada burocracia”, uma “casta sacerdotal” e uma “casta guerreira”.¹³³ Conforme Ciro Flamarion Cardoso, no apogeu do Império Asteca a sociedade local era complexa e muito estratificada, composta por uma nobreza crescentemente hereditária, além de comerciantes especializados, que formavam uma corporação especial, artesãos reunidos em organizações profissionais, diversas categorias populares urbanas e rurais, além de outras tantas categorias de servidores que os espanhóis depois teriam considerado como “escravos”. O rei tinha direitos e funções que oscilavam entre os de um chefe tribal e os de um chefe de Estado, sendo o cargo real eletivo numa mesma família (ou seja, na prática, o cargo de rei era hereditário). O Estado aparecia como o único proprietário da terra, mas as comunidades aldeãs possuíam o direito de *usufruto* da mesma.¹³⁴

O *Império Inca*, segundo Henri Favre, teria uma configuração semelhante à Asteca, ainda que numa extensão territorial bem maior. Este império sul-americano estendia-se ao longo da Cordilheira dos Andes, na América do Sul: da Colômbia ao norte do Chile (além do Equador, do Peru e do norte da Argentina); a comunidade tribal local (*ayllu*) possuía um território determinado onde a produção era comunitária e o uso de pastagens e campos era também comunal; a produção inca estaria voltada à auto-suficiência das comunidades locais – *autarcia* –, impossibilitando, assim, o surgimento de uma economia de trocas em

¹³¹ Cf. GODELIER, Maurice. *Conceito de “formação econômica e social”: o exemplo dos incas*. In: *América Colonial – Ensaios*. SANTIAGO, Théo Araújo (organizador). Rio de Janeiro, 1975, p.11-20.

¹³² Cf. SOUSTELLE, Jacques. *A Civilização Asteca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. Tradução de Maria J. Goldwasser, p.21-29.

¹³³ (Cf. BARTRA, Roger. *Tributo y tendencia de la tierra en la Sociedad Azteca*. In: *História da América através de textos*. Jaime Pinsky (Coord.). Campinas: Ed. Unicamp. 1986, p.20).

¹³⁴ (Cf. CARDOSO, Ciro F. *América pré-colombiana*. São Paulo: Brasiliense. 8ª edição. 1996, p.77-79).

larga escala; os chefes locais eram conhecidos como *kurakas*: na estrutura estatal inca haveria uma hierarquia de *ayllus* e, conseqüentemente, também de *kurakas*: os *ayllus* mais importantes representavam o conjunto dos *ayllus* subordinados e o *kuraka* deste *ayllu* superior seria o representante geral destes *ayllus* subordinados; cada chefe local organizava a produção agrícola dentro de sua respectiva tribo. Além do direito de dispor da mão de obra agrícola, o *kuraka* teria também o direito de dispor da força de trabalho para as tarefas não ligadas diretamente à agricultura, como tecer, fiar, etc (*mita*); o Estado também requeria mão de obra *mita* para prover as grandes obras públicas, como a construção e manutenção dos canais de irrigação, construção de terraços para o cultivo agrícola, palácios, templos, etc; as obras de canalização e irrigação dos terraços apareciam como obras fundamentais para a manutenção da sociedade inca.¹³⁵

Como podemos perceber, segundo a historiografia contemporânea especializada na temática, tanto o Estado Inca quanto o Estado Asteca estariam socialmente organizados em torno de estruturas econômico-políticas desenvolvidas a partir de processos *naturais*. Estes Estados despóticos, para atender às demandas de auto-suficiência relativas ao aumento demográfico natural, teriam desenvolvido formas de controle da inóspita natureza. Em especial, teriam desenvolvido formas de cultivo agrícola pelo método da irrigação artificial dos campos (os *terraços*, no caso Inca e as *chinampas*, no caso Asteca). Na base destas sociedades estariam as comunidades aldeãs hierarquizadas, com produção auto-suficiente via união entre agricultura e artesanato internos à própria comunidade, e, no topo da estrutura social haveria um governo centralizado e despótico, apropriador do excedente comunal e responsável pela execução das obras de utilidade pública.

Conforme Marx, a organização econômica, política e social destes dois Estados americanos pré-europeus estaria estruturada de forma muito semelhante à forma dos

¹³⁵ Note-se que a propriedade da terra entre os incas não aparece como propriedade privada e que o *kuraka* recebe o direito de posse em nome da comunidade graças às relações de parentesco e burocráticas com outros chefes de *ayllus*; a *mita* tinha por caráter fundamental a obrigatoriedade de prestação de trabalho pessoal à comunidade ou ao Estado por parte de cada indivíduo componente da comunidade. Este trabalho pessoal estaria ligado, em especial, à construção de grandes obras públicas, tanto aquelas ligadas ao processo produtivo direto (canais de irrigação, *terraços*, etc), quanto às ligadas a construções suntuosas, tanto em homenagem ao rei ou quanto à divindade imperial e ou local. (Cf. FAVRE, Henri. *A Civilização Inca*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Tradução de Maria J. Goldwasser. p.28-41); (Cf. também PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual; Campinas: Ed. da Unicamp, 1987, 2ª edição, p.56-58).

Estados despóticos do Oriente. Em *Para uma Crítica da Economia Política*, de 1859, na parte sobre o método da economia política, onde discute a relação entre categorias mais simples e mais concretas, Marx iguala a sociedade Inca às comunidades eslavas (orientais) no que refere às formas de relações de troca:

Pode-se dizer que há formas de sociedades muito desenvolvidas (*sehr entwickelte*) e que são, no entanto, historicamente imaturas (*historisch unreifere*), como o Peru, por exemplo, onde ocorrem formas superiores de economia (*in denen die höchsten Formen die Ökonomie*) – cooperação, divisão do trabalho, etc. – mas onde não há nenhuma forma de dinheiro (*ohne dass irgendein Geld existiert*). Nas comunidades eslavas, do mesmo modo (*auch bei den*), o dinheiro e a troca por ele condicionada, não aparecem ou pouco, dentro de cada comunidade isoladamente e sim, em suas fronteiras (*Grenze*), nas relações de uma comunidade com as outras... (*im Verkehr mit andren*).¹³⁶

Esta aproximação entre as formas sociais pré-colombianas e orientais, porém, não parece ser mera displicência de Marx com relação à história destas civilizações pré-européias na América ou mesmo a “confissão” de um suposto desconhecimento da história das mesmas. Ao contrário. Parece que do ponto de vista de Marx, os impérios Asteca e Inca seriam, *conceitualmente*, Estados “asiáticos”, pois, conforme Marx, ambos seriam Estados que teriam se desenvolvido *naturalmente* a partir da *comunidade primitiva* e evoluído para a forma despótica de governo, como nas sociedades orientais.

A história dos povos que teriam vivido nestas regiões parece se estender para muito além do período áureo das civilizações Inca e Asteca, ambos formados somente no século XV. Nesta história *pré-inca/asteca* teriam se sucedido várias formações estatais mais ou menos grandes e estáveis.¹³⁷ Neste sentido, os impérios Asteca e Inca nada mais seriam do

¹³⁶ MARX, Karl. *O Método da Economia Política*. 3ª Parte. In: Introdução à Crítica da Economia política. Tradução de Fausto Castilho. IFCH/Unicamp. 1996, p.13.

¹³⁷ “Há mais de 14 mil anos, pequenos grupos nômades percorriam a costa central do Peru, em busca de frutas, raízes e caça (...) O advento da agricultura [no primeiro milênio a.C.] acarretou profundas transformações e brutais na existência e no modo de vida dos grupos sociais, afetando a demografia com uma súbita expansão, após milênios de relativa estagnação. Os povoados, com efeito, multiplicaram-se e aumentaram em dimensões” (p.7/8). Isso possibilitou o surgimento dos Estados centralizados das culturas dos quais os povos Chavin, Tiahuanaco e Huari são os principais. Posteriormente, no século XIV surge o Império Chimú: os Chimus “a partir de meados do século XIII, reativaram e ampliaram redes de irrigação que haviam sido destruídas pelas guerras...” (p.11) (Favre. *A Civilização Inca*. Op cit.). “Os Astecas ... haviam conhecido

que *sínteses* de processos histórico-culturais mais ou menos milenares.¹³⁸ A necessidade de agregar várias aldeias sob a administração de um governo que lhes desse uma *unidade*, passando a representar, a partir de então, uma *comunidade superior*, devia-se à circunstância principal da necessidade de vencer a natureza indomada e de garantir sua segurança perante tribos hostis.¹³⁹ É neste sentido categorial que pensamos a aproximação feita por Marx das formações econômicas pré-colombianas dos Estados despóticos da Ásia: *frente a recursos naturais abundantes, mas ainda indomados, se tornaria tarefa imperiosa a necessidade de associação – sob uma unidade superior – para estruturação de processos produtivos de alcance social*, sobretudo com relação à necessidade de irrigação artificial dos campos destinados à agricultura, como mostramos no primeiro capítulo.

difíceis e obscuros começos. Chegados tardiamente ao México Central, no século XII, foram por longo tempo considerados intrusos, semibárbaros, pobres e sem terras. O início de sua ascensão data somente do reinado de Itzcoatl (1428-1440). Os povos que os circundavam podiam, na maioria, vangloriar-se de possuir tradições e uma antiga civilização, das quais, entretanto, careciam os imigrantes mais recentes”; “De qualquer modo, [os Astecas] devem ter permanecido por mil anos à margem das civilizações do Planalto Central, desconhecendo-os e sendo delas desconhecidos. Por outro lado, entre seu suposto habitat e o vale do México, muitos outros povos chichimecas, parte dos quais pelo menos falava dialetos *nahuatl*, ocupavam vastas extensões dos atuais Estados de San Luis Potosí, Guanajuato e Querétaro. Os Astecas encontravam-se então fora do México, de sua civilização e de sua história”. (Soustelle. *A Civilização Asteca*. Op. Cit, p.7-9).

¹³⁸ “A produção coletiva e a propriedade coletiva, tal como se apresenta, por exemplo, no Peru, é manifestamente uma forma *secundária*, introduzida e transmitida por tribos conquistadoras, que conheceram elas mesmas a propriedade comum e a produção coletiva na forma antiga e mais simples, tal como aparecem na Índia e entre os eslavos. Igualmente, a forma que encontramos entre os celtas de Gales, por exemplo, parece ser uma forma transmitida secundariamente, introduzida por conquistadores nas tribos conquistadas, que se encontravam em um nível mais baixo. O aperfeiçoamento e elaboração sistemática deste sistema a partir de um centro supremo mostra uma origem tardia”. (Marx. *Elementos fundamentais...* Op cit, cp.451). Como se vê, Marx, citando a Niebhur, em clara concordância com o mesmo, aceita a tese de que a civilização Inca, por exemplo (compara-a com hindus, gauleses e eslavos) é a síntese de processos histórico-sociais anteriores. O mesmo se poderia dizer dos Astecas. Segundo Jacques Soustelle, no início do século XIV, três cidades de tribos diferentes dominavam todo o vale central do México. No final, a cidade dos *mexicas* (Astecas) teria se tornado a capital do Império Asteca: “Os dois soberanos vencedores tiveram a sabedoria de tomar como aliada uma tribo pertencente à tribo de Azcapotzalco:Tlacopan. Assim, foi fundada a Tríplice Aliança de Tenochtiplan (México) [capital Asteca, J.A.], Texcoco e Tlacopan. Rapidamente, o papel militar predominante no interior dessa liga concentrou-se nos Astecas, enquanto Texcoco, sob o sábio governo do rei-poeta Nezaualcotl, se transformava em metrópole das artes, da literatura e do direito. A Tríplice Aliança tornou-se, com efeito, o Império Asteca” (Soustelle. *A Civilização Asteca*. Op cit, p.19).

¹³⁹ “A população andina vivia em uma multiplicidade de pequenas coletividades agro-pastoris. Suas aldeias se estendiam até uma altitude de 3600 e 3800m acima do nível do mar (...). O vale constituía menos uma facilidade do que um obstáculo, pois representava um fosso separando os agrupamentos sociais (...). As aldeias eram construídas sobre elevações, sobre rochas no topo de montanhas (...). A maioria delas era protegida, em dois ou três lados, por um despenhadeiro a pique e, no lado pelo qual fazia o acesso, por espessas muralhas dispostas em ziguezague. O caráter defensivo dos povoamentos humanos testemunha o estado de insegurança que reinava nos Andes antes da instauração da paz inca. Mas a ausência de água e de reservatórios e a ínfima capacidade dos depósitos de alimentos, conforme se observam nas ruínas, revelam as proporções exatas das guerras que podiam travar entre si as aldeias”. (Favre. *A civilização Inca*. Op cit, p.29).

Para comprovarmos que parece ser neste sentido conceitual que Marx assemelha os Estados despóticos orientais dos pré-colombianos bastaria retornarmos à discussão sobre o tema do primeiro capítulo e demonstrarmos que seria a partir da constituição, no longo tempo, de Estados originários da comunidade primitiva que, na concepção de Marx, esta aproximação conceitual seria possível. Nas *Formen* Marx explica que, nas formas originárias da sociedade, ao se sedentarizar, a forma como cada comunidade se constituiria iria depender das condições naturais então encontradas. Segundo Marx, este processo se daria basicamente de duas formas: ou se daria na forma de comunidades independentes entre si, onde a produção seria feita por famílias individuais (que não parece ser o caso pré-colombiano), ou então, poderia surgir uma *união* (forçada ou não) de várias comunidades sob a coordenação de uma entidade superior, com o objetivo originário de submeter a natureza ao controle da comunidade. Este controle se daria, sobretudo, segundo Marx, pelo manejo coordenado das águas para a irrigação agrícola. No caso asiático, este controle seria possível fazendo-se a canalização/drenagem das águas dos grandes rios na época das cheias anuais. No caso Inca, parece que a irrigação se daria através da canalização das águas que formam os rios, com o derretimento das geleiras da Cordilheira dos Andes, e direcionadas aos “terraços” agrícolas nas encostas das montanhas. Já no caso Asteca, teríamos que ter claro que a região possuía muita aridez e que a cidade de Tenochtitlan, capital asteca, teria sido construída sob um lago de água salobra onde a agricultura seria feita, fundamentalmente, por meio de jardins flutuantes.¹⁴⁰ Como as comunidades isoladas não seriam capazes por si só de exercerem este enorme controle sobre as duras condições impostas pelas intempéries naturais, ter-se-ia feito necessária, então, na concepção de Marx, a reunião das forças de muitas comunidades para a execução de tais obras. Para tal, ter-se-ia feito necessário também o surgimento de uma estrutura que chamasse para si a responsabilidade de organizar tal processo produtivo. Assim, na visão de Marx, teria surgido, naturalmente (ainda que possa ter sido utilizada a violência), um indivíduo (ou um grupo de indivíduos), que tenha se posto imediatamente como entidade organizadora de tais

¹⁴⁰ “Exilados primeiramente nas terras estéreis de Tizapán, os Astecas terminaram por se refugiar (século XIV) nas ilhas da zona pantanosa a oeste do grande lago (...). As antigas pictografias mostram, com efeito, que os Astecas dessa época levavam uma vida anfíbia, com suas pirogas e redes, subsistindo essencialmente graças à pesca e de pássaros aquáticos. Suas modestas aldeias estendiam-se sobre as ilhotas. Acumulando lodo em cima de jangadas de bambu, os indígenas criavam jardins flutuantes, de *chinampas*”. (Soustelle. *A civilização Asteca*. Op cit, p.16/17).

obras públicas comunais. Tão logo esta entidade “natural” ter-se-ia erigido em unidade superior (*zusammenfassende Einheit*), separando do processo produtivo direto e passado a representar todas as comunidades frente às dificuldades da natureza, esta entidade comunal superior ter-se-ia, ao mesmo tempo, se transformado em uma forma estatal, formando um Estado despótico centralizado (*despotisch Staat*). O fundamento econômico-social, no entanto, diz Marx, por mais que o Estado aparecesse como o proprietário fundiário, estava ainda baseado na propriedade comunal-tribal (*Gemeindeigentum*) naturalmente desenvolvida, fundada no princípio da união de agricultura e artesanato dentro da própria comunidade. Mas, vejamos as palavras do próprio Marx com relação a isto:

Portanto, em meio ao despotismo oriental (*orientalischen Despotismus*) e da ausência de propriedade que aparenta existir juridicamente nele, existe, de fato, como fundamento esta propriedade comunitária tribal, produto, sobretudo de uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade que, desse modo, se torna inteiramente *self-sustaining* [auto-suficiente, no original] e contém em si mesma todas as condições da reprodução e da produção de excedentes. (...). Este tipo de propriedade comunal, enquanto se realiza realmente no trabalho, pode, então, aparecer [de duas maneiras] (...), ou, por outro lado, a unidade pode estender-se até incluir também o caráter coletivo do trabalho mesmo, o qual pode constituir um sistema formalizado (*formlich System*) como no México, em especial no Peru, entre os antigos celtas, algumas tribos da Índia. Por isso, o caráter coletivo pode estar presente na tribo de modo que a unidade esteja representada por um chefe da família tribal ou como a relação recíproca entre os pais de família. Assim sendo, a entidade comunitária terá uma forma mais despótica ou mais democrática. Em consequência, as condições coletivas da apropriação real através do trabalho, *sistemas de irrigação* (*Wasserleitung*), muito importantes entre os povos asiáticos, meios de comunicação, etc, aparecem como obra da unidade superior, do governo despótico que flutua acima das pequenas comunidades.¹⁴¹

Esta aproximação entre as sociedades orientais e as sociedades pré-colombianas para Marx, não são, pois, mera coincidência e menos ainda displicência com relação às particularidades em suas próprias histórias. Marx faz esta aproximação porque considera

¹⁴¹ (Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.435/436).

ambas sociedades como pertencentes à mesma categoria sócio-histórica, qual seja, a categoria de *modo de produção asiático*, pois, em sua concepção, as formas estruturais e superestruturais de ambas sociedades, como procuramos mostrar acima, teriam muitas semelhanças entre si.

Para Marx, os horrores da violência da conquista britânica da Índia se comparavam/assemelhavam aos horrores da violência que os castelhanos teriam imprimido às populações nativas asteca/inca na América. Tanto os ingleses no Oriente (Índia) quanto os espanhóis na América (México/Peru), ao conquistar estes povos, teriam se deparado com sociedades com culturalmente bastante desenvolvidos, tanto no que se refere se refere à riqueza material quanto às formas de relação de produção. Segundo Marx, tanto a história pré-colombiana do México e do Peru quanto sua história colonial se assemelhavam muito à história – também tanto *pré* quanto *pós*-conquista europeia – da Índia em pelo menos quatro pontos principais: 1) no período pré-conquista europeia, tanto no México e Peru quanto na Índia a estrutura social estaria baseada em um modo de produção baseado na produção comunal, e estrutura social/estatal despótica e hierarquizada tanto num quanto noutro lugar; 2) a conquista teria sido violenta e revolucionária tanto no México/Peru quanto na Índia, pois os europeus teriam destruído a base “asiática” destas sociedades e instituído ali formas de propriedade privadas da terra e das riquezas em geral; 3) os europeus teriam implantado tanto na América asteca/incaica quanto no Oriente hindu formas extremas de extração de excedente (*Mehrarbeit*) que se aproximavam muito das formas da escravidão propriamente dita¹⁴²; e 4), os europeus teriam aproveitado, em parte, a própria estrutura hierárquica de tais sociedades para melhor controlar e administrar a pilhagem das riquezas de tais países.

Se até aqui demos provas de que Marx aproximava as sociedades mexicana/peruana e hindu *antes* da conquista europeia, em seguida, no próximo item do nosso trabalho, mostraremos que no próprio *O Capital* Marx faz esta aproximação entre a história da Índia

¹⁴² Como exemplos, poderíamos falar das formas do trabalho compulsório castelhano na América (*encomienda/repartimiento*), os quais estariam baseadas nos antigos sistemas da *mita* incaica e do *cuatéquil* mexicano (Cf. FRANK, A. Gunder. *Acumulação mundial: 1492 – 1789*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. Trad. H. Pólvora e Carlos N. Coutinho, p.76); (também GIBSON, Charles. *Los aztecas bajo el dominio español*. Apud. BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Ana M. Martinez. (organizadores). *A América Latina de colonização espanhola. Antologia de textos históricos*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979, p.43).

colonial e do México/Peru coloniais, distanciando, ao mesmo tempo, a história do Brasil-colônia, por exemplo, desta história mexicana/peruana/hindu.

3.3 - MARX E A CLASSIFICAÇÃO DAS FORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DA AMÉRICA COLONIAL

No Primeiro Livro de *O Capital*, no capítulo onde discute a acumulação originária de capital, Marx faz referência aos fundamentos das três principais formações econômico-sociais que, em sua concepção, teriam composto a base histórica da América Colonial: as colônias do tipo do México, as colônias de Plantação e as colônias de camponeses:

O tratamento [dado] aos nativos era naturalmente o mais terrível nas Plantações destinadas apenas ao comércio de exportação (*in den nur zum Exporthandel bestimmten Pflanzungen*), como nas Índias Ocidentais e nos países ricos e densamente povoados (*reich und dichtbevölkerten Länder*), entregues à matança e ao saque, como o México e as Índias Orientais. No entanto, mesmo nas colônias propriamente ditas (*eigentlich Kolonien*) não se desmentia o caráter cristão da acumulação originária (*ursprünglichen Akkumulation*). Aqueles protestantes austeros e virtuosos da Nova Inglaterra... (*Neu-Englands*).¹⁴³

Façamos, pois, uma análise detalhada deste trecho de *O Capital* sobre as formas de colônias existentes na América para determinarmos, então, de modo mais claro, como Marx pensava a América inserida em sua teoria da história universal:

Primeiro: haveriam as “Colônias de Plantação” (*Pflanzungskolonien*). Seu fundamento seria a produção “destinada apenas ao comércio de exportação” (*in den nur zum Exporthandel bestimmten*). Como exemplos, Marx cita as colônias localizadas nas “Índias Ocidentais” (*Westindien*);

¹⁴³ „Die Behandlung der Eingebornen war natürlich am tollsten in den nur zum Exporthandel bestimmten Pflanzungen, wie Westindien, und in den dem Raubmord preisgegebenen reichen und dichtbevölkerten Ländern, wie Mexiko und Ostindien. Jedoch auch in den eigentlichen Kolonien verleugnete sich der christliche Charakter der ursprünglichen Akkumulation nicht. Jene nüchternen Virtuosen des Protestantismus, die Puritaner Neu-Englands...” Marx. *Das Kapital*. MEW. Band 23, Bd. I, Siebenter Abschnitt, S.781. Dietz Verlag, Berlin/DDR 1968. In: <http://www.mlwerke.de/me/default.htm> - (tradução própria); (cf. também Marx. *O Capital*. L. I; V. II. Op cit, p.287).

Segundo: haveriam as Colônias do tipo do México e das Índias Orientais (*Mexiko und Ostindien*).¹⁴⁴ Estas colônias-países, devido ao tipo específico de riqueza encontrada previamente nestas regiões pelos europeus (tanto a riqueza material quanto a riqueza sócio-demográfica), teriam originado, como explica Marx, “países ricos e densamente povoados” (*reich und dichtbevölkerten Länder*). Ali, a conquista e a conseqüente colonização teriam sido tão brutais contra as populações nativas que Marx afirma que estas colônias estavam “entregues à matança e à pilhagem” (*dem Raubmord preisgegeben*).

Terceiro: Marx faz referência ali também às “Colônias propriamente ditas” (*eigentlich Kolonien*), ou seja, às colônias britânicas estabelecidas na região Nordeste dos atuais Estados Unidos da América, a chamada *Nova Inglaterra* (*Neu-Englands*). Estas colônias, segundo Marx, teriam sido fundadas pelos puritanos ingleses (*pilgrin fathers*) no início do século XVII. Ali, inicialmente, teriam sido implantados núcleos de comunidades camponesas voltados basicamente à auto-suficiência.

Desta classificação feita por Marx dos três tipos fundamentais de colonização na América, podemos tirar algumas conclusões. Primeiramente, com relação à caracterização das colônias do tipo mexicano e indiano (segundo caso), vimos anteriormente que Marx classificou esta forma de colonização *mexicanalindiana* como inserida no conceito de modo de produção asiático. Não voltaremos aqui, portanto, a tratar dos fundamentos desta forma de colonização. Nos referiremos a esta forma de colonização de tipo mexicana/hindu somente quando a compararmos com as duas outras formas de colonização na América.

Tratemos de caracterizar aqui, pois, as outras duas formas de colônias na América: as *Colônias de Plantação* (*Pflanzungskolonien*) e as *Colônias propriamente ditas* (*eigentlich Kolonien*).

As *Colônias de Plantação* (*Pflanzungskolonien*), se caracterizam, segundo Marx, como vimos, como colônias que estariam “destinadas apenas à exportação”. Quer dizer, Marx coloca sob a categoria de Colônias de Plantação (*Pflanzungskolonien*) todas aquelas colônias que tinham a produção voltada basicamente para o mercado externo, ou seja, colônias que tinham por fundamento (*Grund*) suprir a grande demanda do mercado europeu. Marx dá como exemplo deste tipo de colônia, como vimos, as “Índias Ocidentais”

¹⁴⁴ Aqui parece que poderíamos incluir também o Peru, construído sobre as ruínas da estrutura estatal Inca e da exploração de sua grande população.

(*Westindien*). Para os europeus, no entanto, este termo “Índias Ocidentais” não se referia a uma colônia específica na América. Ele era um termo genérico, bastante comum e que fazia referência a várias colônias da América Latina, em especial aquelas caracterizadas pela produção agrícola em larga escala e com mão de obra africana. Se Colombo, erradamente, teria designado os povos nativos da América de “índios” e o próprio território americano de “Índia”, este nome, porém – mesmo após comprovado que ali não era a Ásia e sim um novo continente – os espanhóis continuaram a se referir às suas possessões na América como “Índias”, ou, mais propriamente, as “Índias *Ocidentais*”. Esta nova designação logo ter-se-ia popularizado em todos os países europeus, tanto que os capitalistas privados holandeses e britânicos, ao fundarem suas próprias “companhias monopolistas de navegação” (com a devida autorização estatal), teriam criado, ao mesmo tempo, tanto na Holanda quanto na Inglaterra, uma Companhia das Índias *Orientais* e uma Companhia das Índias *Ocidentais*. E, como é notório, as respectivas Companhias das Índias *Ocidentais* batava e britânica tinham por objetivo principal fazer o transporte das mercadorias coloniais para o mercado europeu, bem como transportar os negros africanos para as colônias de Plantação. Ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses designavam genericamente suas colônias de Plantação na América – em especial as colônias das ilhas do Mar do Caribe (Antilhas) e as Guianas (francesa, inglesa e holandesa-Suriname) – de “Índias Ocidentais”.¹⁴⁵

O próprio termo “Plantação” (*Pflanzung*) não designa meramente a lavoura em si. *Pflanzung* (‘Plantação’ em português ou *plantation*, em inglês), para Marx, é uma categoria econômica que abarca não apenas uma lavoura ou fazenda escravista-exportadora individualmente. *Pflanzung* designa antes de tudo uma *forma de produção*, uma forma determinada de produção de mais-trabalho (*Mehrarbeit* ou *surplus labour*) (como veremos mais adiante). Ou seja, designa aquilo que Marx classifica propriamente como uma *formação econômico-social* (*ökonomischen Gesellschaftsformation*).

Estas formações econômico-sociais de tipo *Plantação* na América se caracterizavam principalmente por: a) A grande extensão das propriedades fundiárias b) A terra como

¹⁴⁵ Como diz Charles Boxer, os portugueses designavam os negros escravos da África como “peças da Índia”, quer dizer, como mercadorias que seriam utilizadas nas “Índias Ocidentais” portuguesas: “Já em 1530, a exportação anual de escravos do Congo podia ser avaliada, com confiança, em 4 mil a 5 mil peças. A “peça” ou “peça da Índia” era um escravo jovem do sexo masculino, de primeira qualidade; todos os demais escravos de ambos os sexos valiam menos de uma peça” (BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. Tradução Anna Olga de B. Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.113).

propriedade privada; c) A inversão de grandes somas de capitais; d) A monocultura de produtos com alta demanda no mercado mundial; e) A extração de mais-trabalho dos negros escravizados (africanos ou nascidos na América); f) O caráter mercantil da produção, ou seja, o caráter de *mercadoria* (*Ware*) dado ao produto final (agro-exportação).

Estas colônias de Plantação estavam localizadas basicamente nas Antilhas, nas Guianas, no sul dos atuais Estados Unidos e no Brasil. Marx caracterizava os grandes proprietários escravistas de *toda* a América como produtores de mercadorias de grande demanda no mercado mundial (açúcar, café, algodão, tabaco, etc.), como “proprietários de Plantações”, como explica nos *Grundrisse*:

E que aos proprietários das plantações na América (*Plantagenbesitzer*) não somente os chamemos agora capitalistas, mas que o *são* (*sondern daß sie es sind*), baseia-se no fato de que eles existem como uma anomalia (*Anomalien*) dentro de um mercado mundial baseado no trabalho livre (*eines auf der freien Arbeit beruhenden Weltmarkts existieren*).¹⁴⁶

Como se vê, Marx aqui faz referência não a uma parte específica da América escravista, mas a *todas* as áreas onde a produção era do tipo Plantação (*Pflanzung*). Esta afirmação de Marx sobre o caráter de “capitalista” (*Kapitalist*) dado aos grandes proprietários nas lavouras de tipo Plantação da América é válido, portanto, para todas as colônias onde esta era a forma predominante de relação de produção, ou seja, Brasil, sul dos Estados Unidos, Suriname (Guianas) e Antilhas.

Estas colônias de Plantação apareciam, assim, para Marx, como enormes *departamentos agro-manufatureiros*: os departamentos produtores de mercadorias com alta demanda no mercado mundial. Departamentos estes que teriam por fundamento último promover a acumulação originária de capital (*ursprünglich Akkumulation des Kapitals*).

As Colônias propriamente ditas (*eigentlich Kolonien*), por outro lado, para Marx, seriam *especialmente* aquelas colônias mais setentrionais das Treze Colônias Inglesas iniciais. Sua colonização teria iniciado nas duas primeiras décadas do século XVII. A maior parte de seus colonizadores é provavelmente remanescente do processo de expropriação fundiária do campesinato inglês (*yeomanry*), como diz Marx em *O Capital*:

¹⁴⁶ Marx. *Elementos fundamentales...* Op. Cit., p.476.

Ainda nas últimas décadas do século XVII, a *yomanry*, uma classe de camponeses independentes, era mais numerosa que a classe dos arrendatários. Ela constituía a força principal de Cromwell... Ao redor de 1750, a *yeomanry* havia desaparecido...¹⁴⁷

Marx mostra ainda no capítulo XXIV de *O capital* que a burguesia britânica dos séculos XV-XVII, detentora já dos meios de produção, teria exigido do Estado a criação de uma série leis contra a vagabundagem e distúrbios públicos.¹⁴⁸ Assim, sob o chicote repressor do Estado, parte da população proletarizada pelo processo de expropriação fundiária teria se tornado trabalhadora assalariada. Outra parte teria decidido migrar para além-mar, com intuito de se reencontrar com as condições objetivas de existência como propriedade privada.

Sendo estas “Colônias propriamente ditas” formadas principalmente por famílias de camponeses expropriados na Inglaterra, então, inicialmente, ter-se-ia desenvolvido ali, “naturalmente”, o caráter *parcelar* da produção, ou seja, produção em pequena escala e quase ao nível da autarcia. Porém, com a transformação nas relações de produção nas Antilhas, em meados do século XVII – e estas ilhas transformando-se de colônias de camponeses em colônias de Plantação –, a demanda por mercadorias produzidas na Nova Inglaterra teria provocado uma profunda transmutação no caráter da produção da Nova Inglaterra: o caráter auto-suficiente foi abandonado e a produção agrícola e manufatureira se transformou em produção para o mercado (*Markt*).¹⁴⁹ A Nova Inglaterra, portanto, antes mesmo da independência política com relação à Inglaterra havia já deixado de ser uma terra de camponeses auto-suficientes (*self-sustaining peasants*) para se tornar uma área agro-industrial. Com a Independência, no entanto, as terras a oeste passaram a ser invadidas e transformadas em novas colônias. Esta “expansão para o Oeste” aparecia então como uma grande oportunidade da grande população inglesa expropriada reencontrar-se novamente

¹⁴⁷ Marx. *O Capital*. L. I; V. II. Op cit, p.267.

¹⁴⁸ Como explica Marx em *O Capital*: “Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado em leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura”. Marx. *O Capital*. L. I, T. II. Op cit, p.277.

¹⁴⁹ Cf. Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.94-96.

com as condições objetivas de existência como *sua* propriedade, como propriedade parcelar privada.¹⁵⁰

Esta classificação de Marx sobre as formas de colonização na América parece, pois, colocar em cheque uma das mais difundidas teses sobre a colonização da América: aquela que divide a colonização da América entre “colônias de povoamento” e “colônias de exploração”. Segundo esta tese, espanhóis e portugueses teriam vindo à América apenas com o intuito de “explorar” e pilhar as riquezas do continente e direcioná-las à Europa. Esses povos ibéricos, supostamente mergulhados ainda nos preconceitos nobiliárquicos feudais não teriam tido capacidade suficiente para criar, no além-mar, processos produtivos semelhantes àqueles que os ingleses teriam implantado no norte da América. Por isso, lusos e castelhanos teriam implantado formas pré-capitalistas de produção na América. Por outro lado, os ingleses, já supostamente imbuídos dos ideais de progresso, teriam trazido para a América tudo o que havia de mais adiantado e sofisticado na Europa, inclusive o “espírito capitalista”, ao contrário do “espírito feudal e retrógrado” ibérico.

Para Marx, no entanto, parece que a colonização do Brasil, por exemplo, teria muito mais semelhança com a colonização dos Estados Unidos do que a colonização espanhola do México e do Peru.

Do ponto de vista de Marx, em todas as áreas fora da zona de influência direta inca/asteca os colonos europeus teriam tido que se haver somente com populações escassas e níveis culturais correspondentes à categoria marxista de *comunidade primitiva* (*Urgemeinschaft*). Aqui, segundo Marx, a natureza parece ter imposto dificuldades de adaptação no mesmo grau que impunha às regiões de Altas Culturas, parecendo que as condições naturais ali existentes seriam talvez mais favoráveis às comunidades tribais, não

¹⁵⁰ Segundo Marx, entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX a abundância de terras a oeste teria permitido à grande massa de emigrados ingleses tornar-se no Oeste dos Estados Unidos, mais cedo ou mais tarde, colonos proprietários de terras. Desde pelo menos meados do século XIX, porém, não mais havia terra sem proprietário naquela região. Só após o território dos EUA ter sido ocupado em sua totalidade (ou seja, após *todas* as terras terem sido transformadas em propriedade privada), segundo Marx, é que teria sido possível a consolidação das relações entre capital e trabalho assalariado como forma predominante de relações de produção nos Estados Unidos: “(...) O imenso fluxo de gente, impelido ano a ano para a América, deixa sedimentos estagnados no leste dos Estados Unidos, pelo fato de a onda de emigração da Europa lançar aí no mercado de trabalho mais pessoas que a onda de emigração para o leste pôde absorver... A grande República deixou de ser a terra prometida para trabalhadores emigrantes. A produção capitalista avança lá a passos de gigante...” (Marx. *O Capital*. Livro I., Vol II. Cap XXV: *A teoria Moderna da colonização*. op cit, p.301).

havendo assim a necessidade de reunião de várias tribos para a execução de tarefas de interesse comum, em especial obras relativas ao provimento da subsistência. A natureza ali, segundo Marx, vasta e abundante, permitia que as comunidades tribais se “apropriassem” de enormes extensões territoriais sem necessariamente avançarem sobre a área naturalmente considerada como pertencente a outra tribo. E quando tal avanço alheio por acaso acontecesse, como diz Marx, ou uma delas se afastava de forma pacífica ou então haveria a guerra pela disputa do território:

[Assim como entre as tribos pastoras nômades da Ásia, diz Marx,] acontece o mesmo na terra de caça das tribos indígenas selvagens da América: a tribo considera certa região como sua zona de caça e reafirma isto pela violência frente a outras tribos ou trata de expulsar as outras tribos da região que ela mesma reclama para si.¹⁵¹

Como vimos, a colonização espanhola do México e do Peru estava baseada: 1) na extração de metais preciosos, e 2) na exploração da abundante e concentrada mão de obra nativa. No Brasil, ao contrário, a mão de obra nativa, se teve alguma importância nas primeiras décadas da colonização, tão logo teriam sido formadas as primeiras Plantações, essa escassa e pouco produtiva mão de obra indígena logo foi substituída pela mão de obra escrava não-nativa.

A forma de produção implantada no Brasil, por outro lado, na concepção de Marx, muitas semelhanças à colonização do sul dos Estados Unidos (bem como das Antilhas e Guianas, como dissemos). Tanto no Brasil quanto no sul dos EUA a colonização não foi estruturada sobre formas estatais anteriores; tanto num como noutro lugar a natureza era virgem e as populações nativas escassas e vivendo ainda na comunidade primitiva; tanto no sul dos EUA quanto no Brasil a colonização estava calcada na forma de Plantação (propriedades privadas com grandes extensões territoriais, grande inversão de capitais, mão de obra escrava e importada, produção monocultora para o mercado mundial). Tanto o Brasil quanto o sul dos Estados Unidos, na concepção de Marx, figuravam como “Índias Ocidentais”.

¹⁵¹ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.451.

No México e no Peru, os espanhóis não necessitaram fazer inversões de capitais nas mesmas proporções que os portugueses e ingleses do sul dos EUA. Ao contrário: nos primeiros tempos da colonização espanhola da América, teria imperado um “espírito aventureiro” entre os descobridores. Estes primeiros aventureiros viviam basicamente do saque, viviam em busca de *El Dorado*, sem preocupações com a produção de riquezas em si. Tão logo, porém, teriam sido descobertas as minas de ouro e prata tanto no México quanto no Peru, o governo espanhol tratou de organizar um enorme aparato burocrático para melhor organizar a extração destes metais preciosos.

Na colônia portuguesa, ao contrário, os metais precisos somente foram encontrados dois séculos após as primeiras viagens de Cabral. Na colônia brasileira os portugueses, sem a mesma sorte dos espanhóis, para tornar produtiva a colônia, tiveram que implantar grandes lavouras de cana de açúcar, bem como os ingleses, tão, logo o tabaco e depois o algodão se tornaram produtos de alta demanda no mercado mundial, transformaram o sul dos atuais Estados Unidos em uma grande lavoura de Plantação.

Mas, para Marx, a colonização do Brasil, como dissemos, tem mais afinidades com a colonização do sul dos Estados Unidos que do México e do Peru, será então que haveria afinidades também, na concepção de Marx, entre a colonização do Brasil e as “colônias propriamente ditas” da Nova Inglaterra? Parece que sim. Vamos tentar esclarecer nossa tese na seqüência.

O capítulo XXV do Livro I de *O Capital* intitula-se *A Teoria da colonização moderna*. Em nota, Marx explica o que entende por “colonização moderna”:

Trata-se aqui das verdadeiras colônias (*wirklichen Kolonien*), terra virgem que é cultivada por imigrantes livres. Os Estados Unidos são ainda, economicamente falando, colônia da Europa. A propósito, pertencem a esta [categoria] (*hierher gehören*), aqui, também, aquelas velhas plantações, em que a abolição da escravidão revolucionou completamente as condições.¹⁵²

¹⁵² „Es handelt sich hier von wirklichen Kolonien, jungfräulichem Boden, der durch freie Einwanderer kolonisiert wird. Die Vereinigten Staaten sind, ökonomisch gesprochen, immer noch Kolonialland Europas. Übrigens gehören auch solche alten Pflanzungen hierher, wo die Aufhebung der Sklaverei die Verhältnisse gänzlich umgewälzt hat“. Marx. *Das Kapital*. MEW. Band 23, Bd. I, Siebenter Abschnitt, S.802 Dietz Verlag, Berlin/DDR 1968. In: <http://www.mlwerke.de/me/default.htm> - (tradução própria); (cf. também Marx. *O Capital*. Livro I, T. II. Op cit, p.295). Na tradução castelhana da Fondo de Cultura, Wenceslao Roces

Como se vê aqui, Marx explica que a teoria da “colonização moderna” (*die moderne Kolonisation*) trata das verdadeiras colônias (*wirklichen Kolonien*). E o que Marx entende ser uma “verdadeira colônia”? Marx entende por *verdadeira colônia* exatamente isto: uma “terra virgem que é cultivada por imigrantes livres” (*jungfräulichen Boden, der durch freie Einwanderer kolonisiert wird*). E, como diz Marx em seguida, “Aliás, pertencem a esta [categoria], aqui, também, aquelas velhas plantações, em que a abolição da escravidão revolucionou completamente as condições” (*Übrigens gehören auch solche alten Pflanzungen hierher, wo die Aufhebung der Sklaverei die Verhältnisse gänzlich umgewälzt hat*). Ora, nesta nota explicativa de rodapé, Marx coloca na mesma categoria tanto as colônias que ele classifica como “colônias destinadas apenas à exportação” (*Pflanzungen*) quanto às “colônias propriamente ditas” (*eigentlich Kolonien*). As primeiras teriam sido incluídas também, pois, na categoria de Verdadeiras Colônias.

Como se sabe, desde pelo menos meados do século XIX a escravidão estava abolida na maior parte das colônias de Plantação: nas Antilhas (com exceção de Cuba) e nas Guianas; e quando Marx publicou o Livro Primeiro de *O Capital* (de onde extraímos tais citações), a escravidão já estava abolida também no sul dos Estados Unidos. O Brasil (à exceção de Cuba) era o único país independente da América que ainda não havia feito a abolição da escravatura quando da publicação de *O Capital*. No entanto, mesmo assim, parece que o Brasil, mesmo sem ainda ter abolido a escravidão, poderia também, em parte, ser incluído na categoria de *Verdadeiras Colônias* (*wirklichen Kolonien*).

Para Marx, para que uma colônia fosse classificada como Verdadeira Colônia ela teria que preencher pelo menos dois requisitos fundamentais: 1) estar assentada sobre “terra virgem” (*jungfräulichen Boden*) e, 2) “ser colonizada por imigrantes livres” (*durch freie Einwanderer kolonisiert wird*).

parece compreender bem o caráter conceitual empreendido por Marx nesta nota: “*Aquí, nos referimos a las verdaderas colonias, a territorios vírgenes colonizados por inmigrantes libres. Los Estados Unidos son todavía, económicamente hablando, un país colonial de Europa. Por lo demás, también entran en este concepto aquellas antiguas plantaciones en que la abolición de la esclavitud ha venido a transformar de raíz la situación*”. (MARX, Karl. *El Capital*. Tradução de Wenceslao Roces. Fondo de Cultura Económica. Mexico. 7ª edición, 1975, p.650, nota de rodapé). Na edição brasileira aparece a tradução “De resto, cabem aqui também...”. No entanto, parece que esta forma de tradução tira a força conceitual da ligação do verbo *gehören* (pertencer) com o advérbio *hierher* (para cá, a isto). Em alemão este verbo e este advérbio, quando aparecem na mesma oração (*hierher gehören*), têm o significado de “pertencer a isto”, “fazer parte disto” e, no sentido figurado: “vir a propósito”. Traduzir *hierher gehören* por “cabem aqui também” parece, como dissemos, suprimir o *caráter conceitual* contido na expressão.

Aquelas colônias de Plantação que, após as independências políticas haviam abolido a escravidão e o trabalho assalariado, livre, teria passado a ser forma de relação de produção predominante nestes países, passavam, pois, a preencher ambos requisitos. O Brasil, uma colônia de Plantação, pela própria natureza de sua da formação econômico-social preenchia o primeiro requisito (estar assentada sobre “terra virgem”). O segundo requisito necessário para ser considerado também uma “Verdadeira Colônia” somente no final do século XIX seria cumprido, quando da abolição da escravatura e a transmutação do trabalho escravo para o trabalho assalariado de imigrantes livres.

Assim, pois, Marx aproxima não só a colonização do Brasil, do Suriname, das Antilhas e das colônias meridionais dos Estados Unidos, mas também a própria colonização de povoamento da Nova Inglaterra como sendo essencialmente idênticas. Marx, assim, teria incluído todas estas colônias na categoria de Verdadeiras Colônias, e não como fez grande parte da historiografia que teria igualado a colonização do Brasil à colonização “indiana” do México/Peru. Desta forma, parece que dividir a colonização da América em “colônias de povoamento” versus “colônias de exploração” não seja uma forma de caracterização que encontre subsídios nos textos de Marx. Como dissemos, Marx classificava a colonização da América em colônias de tipo “Oriental” (México e Peru), Colônias de Plantação e Colônias de Povoamento da Nova Inglaterra. E, como vimos também, Marx diz que estas Colônias de Plantação e Colônias de camponeses da Nova Inglaterra, quanto ao conteúdo, seriam essencialmente idênticas.

Esta classificação da história colonial da América entre colônias de “exploração” versus colônias de “povoamento” parece ter-se originado ainda no século XIX, com o economista francês Paul Leroy-Beaulieu. Segundo Fernando Novais, Leroy-Beaulieu, em seu livro *De la colonisation chez peuples modernes*, de 1874, teria proposto uma classificação da história da América entre “as ‘colônias’ agrícolas ou de ‘povoamento’ (*peuplement*)”, na Nova Inglaterra e “‘colônias’ de plantação ou de ‘exploração’ (*exploitation*)... O inter-trópico é a zona de eleição para este gênero de empreendimento”.¹⁵³

¹⁵³ NOVAIS, Fernando. *Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectivas históricas*. In: *Colonização e Migração*. IV Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: FFLCH/USP, 1969, p. 250. Este

Leroy-Beaulieu, ainda segundo Novais, teria proposto tal classificação da colonização americana a partir do reexame da classificação proposta em 1848 pelo alemão Wilhelm Roscher, também economista, em *Kolonien, Kolonialpolitik und Auswanderung*, obra na qual Roscher havia definido quatro categorias principais de colônias ao longo da história: 1) “colônias de conquistas” (*Eroberungskolonien*), 2) “colônias comerciais” (*Handelskolonien*), 3) “colônias agrícolas” (*Ackerbaukolonien*) e, finalmente 4) “colônias de plantação” (*Pflanzungskolonien*). É interessante percebermos nesta classificação que Roscher não inclui nesta primeira categoria – “colônias de conquistas” – a colonização espanhola na América, mas sim “colônias de conquistas” totalmente fora do contexto, tanto espacial quanto temporal, colonial-americano (as conquistas de Alexandre Magno no Oriente, bem como as conquistas normandas durante a época feudal). A segunda forma de colônias – “colônias comerciais” – também não estariam ligadas diretamente à colonização da América, mas sim aos entrepostos instalados pelos europeus na Ásia a partir do século XV. Nas duas outras formas de colônias propostas por Roscher estariam incluídas, enfim, as colônias americanas. A terceira categoria – “colônias agrícolas” seria formada pela Nova Inglaterra. Finalmente, as “colônias de plantação”, segundo Novais, completariam o quadro da classificação dos tipos de colônias proposto por Roscher. Estas “colônias de plantação”, diz Novais, comentando a Roscher, “*servem... para o aprovisionamento dos produtos coloniais (Kolonialwaren): açúcar, café, índigo, cochonilha, etc., – importantíssimas mercadorias que não podem produzir no clima metropolitano. Em suma, as estufas da Europa (die Treibhäuser von Europa)... Os empresários coloniais, nessas paragens tropicais onde se estabelecem as plantações, utilizam trabalho escravo e, tão logo enriquecem, procuram retornar à mãe-pátria. As grandes lavouras antilhanas de holandeses, franceses e ingleses tipificam esta classe*”.¹⁵⁴

mesmo artigo foi republicado recentemente por Novais em *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.23-43.

¹⁵⁴ Novais, *Colonização e sistema colonial*. Op cit, p.248-249. Novais analisa neste artigo ainda as obras de um terceiro autor, o “historiador, geógrafo e perito em assuntos coloniais”, Georges Hardy, que, na década de 1930, teria escrito várias obras referentes ao tema da colonização. O que é interessante neste autor, destacado por Novais, é a afirmação de que o movimento geral de “ocupação e valorização” das terras americanas imposto pelos países europeus envolveu, necessariamente, “povoamento”, pois, diz Novais, na concepção de Hardy, “‘povoamento’ sobre realidades distintas”. Novais explica que, segundo Hardy, para se compreender quais os tipos de colônias implantadas pelos europeus na América haveria que primeiro “distinguir a forma do povoamento”. Nesta classificação das “formas” de colonização da América, Hardy teria colocado as colônias

No Brasil, porém, esta classificação entre colônias de “exploração” versus colônias de “povoamento” inicia-se com Caio Prado Jr, em seu já “clássico” *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, de 1942. Caio Prado, no primeiro capítulo desta obra – “Sentido da Colonização” –, faz uma distinção clara entre o tipo de colonização implantado na zona “temperada” do Norte da América e aquele tipo de colônia implantado no “inter-trópico”. No primeiro caso, na Nova Inglaterra, os colonos, sobretudo britânicos, segundo Caio Prado, teriam em vista “*construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não mais lhes são dadas*”.¹⁵⁵ Por outro lado, as colônias implantadas nas zonas tropical e subtropical da América seriam fundamentalmente, segundo Caio Prado, aquelas formadas por portugueses e espanhóis:

“Muito diversa [da colonização da área ‘temperada’] é a história da área tropical e subtropical da América. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo”.¹⁵⁶

Três páginas à frente, Caio Prado continua: “*Nas demais colônias tropicais, inclusive no Brasil, [diferentemente do que teria acontecido no caso da colonização no Sul dos EUA] não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a quem pertencia a maioria delas [as colônias tropicais e subtropicais], havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço (...). Além disto, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontraram nas suas colônias, indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores*”.¹⁵⁷

Como podemos perceber, Caio Prado Junior, desde pelo menos a década de 1940, já dividia a colonização da América entre colônias de “exploração” e colônias de “povoamento”.¹⁵⁸

espanhola e portuguesa na mesma categoria de colônias por “associação” (*enracinement*). (cf. Novais. Op cit, p.250-251).

¹⁵⁵ Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. Op cit, p.21.

¹⁵⁶ Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. Op cit, p.21.

¹⁵⁷ Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. Op cit, p.24.

¹⁵⁸ Como diz Novais em nota de rodapé sobre Leroy-Beaulieu: “Na primeira edição de sua obra (1874), Leroy-Beaulieu não usa as expressões “povoamento” e “exploração”, na realidade modelares para caracterizar duas estruturas fundamentalmente distintas como já acentuou incisivamente Caio Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 4ª ed. São Paulo, 1953, pp.13-26). Tal nomenclatura, contudo, ocorre nas numerosas

Esta classificação da colonização da América será retomada e aceita por grande parte dos intelectuais brasileiros, especialmente aqueles que teriam desenvolvido suas teses a partir das teorias do próprio Caio Prado, como Celso Furtado¹⁵⁹, Fernando Novais¹⁶⁰ e, entre outros, Florestan Fernandes, que teria sido bastante influenciado também pela sociologia dos “tipos ideais” de Max Weber.¹⁶¹

Porém, conforme mostramos acima, esta classificação da colonização da América que tem por caracterização a aproximação “conceitual” das colônias portuguesa e espanhola em contraposição à colonização britânica, ou seja, esta classificação entre “colônias de exploração” (*ibéricas*) versus “colônias de povoamento” (*inglesas*), parece não encontrar subsídios teóricos nas obras de Marx.

reedições do *De la colonisation chez les Peuples Modernes*; assim, veja-se a 5ª edição, Paris, 1902, t. II, pp. 563 e segs.” (Novais, *Colonização e sistema colonial*. Op cit, p.250, nota 13).

¹⁵⁹ Celso Furtado fundamenta toda a primeira e segunda partes de *Formação econômica do Brasil* a partir da classificação de “colônias de exploração” para a América ibérica, e “colônias de povoamento” para a colonização britânica na América do Norte. Conferir especialmente a primeira e segunda partes desta sua obra: “Fundamentos econômicos da ocupação territorial” (p.05-38) e “Economia escravista de agricultura tropical nos séculos XVI e XVII” (p.41-69), respectivamente. (Furtado. *Formação econômica do Brasil*. Op cit).

¹⁶⁰ Novais, em artigo publicado em 1969 – *Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica* – e referido em *Portugal e Brasil...*, após fazer uma exposição sucinta das teses dos principais autores europeus dos séculos XIX e XX que teorizaram sobre o tema da caracterização das tipologias coloniais (conforme referido acima), procura expor a definição da colonização européia na América durante a chamada Idade Moderna. Novais classifica, então (assim como Caio Prado já havia feito), a colonização da América entre colônias de *povoamento* e colônias de *exploração*. As colônias de povoamento seriam basicamente aquelas estruturadas na Nova Inglaterra. Como exemplo de colônia de exploração Novais cita o Brasil. As colônias de povoamento teriam se estruturado à margem do *sistema colonial* típico do Antigo Regime (o sistema colonial sendo definido como a relação metrópole-colônia, onde estas últimas teriam como fundamento servir de apêndice econômico da metrópole – “exclusivo econômico”). As colônias de exploração, por outro lado, seriam aquelas colônias plenamente integradas no sistema colonial, caso, como dissemos, do Brasil. Em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, obra posterior ao artigo supracitado, no entanto, Novais afirma que na colonização espanhola da América, malgrado suas peculiaridades, “defrontamo-nos com os mesmos princípios e os mesmos mecanismos” do sistema colonial português (cf. Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.83). Isto significa que, no essencial, Novais não diferencia a forma de colonização organizada pelos portugueses daquela empreendida pelos espanhóis. Bem é verdade que Novais tem como prioridade o estudo do sistema colonial ligado à colonização lusa na América (vide o próprio título de sua obra capital: “Portugal e Brasil...”) e não exatamente na colonização “de Conquista” castelhana da região das “Altas Culturas”. (Cf. o artigo supracitado *Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectivas históricas*. In: Colonização e Migração. IV Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: FFLCH/USP, 1969, p. 243-268).

¹⁶¹ Florestan afirma em *A sociedade escravista no Brasil* que a colonização brasileira apresentava um “caso ideal” para o estudo do “modo de produção escravista-colonial”: “No cenário da América Latina, o Brasil é um “caso ideal” para o estudo das conexões com o desenvolvimento do capitalismo”. (FERNANDES, Florestan. *A sociedade escravista no Brasil*. In: IANNI, Octávio. *Florestan Fernandes: Sociologia*. (Org.). 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991, p.227).

3.4 – MARX E A QUESTÃO DO ESCRAVISMO COLONIAL: MODO PRÉ-CAPITALISTA DE PRODUÇÃO OU FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL, EXCEPCIONAL, DE PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA?

A questão do caráter do mais-trabalho extraído do escravo nas colônias de Plantação da América é um tema bastante caro aos intelectuais brasileiros e americanos em geral, sejam eles marxistas ou não. A tese de que o que o escravo colonial produzia era meramente “excedente” de trabalho (*Mehrarbeit – surplus labour*), gerando assim somente “renda” a seu proprietário, é algo aparentemente incontestável entre os estudiosos do tema (em especial entre os marxistas).¹⁶²

Na concepção de Marx, porém, contrariamente ao que pensa a maioria dos intelectuais especialistas no período colonial, parece que o escravo das colônias americanas não seria meramente produtor de “excedentes”. Ao contrário, do ponto de vista de Marx, parece que o produto do escravo colonial seria já *mais-valia* (*Mehrwert*). Para Marx o produto do trabalho do escravo greco-romano era simplesmente *excedente* (*surplus*), ou seja, para Marx, o mais-trabalho do escravo antigo seria apenas riqueza em sua forma *natural*, quer dizer, *valor de uso* (*Brauchswert*). Na América colonial, ao contrário, segundo Marx, o escravo produzia já *mercadorias* (*Waren*), ou seja, o resultado de seu trabalho era transformado em *valor de troca* (*Austauschswert*).¹⁶³ Em diversas passagens de suas obras, e em cartas a seus correspondentes, Marx diz claramente que a suposta “renda” que o proprietário colonial extraía de seu escravo-mercadoria seria *mais-valia* (*Mehrwert*).

Para Marx, o *mais-trabalho* (*Mehrarbeit* ou, *surplus labour*) seria aquela parte da jornada de trabalho em que o produtor-trabalhador produz riqueza não para si, mas para outrem, ou seja, seria aquela parte da jornada onde o produtor trabalha de graça para o proprietário dos meios de produção, como explica em *O Capital*:

¹⁶² Ver por exemplo Celso furtado (*Formação econômica do Brasil*. Op cit, p.44): “A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mãos da classe do proprietário de engenho”; Também Florestan FERNANDES (*A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.23): “... a parte da renda gerada pelo processo que ficava em mãos do agente econômico interno era, comparativamente à absorvida de fora (...), demasiado pequena”.

¹⁶³ Para se perceber e compreender a complexidade da temática do caráter da escravidão colonial ver o capítulo II do já referido livro de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, especialmente o item c: “Escravidão e tráfico negreiro”. Op cit, p.92-106.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor (...) Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente (*Surplusarbeitszeit*), e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*Mehrarbeit* oder *surplus labour*).¹⁶⁴

Este mais-trabalho, na sociedade do modo de produção capitalista, segundo Marx, toma a *forma* de mais-valia (*Mehrwert*):

Ele [o tempo de trabalho excedente (*Surplusarbeitszeit*)] gera a mais-valia (*Mehrwert*), que sorri ao capitalista com o encanto de uma criação do nada. Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho excedente (*als bloÙe Gerinnung von Arbeitszeit*), como simples trabalho objetivado (*bloÙ vergegenständlichte Arbeit*), é igualmente essencial para a noção de mais-valia (*Mehrwert*) concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado.¹⁶⁵

A mais-valia (*Mehrwert*), no entanto, segundo Marx, não é a forma exclusiva do mais-trabalho (*Mehrarbeit*). A mais-valia aparece como apenas *uma* entre as várias formas históricas em que se apresenta o mais-trabalho:

O capital não inventou o mais-trabalho (*Mehrarbeit*). Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não (*frei oder unfrei*), tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua auto-conservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário aristocrata ateniense, teocrata etrusco, cidadão romano, barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, latifundiário moderno ou capitalista.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Marx. *O Capital*. L I., T. I. op cit, p.176-177.

¹⁶⁵ Marx. *O Capital*. L I., T. I. op cit, p.176-177.

¹⁶⁶ Marx. *O Capital*. L I., V.I. op cit, p.190.

Assim, segundo Marx, o mais-trabalho existiria em todas as sociedades onde houvesse uma parte da comunidade que se apropriasse do trabalho da outra parte, e a mais-valia nada mais seria que a forma como este mais trabalho assumiria na forma da produção burguesa. Então, para se compreender a diferença entre uma formação social e outra seria necessário observar a forma como este excedente (*Mehrarbeit*) seria extorquido do produtor direto:

Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho (*Mehrarbeit*) é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócio-econômicas, por exemplo, a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado (*nur die Form, worin diese Mehrarbeit dem unmittelbaren Produzenten, dem Arbeiter, abgepreßt wird, unterscheidet die ökonomischen Gesellschaftsformationen, z.B. die Gesellschaft der Sklaverei von der der Lohnarbeit*).¹⁶⁷

Marx considerava a escravidão colonial como uma *forma excepcional* de extração de mais-valia, pois afirma que a própria condição do capitalista escravocrata da América era uma condição excepcional, uma *anomalia* (*Anomalien*), dentro de um modo de produção já baseado no trabalho assalariado como forma fundamental de relação de produção. Uma sociedade que tenha a forma do trabalho assalariado como forma predominante de extração de mais-valia do produtor direto, segundo Marx, não-necessariamente excluiria a possibilidade de que, excepcionalmente (ou seja, durante um período determinado, e em uma parte determinada) surjam formas de extração de mais-valia não condizentes com sua forma “clássica” de trabalho, como afirma nos *Grundrisse*:

Isso não exclui que dentro do sistema burguês de produção seja possível existir escravidão nesse ou naquele ponto. Mas ela só pode existir alhures porque não existe em outros pontos, e, nesse sistema, é uma anomalia (*Anomalien*).¹⁶⁸

Marx não descarta a possibilidade de ter havido, na formação e expansão inicial da sociedade burguesa, por exemplo, formas de extração de mais-valia que, aparentemente,

¹⁶⁷ Marx. *O Capital*. L I., T. I. op cit, p.176-177; (Marx. *Das Kapital*. I. MEW, Band 23, S. 11-802, Dietz Verlag, Berlin/DDR 1962, S.232).

¹⁶⁸ Marx. *Grundrisse*. Apud. ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001. Tradução de César Benjamim, p.228.

fossem formas pré-capitalistas de produção de mais-trabalho, como teria sido a forma da escravidão negra nas colônias de Plantação da América. Mas, segundo Marx, esta forma de “escravidão produtora de mais-valia”, no entanto, *pressuporia* já, necessariamente, *a sociedade dominada pela produção e intercâmbio de mercadorias*:

A escravidão dos negros – *uma escravidão puramente industrial* –, que desaparece com certa facilidade e é incompatível com o desenvolvimento da sociedade burguesa, *pressupõe a existência de tal sociedade* [burguesa]: se, junto dessa escravidão, não existissem outros estados livres [os Estados europeus ocidentais, J. A.], baseados no trabalho assalariado, todas as condições sociais nos estados escravistas assumiriam formas pré-capitalistas.¹⁶⁹

Ainda em *O Capital*, Marx explica que no sul dos Estados Unidos, nos primeiros tempos da colonização, a escravidão era mais branda, pois, como a produção estava voltada basicamente para o auto-consumo, o escravo produzia apenas valor de uso. No entanto, desde o instante em que começou a enorme demanda mundial por matérias-primas à indústria, Marx explica que a escravidão ali teria se tornado uma forma de extração de mais-trabalho voltada exclusivamente para o valor de troca (*Austauschswert*), este mais-trabalho passou a figurar então na forma não mais de excedente para o auto-consumo, mas em *mais-valia* (*Mehrwert*):

(...) O trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana preservou um caráter moderadamente patriarcal (*gemäßigt patriarchalischen Charakter*), enquanto a produção destinava-se, sobretudo ao auto-consumo direto. Na medida, porém, em que a exportação de algodão tornou-se interesse vital daqueles estados, o sobre-trabalho dos negros, aqui e ali o consumo de suas vidas em 7 anos de trabalho, tornou-se fator de um sistema calculado e calculista. Já não se tratava de obter deles certa quantidade de produtos úteis (*es galt nicht mehr, eine gewisse Masse nützlicher Produkte aus ihm herauszuschlagen*). Tratava-se, agora, da própria mais-valia (*es galt nur der Produktion des Mehrwerts selbst*).¹⁷⁰

¹⁶⁹ Marx. *Grundrisse*. Apud. Rosdolsky. *Gênese e estrutura de...* Op cit, p.547 (grifos nossos).

¹⁷⁰ Marx. *O Capital*. L I., V.I. op cit, p.191.

Em carta a seu amigo Pavel Ánnenkov, em dezembro de 1846, Marx diz com todas as palavras que nas colônias de Plantação, como no Brasil, no Suriname e nos Estados Unidos (os exemplos são do próprio Marx) a escravidão era o *motor* da indústria mundial do século XIX:

(...) Não se trata da escravidão indireta, da escravidão do proletário; trata-se da escravidão direta, da escravidão dos negros no Suriname, no Brasil e nos estados meridionais da América do Norte. A escravidão direta é o fundamento do nosso industrialismo atual, tanto como as máquinas, o crédito, etc. Sem escravidão não haveria algodão, sem algodão não haveria indústria moderna. Foi a escravidão que valorizou as colônias; foram as colônias que criaram o comércio mundial; e o comércio mundial é a condição necessária da grande indústria mecanizada. Por isso, antes do tráfico dos escravos, as colônias não proporcionavam ao Velho Mundo senão uns poucos produtos que não teriam mudado visivelmente a face da terra. A escravidão é, pois, uma categoria econômica da mais alta importância. Sem a escravidão, a América do Norte, a nação mais progressista, se transformaria num país patriarcal. Se apagarmos a América do Norte do mapa das nações, teremos a anarquia, a decadência absoluta do comércio e da civilização moderna. Porém, fazer desaparecer a escravidão equivaleria apagar a América do Norte do mapa das nações. A escravidão é uma categoria econômica que existe desde o começo do mundo e, por isso, se observa entre todos os povos, desde que o mundo é mundo.¹⁷¹

Estas palavras de Marx aqui, nesta carta, relativas à importância da escravidão colonial na consolidação da sociedade burguesa, soam de forma bastante forte. Marx explica aqui que sem a escravidão americana a revolução no modo de produzir feita pelos ingleses não teria efeito algum. Sem a matéria-prima-chave da Revolução Industrial, o algodão, produzido à base do trabalho escravo na América, como disse Marx, *não haveria indústria moderna*. Sem a escravidão colonial a face da terra não teria sido modificada de forma significativa, pois esta forma de trabalho compulsório aparecia como “o fundamento

¹⁷¹ Marx. *Carta a Ánnenkov de 28 de dezembro de 1846*. In: Marx. *A Miséria da Filosofia*. Op cit, p.178 – “Apêndice”.

do nosso industrialismo atual”, e a produção colonial estaria voltada para o mercado mundial e não para um suposto “mercado local”.¹⁷²

A escravidão colonial, para Marx, aparecia como uma “*anomalia*” (*Anomalien*) – uma forma não-normal e transitória de extração de mais-valia – porque aparecia como uma “alavanca” (*Hebel*), para acelerar o processo de acumulação originária (*ursprüngliche Akkumulation*). Para Marx, o mercado, sedento de mercadorias tropicais, teria levado a burguesia a lançar mão de formas de trabalho caracteristicamente *pré-capitalistas* na América para suprir tal demanda de mercadorias na Europa. Assim como a burguesia inglesa nascente teria também se utilizado, temporariamente, de “alavancas” (*Hebel*) para acelerar o processo de acumulação originária na Inglaterra na fase inicial do capitalismo europeu, assim também na América a burguesia teria se utilizado de “alavancas” (*Hebel*) para acelerar o processo de acumulação.

Marx, em certo sentido, parece igualar as condições às quais estaria submetido o trabalhador assalariado europeu do século XIX com as condições do trabalho do escravo nas colônias americanas, tanto nos Estados Unidos, quanto no Suriname e no Brasil (exemplos de colônias escravistas citadas pelo próprio Marx). Isto pode até mesmo parecer absurdo aos especialistas do tema, mas é exatamente isso que parece estar no fundamento da teoria de Marx: que o trabalho escravo na América seria já uma forma (extrema) de extração de mais-valia, e a escravidão aparecia, no fundo, como o “véu” que mascarava a forma extrema de exploração do trabalho assalariado na própria Europa, como explica Marx na seqüência da carta a Ánnenkov: “*Os povos modernos não fizeram mais que encobrir a escravidão entre eles e introduzi-la sem disfarces no Novo Mundo*”.¹⁷³

Como se pode perceber, para Marx, a escravidão colonial seria uma forma de produção *pré-capitalista* somente na aparência (*Schein*), pois, em sua essência, ela seria já uma forma de extração de mais-trabalho caracteristicamente *capitalista*. Portanto, segundo

¹⁷² Como diz Novais: “Era pois o setor de exportação que comandava o processo produtivo [colonial] no seu conjunto” (Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.96).

¹⁷³ Marx. *Carta a Ánnenkov*. In: Marx. *A miséria da filosofia*. Op cit, p.178 – “Apêndice”. No capítulo XXV de *O Capital*, *A moderna teoria da colonização*, comenta Marx: “O grande mérito de E. G. Wakefield [o qual escreveu e tentou implantar junto à Coroa britânica sua *Colonização Sistemática*] não é ter descoberto algo de novo nas colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas na metrópole” (op cit, p.296); Como bem teria dito Fernando Novais, em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, citando a Marx: *as colônias acabam bem por revelar o segredo da sociedade capitalista...* (Novais. op cit, p.98).

Marx, onde haveria exploração de mais-trabalho (*Mehrarbeit*) de uma classe por outra haveria, ao mesmo tempo, produção de riquezas por uma das classes para sua acumulação/apropriação nas mãos da outra.

Na Antigüidade, do ponto de vista de Marx, a produção escravista parecia estar voltada basicamente para a produção do valor de uso (*Brauchswert*) e não para o valor de troca (*Austauschswert*). Esta última, porém, somente teria se generalizado na Antigüidade, segundo Marx, nos períodos decadentes destas sociedades.¹⁷⁴ Ao contrário, segundo Marx, nas sociedades americanas a escravidão teria surgido num contexto onde a produção estaria, desde o princípio, voltada para o mercado (*Markt*). E não a um mercado qualquer, restrito, mas a um mercado mundial (*Weltmarkt*) do qual a Europa ocidental seria seu centro dinâmico. Assim, então, na concepção de Marx a produção escravagista Clássica não teria como objetivo primordial a produção para o mercado, e o escravo produziria não necessariamente mais-valia, mas sim “excedente” (*surplus*), ou seja, excedente na forma valor de uso (*Brauchswert*). Mas a produção colonial teria sim como objetivo primordial, senão único, segundo Marx, a produção para um mercado universal: ela seria uma produção onde o excedente não se apresenta mais diretamente como valor de uso, mas, sim, como mercadoria (*Waren*). E esta mercadoria deve, necessariamente, se converter em dinheiro, pois agora a finalidade do processo não é mais a satisfação de uma necessidade humana, mas, sim, acumular riqueza na forma de mais-valia (*Mehrwert*).

De fato, do ponto de vista de Marx, o que diferencia a sociedade capitalista moderna da sociedade escravista antiga, e mesmo do feudalismo, é apenas a “forma” de exploração do trabalhador, pois, em seus fundamentos, em sua essência, ambas sociedades são idênticas, pois todas vivem de trabalho excedente. Mas, segundo Marx, há uma diferença importante entre o mundo moderno e o mundo antigo. Na Antigüidade, o caráter determinado e útil do produto e, claro, do excedente, tem importância fundamental para o

¹⁷⁴ “Nunca encontraremos entre os antigos uma investigação acerca de qual forma de propriedade da terra, etc, é a mais produtiva, cria a maior riqueza. A riqueza não aparece como objetivo da produção (...) a riqueza somente aparece como fim em si mesma (*Selbstzweck*) entre os poucos povos comerciantes – monopolistas do *carryng trade* – os quais vivem nos poros (*Poren*) do mundo antigo, tal como os judeus na sociedade medieval” (Marx. *Elementos fundamentales...* Op cit, p.447). Ver também Vernant (*A luta de classes*, p.66-85) sobre o período em que surge e se consolida a escravidão-mercadoria em Atenas. In: VERNANT, Jean Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas: Papyrus, 1989. Tradução de Marina Appenzeller. Também Finley. *Escravidão antiga e...* op cit, p.69-95.

senhor de escravos. Como a produção está voltada para a satisfação das necessidades humanas, o senhor de escravos organiza esta produção de acordo com estas necessidades. O caráter útil do excedente, por isso, não fica indiferente ao senhor de escravos antigo, já que será ele próprio o consumidor deste excedente, se relacionando com o mesmo como valor de uso (*Brauchswert*):

(...) Em todas estas formas [eslavo-germânica, oriental, antiga e feudal] em que a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica (*ökonomischem Ordnung*) e, por conseguinte, o objetivo econômico é a produção de valores de uso (*Brauchswert*), a reprodução do indivíduo naquelas relações determinadas com sua comunidade na qual está constituída a base desta comunidade há... apropriação da condição natural do trabalho, da terra (*Erde*) como instrumento originário de trabalho... [e a relação] do indivíduo como membro da comunidade (*als Mitglied einer Gemeinde*) sua existência como membro natural de uma tribo, etc.¹⁷⁵

No mundo moderno, porém, o caráter determinado do excedente e sua forma útil não possuem nenhuma importância direta ao capitalista. Para o capitalista o produto é fabricado como mercadoria e seu caráter útil não tem nenhum interesse direto para ele, pois o produto será consumido por outra pessoa. Ao capitalista só interessa a valorização do valor. Por isso, segundo Marx, para o capitalista, é indiferente se o trabalhador produz um produto diretamente útil ao patrão ou não. Assim, segundo Marx, no mundo moderno pouco interessa ao capitalista se o processo de trabalho está organizado em sua forma assalariada ou não, e se emprega trabalhadores livres ou escravos:

Para o capital, o trabalhador não é condição alguma da produção, mas só o trabalho é (*für das Kapital ist der Arbeiter keine Produktionsbedingung, sondern nur die Arbeit*). Se ele puder executá-lo por meio de máquinas, ou simplesmente por meio da água ou do ar, tanto melhor (*Kann es sie durch Maschinen verrichten lassen oder gar durch Wasser, Luft, tant mieux*). E o capital não se apropria do trabalhador, mas só de seu trabalho, não

¹⁷⁵ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.444-445; Marx. *Grundrisse*. MEW. Band 42, Dietz Verlag Berlin, 1983. S.392-393.

imediatamente, mas mediado pelo intercâmbio (*Und es eignet sich nicht den Arbeiter an, sondern seine Arbeit – nicht unmittelbar, sondern vermittelt durch Austausch*).¹⁷⁶

Para Marx, do ponto de vista de quem organiza o processo, o fim se orienta de acordo com a necessidade de valorizar o valor e os meios, por isso, devem ser adaptados a este fim. A escravidão colonial, pensada como uma forma encoberta e anômala (*Anomalien*) de escravidão capitalista, se diferencia em seus fundamentos da escravidão antiga porque nesta, como já dissemos, o produto não assume a forma mercadoria e a produção está voltada para o valor de uso. Na escravidão colonial, como na moderna sociedade capitalista, o produto aparece como uma mercadoria. Assim, na América colonial, o produto como valor de uso não tinha importância direta para o senhor de escravos, pois sua produção estava voltada totalmente para abastecer o mercado mundial, e sua finalidade era a valorização do valor.

Enquanto na escravidão antiga o senhor de escravos não permanecia indiferente frente ao valor de uso e à forma determinada e natural da riqueza, na escravidão colonial, como na sociedade capitalista, ao contrário, o senhor de escravos era indiferente ao caráter útil do trabalho, a ele só interessava saber quanto de riqueza na sua forma geral e abstrata, a forma dinheiro, seria obtido ao final do processo. Assim, apesar de ambas as formas de produção se apoiarem no trabalho escravo, elas se diferenciavam em seus fundamentos. Parece ser esta a diferença que Marx se refere quando diz que a escravidão colonial era uma forma de escravidão capitalista, uma forma encoberta e anômala de produção de mais-valia.

Assim sendo, parece que para Marx as colônias americanas não poderiam ser consideradas como “novas sociedades” e com “vida própria”. Ou seja, na concepção de Marx, as colônias americanas, em especial as colônias de Plantação, não seriam sociedades que pudessem reivindicar para si uma autonomia com relação à sociedade burguesa em si. Para Marx, as colônias da América apareciam como *apêndices*, como áreas destinadas a fornecer “especiarias” para o mercado central. Elas seriam, portanto, na concepção de Marx, colônias *dependentes* do mercado mundial em expansão.

¹⁷⁶ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.459; Marx. *Grundrisse*. MEW. Band 42, Dietz Verlag Berlin, 1983. S.405-406.

Como vimos acima Marx não conceituava as colônias americanas como *novos* “modos de produção”, ou seja, “modos de produção não-capitalistas”, ou então “*pré-capitalistas*”. Marx, como vimos, incluía as colônias americanas na categoria de *formações econômico-sociais* (*ökonomischen Gesellschaftsformationen*). Estas formações econômico-sociais apareceriam na história da humanidade como formas de estruturas produtivas não-autônomas, dependentes da economia burguesa central. Estas colônias americanas apareciam para Marx, como dissemos, como *grandes departamentos mundiais de produção de mercadorias com alta demanda no mercado mundial* (como “autênticas *economias complementares*”, como disse Novais).¹⁷⁷

Para Marx, aos olhos da burguesia européia, a América aparecia como um grande departamento produtor de uma forma excepcional (*Anomalien*) de mais-valia: de mais-valia extraída diretamente da compulsão sobre o trabalhador-escravo. Estes departamentos agro-exportadores de mais-valia excepcional, portanto, do ponto de vista de Marx, como dissemos, somente na aparência (*Schein*) seriam modos “*pré-capitalistas*” de produção.

Na verdade, impressiona constatar que grande parte dos autores marxistas, com poucas exceções, não tenha percebido (ou não tenha levado a sério) a força teórica destas afirmações de Marx expostas acima quanto ao caráter da exploração escravista na América, um caráter que, segundo Marx, seria claramente capitalista desde o princípio, onde o escravo colonial não teria o mesmo caráter do escravo greco-romano, produtor este basicamente de valores de uso.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Cf. Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.112.

¹⁷⁸ Um dos poucos intelectuais brasileiros que deram destaque às referências de Marx ao caráter da escravidão colonial foi Ciro Flamarion Cardoso, mas ainda assim não para destacar o caráter já capitalista da colonização brasileira, mas, ao contrário, para reforçar os argumentos de sua teoria do “modo de produção escravista colonial”: “Não há, nos textos de Marx, uma verdadeira teoria dos modos de produção coloniais. As referências mais numerosas e mais específicas referem-se à escravidão, mais exatamente às plantações escravistas do Sul dos Estados Unidos no século XIX (antes da Guerra de Secessão), e fornecem elementos úteis para uma teoria do modo de produção escravista colonial, ainda que não sejam suficientes para constituir uma teoria já elaborada” CARDOSO, Ciro F. *Sobre os modos de produção coloniais da América*. In: Santiago. *América colonial*. Op cit, p.61). Por outro lado, Fernando Novais utiliza corretamente as análises de Marx sobre a colonização norte-americana, em especial em *O Capital*: “O mesmo Marx, porém, implacável analista do mundo burguês, precisamente por ter levado sua análise para além de todas as mistificações da realidade, pôde constatar com nitidez que nas colônias eram desfavoráveis as condições de constituição do trabalho “livre”, sempre havendo a possibilidade de o produtor-direto assalariado, transformar-se em produtor independente. Assim, enquanto na Europa moderna o desenvolvimento capitalista “libertava” os produtores diretos da servidão medieval e integrava-os como assalariados na nova estrutura de produção que destarte camuflava a exploração do trabalho, as economias coloniais periféricas, montadas exatamente como alavancas do crescimento do capitalismo e integradas nas suas linhas de força, punham a nu essa mesma

Portanto, para Marx, parece que se o proprietário da Plantação produzia com vistas ao mercado, à realização de sua mais-valia, então, parece lógico que este processo *burguês* de troca não se daria somente quando o comerciante-atravessador (*der Kaufmann*) – que teria comprado a produção agrícola do proprietário da Plantação (*Plantagenbesitzer*) – a entregasse no mercado consumidor mundial. Mas esta relação, na concepção de Marx, se daria, na verdade já na primeira relação de troca entre o proprietário do engenho (*Plantagenbesitzer*) e o burguês comerciante-atravessador (*der Kaufmann*). Do ponto de vista das relações mercantis, segundo Marx, pouco importaria ao proprietário do engenho o destino final de seu produto, pois seu *D'* – como diz Marx no *Capital* – já teria sido realizado na venda de sua mercadoria ao burguês-comerciante.

Segundo Marx, o proprietário do engenho vendia seu produto ao atravessador não apenas na forma de um “excedente” (*surplus*), como se o preço do produto fosse determinado exclusivamente pelo comerciante. Ao contrário, o preço de venda do produto estaria determinado já, na verdade, pelo seu *valor* (*Wert*), ou seja, pelo seu custo de produção e não simplesmente pela imposição do comprador.¹⁷⁹ No entanto, parece que para Marx não era bem assim que as coisas funcionavam. Para Marx, a relação aqui aparecia como relação entre um capitalista do ramo da produção e um outro capitalista do ramo da comercialização. O que fazia a diferença do preço dos produtos coloniais pender para o lado do comerciante nesta relação de troca seria o fato de ele possuir o *monopólio* da comercialização da produção agrícola colonial, ou seja, por uma questão arbitrária, não relacionada diretamente à produção em si. Este monopólio não viria do fato de que supostamente o “senhor-de-escravos/engenho” não seria um empresário capitalista em si, mas por uma imposição despótica da burguesia metropolitana que exigia o exclusivismo do comércio colonial somente para si, se utilizando normalmente do aparato militar-estatal para garantir tal exclusivismo.

Este proprietário do complexo agro-exportador colonial, portanto, na visão de Marx, não poderia ser conceitualmente definido (como aparece de forma corrente na historiografia) como um “Senhor de escravos”, ou um “Senhor de engenho”, mas ao

exploração na sua crueza mais negra... As colônias timbravam em revelar as entranhas da Europa” (Novais, *Portugal e Brasil...* op cit, p.101-102).

¹⁷⁹ Pensamos que se fosse pela simples imposição da vontade determinada pelo comprador este, com certeza, iria querer levar o produto de graça, sem custo algum!

contrário, do ponto de vista de Marx este grande proprietário colonial deveria ser inserido na categoria de *burguês* propriamente dito: um *burguês escravocrata* (*Plantagenbesitzer*), ainda que extrator de uma forma excepcional de mais-valia.

Portanto, para Marx, parece que este proprietário do complexo agro-exportador americano (canavieiro, algodoeiro, tabagista, etc.) seria um “burguês empreendedor”, um indivíduo privado que teria invertido determinada soma de capitais (próprios ou tomados a crédito) num empreendimento visando extrair um mais-produto, um D’. Teria investido para valorizar um valor, e não como parece pensar Florestan Fernandes, por exemplo, que teria afirmado que este proprietário de engenho seria um mero “*parceiro das colônias*”, um indivíduo “*sem ambição*”, simples “*agente*” do mercado externo, mercado este que, do ponto de vista de Fernandes, o próprio “senhor de engenho” se encontraria excluído, e (curiosamente!?) “de muito bom grado”, recebendo meramente uma “remuneração” pelos seus serviços de “parceiro” e “delegado” dos capitalistas europeus.¹⁸⁰

¹⁸⁰ “Todavia, graças à posição marginal que ocupava no circuito externo de mercantilização dos produtos externos (mesmo a metrópole não participava das principais fases desse circuito, que se desenrolavam fora dela), as funções econômicas do senhor de engenho quase equivaliam, no âmbito do referido circuito, às dos administradores e beneficiários das feitorias. Assim, as influências dinâmicas que o capitalismo comercial poderia exercer, em outras condições, sobre a organização e o desenvolvimento da economia interna, eram pura e simplesmente neutralizadas (...). Em outras palavras, o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, *não inseriu o produtor colonial* [O produtor é o senhor ou o escravo?, J.A] *no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias, engendrava uma forma específica de capitalização. No fim, o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração* (em dinheiro, em crédito ou em outros valores) à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais (...). Sob muitos aspectos ele era compelido a definir-se mais como parte e delegado das agências que operavam, política e comercialmente, a partir de fora (...). Aceitando sua incorporação direta ou indireta à rede de existência e de operações das agências políticas e econômicas externas, ele aceitava a posição de “*parceiro nas colônias*” (...). Em outras palavras, aceitava uma especialização ao nível da economia internacional da época que o convertia no principal elemento humano da preservação, fortalecimento e expansão do próprio sistema colonial como e enquanto sistema colonial (...). Passava a fazer parte da mentalidade econômica do agente a *ausência de ambições* que pudessem conduzir seus comportamentos ativos em novas direções (...). No conjunto, portanto, o contexto sócio-econômico em que se projetava a grande lavoura no sistema colonial *anulou* [?], progressivamente, o ímpeto, a direção e a intensidade dos móveis capitalistas instigados pela situação de conquista e animados durante a fase pioneira de colonização. Isolado em sua unidade produtiva, tolhido pela falta de alternativas históricas e, em particular, pela inexistência de incentivos procedentes do crescimento acumulativo das empresas, o senhor de engenho acabou submergindo numa concepção de vida, no mundo e na economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista (...). A discussão precedente insinua que o principal fator da estagnação econômica da Colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto sócio-econômico e político que os absorvia, sufocando-os e subordinando-os às dimensões de uma sociedade colonial. Essa sugestão possui, em nosso entender, enorme importância analítica e coloca em novas bases a questão da formação do capitalismo no Brasil. O fato é que os móveis capitalistas inerentes à grande lavoura voltariam à tona e poderiam expandir-se

Parece que reduzir o proprietário do engenho (no sentido conceitual) a mero agente do capital comercial e dizer que o mesmo não possuía ambição e que levaria uma vida sem perspectiva histórica, como afirmado nas análises de Florestan Fernandes, não parece corresponder ao que pensava o próprio Marx sobre o caráter da sociedade colonial. Pois, pensar naqueles europeus que teriam migrado para a América para assumir a condição de proprietários privados de enormes latifúndios, investindo ali enormes somas de capitais (próprios ou financiados); que controlavam a produção de mercadorias com altíssima demanda no mercado mundial; teriam deixado suas vidas de provável fausto na Europa e se aventurado por locais inóspitos e ainda selvagens; teriam também construído magníficas “casas-grandes” (que provavelmente não teriam condições para construí-las nas mesmas proporções na Europa sem os enormes lucros da empresa colonial); teriam fundado cidades – como Recife e Olinda – onde todas as regalias do que havia de mais sofisticado na cultura europeia estavam ali à sua disposição; teriam mandado seus filhos para estudar nos melhores colégios e universidades da Europa; detiveram, em muitos casos, o poder local sob seu controle (tanto de polícia como de justiça); teriam se tornado membros do executivo e ou legislativo locais, etc. Além disso, o luxo do vestuário das “sinhasinhas” olindenses e a pomposidade das festas promovidas por certos “senhores de engenho” de Pernambuco, ainda no século XVI, parece que seria maior que aquelas organizadas pela própria “nobreza” de Lisboa.¹⁸¹ Portanto, como marxistas – após termos visto que o próprio Marx havia classificado o proprietário da Plantação como um burguês, um burguês escravocrata (*Plantagenbesitzer*) – como poderíamos classificar estes indivíduos empreendedores (ainda que não-prezadores da vida alheia; mas que importa isso ao capitalista?!) como meros agentes do processo de acumulação, pessoas supostamente sem ambição ou coisa parecida? Por isso, pensamos que Florestan Fernandes se equivoca completamente nesta sua caracterização tão negativa dos grandes proprietários

com relativa intensidade, depois que se rompesse o estatuto colonial.” (Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Op cit, p.22-27 – grifos nossos).

¹⁸¹ Como diz Boxer: “O vestuário luxuoso e os lautos banquetes dos donos de engenho pernambucanos mais ricos provocavam algumas críticas dos moralistas jesuítas, tendo o padre Cardim [que teria vivido no Brasil no final do século XVI] observado que ‘havia mais vaidade em Pernambuco que em Lisboa’” (Boxer. *O império marítimo português*. Op cit, p.118).

(empresários) agrícolas brasileiros.¹⁸² Neste sentido, Fernando Novais parece ter uma visão muito mais otimista do grande proprietário agrícola colonial, ao qual se refere como *senhor-empresário* e empreendedor de uma empresa que teria por objetivo único e exclusivo a produção de mercadorias para o mercado mundial.¹⁸³

Para finalizarmos esta parte do trabalho sobre as formas de trabalho na América colonial, queremos fazer referência a um artigo de Marx, escrito conjuntamente com Engels, na Revista *Revue* (em 1850), onde ele explica que o grande poder dos estados escravistas do sul dos Estados Unidos, no século XIX, estaria baseado exatamente no *monopólio* exercido pelos escravistas sul-estadunidenses sobre a produção e distribuição do algodão, principal matéria-prima para a indústria britânica de então. A Inglaterra, no entanto, para evitar o desabastecimento e o colapso de sua própria indústria,

¹⁸² Para não deixarmos dúvida de que a vida da elite açucareira (e, posteriormente, mineira, cafeeira, etc.) não era uma vida de tristeza e amargura, basta pensarmos na obra de Gilberto Freire, *Casa-grande & Senzala*, onde o autor conta com extremo saudosismo os bons (e maus) tempos da sociedade colonial, da qual era herdeiro mais ou menos distante: “Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’. Outro meio de nos sentirmos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou à nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos”. (FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 40ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.56 - Prefácio).

¹⁸³ “(...) No nível das *relações sócio-econômicas*, a estrutura escravista determina um alto grau de concentração da renda nas mãos do senhor de escravos, que são ao mesmo tempo proprietários de empresas produtoras de mercadorias para o comércio colonial. O produtor direto reduzido à condição de simples instrumento de trabalho – *instrumentum vocale* – isto é, o homem coisificado em escravo, não possui, por definição, renda própria; a renda concentra-se, pois, na camada senhorial. E aqui reencontramos o elemento que nos faltava para compreender os mecanismos do sistema: é exatamente essa *concentração da renda* necessária na sociedade colonial que permite seu funcionamento, articulando enfim as várias peças da engrenagem (...). Mas é o fato de a parcela (menor) que permanece na colônia se concentrar na pequena camada senhorial que permite o contínuo funcionamento da exploração colonial. De fato, é essa concentração de renda que faz com que, apesar de os mecanismos do regime de comércio transferirem o maior quinhão para a burguesia européia, os colonos-senhores possam manter a continuidade do processo produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa; da mesma forma, e ainda dentro da mecânica do sistema, têm os mesmos colonos recursos para importar os produtos da economia européia (...). Encarada em conjunto, a sociedade colonial é espoliada pela burguesia metropolitana, mas nessa mesma sociedade colonial a camada de colonos-senhores situa-se numa posição privilegiada, o que permite a articulação das várias peças do sistema (...). Na economia colonial típica (escravista-mercantil), ou mais precisamente, na sociedade colonial, o universo das relações mercantis atingiu apenas a camada superior dos colonos senhores de escravos; eles importavam das economias centrais mercadorias de várias espécies para o seu consumo próprio: produtos alimentares ou manufaturados para consumo pessoal, implementos para consumo produtivo.” (...) “(...) Como não houvesse condições para minimizar os custos do progresso técnico, a camada *senhorial-empresária* tinha necessariamente que procurar reduzir ao mínimo o custo de manutenção da força de trabalho escravizada”. (Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.107 - 111, grifos nossos).

necessariamente deveria promover a ampliação da produção algodoeira para outros países. Porém, diz Marx, construir novas plantações de algodão para aumentar a produção e quebrar o monopólio norte-americano somente seria possível, nas novas condições das relações de produção do século XIX, por meio do *trabalho livre, assalariado*. Desta forma, diz Marx, fatalmente soaria a hora do ocaso do trabalho escravo no sul dos Estados Unidos, pois, com a produção da matéria prima-chave da indústria britânica do século XIX sendo produzida em muitos lugares, e à base de trabalho livre, a escravidão nos EUA seria necessariamente abolida, porque, como forma *excepcional* de extração de mais-valia, ela teria se tornado *inútil (unbrauchbar)*, pois a produção baseada na escravidão, dali em diante, se tornaria mais cara que a produzida por trabalhadores livres, assalariados:

(...) A produção algodoeira norte-americana está baseada na escravidão. Quando, porém, a indústria [têxtil britânica] tiver se desenvolvido a tal ponto que o monopólio algodoeiro dos Estados Unidos lhe seja insuportável (*unerträglich wird*), se produzirá, então, de maneira bem sucedida e maciçamente, o algodão em outros países; e isto somente pode acontecer hoje em dia, em quase todas as partes, por meio de *trabalhadores livres (freie Arbeiter)*. Porém, quando o trabalho livre de outros países puder abastecer de forma suficiente a demanda algodoeira, e a melhores preços que o trabalho escravo norte-americano, terá soado a última hora para o monopólio algodoeiro norte-americano e também para a escravidão norte-americana, e os escravos serão emancipados porque, enquanto escravos, se terão tornado inúteis (*so ist mit dem amerikanischen Baumwollmonopol auch die amerikanische Sklaverei gebrochen, und die Sklaven werden emanzipiert, weil sie, als Sklaven, unbrauchbar geworden sind*).¹⁸⁴

¹⁸⁴ Marx und Engels. *Revue* - Mai bis Oktober [1850]. MEW. Dietz Verlag, Berlin. Band 7, 5. Auflage 1973, unveränderter Nachdruck der 1. Auflage 1960, Berlin/DDR. S.432. In: http://www.mlwerke.de/me/me07/me07_421.htm.

3.5 – MARX E AS TEORIAS DO “ATRASSO” LATINO-AMERICANO: FEUDALISMO E ESCRAVISMO-COLONIAL

As determinações relativas tanto da à classificação das colônias da América entre colônias de “exploração” e colônias de “povoamento” quanto também do caráter da produção escravista na colonização da América, vistas nos dois itens precedentes, nos remete, pois, necessariamente, à questão do suposto *atraso* latino-americano.

Ao longo do século XX, os países da América Latina foram caracterizados por grande parte dos intelectuais marxistas e não-marxistas como países *atrasados*, *coloniais*, *semicoloniais*, *dependentes* e *subdesenvolvidos*, em relação às nações européias e os Estados Unidos atuais. O suposto não-rompimento nestes países latino-americanos com os restos de seu passado colonial, *feudal* ou *semi-feudal* (*pré-capitalista*), os teria desgraçadamente destinado ao atraso e ao subdesenvolvimento.¹⁸⁵ As estruturas daquele passado colonial, em especial o latifúndio agro-exportador, teriam se reproduzido nos tempos atuais e impedido de maneira conservadora e não-profunda a reorganização da base produtiva, ao contrário do que teriam feito os anglo-americanos que, para tornarem os EUA uma nação plenamente burguesa, teriam primeiramente feito uma “revolução” contra a metrópole européia e, em seguida, para ajustar e unificar a base produtiva aos moldes do trabalho assalariado, teriam feito uma “guerra civil”, acabando, assim, com a forma supostamente pré-capitalista ainda predominante em parte do país. Na América Latina, e especialmente no Brasil, nada disto teria acontecido. As independências na América Latina não teriam provocado uma profunda reorganização da base produtiva (ainda que na maior parte delas a escravidão tenha sido imediatamente abolida), pois a base fundiária – tão necessária para uma redistribuição da “riqueza nacional” e para a formação de um forte mercado consumidor interno e a conseqüente autonomia frente ao mercado externo – teria

¹⁸⁵ Leopoldo Zea em sua *Filosofia da história americana* assume a perspectiva de que o “Ser” da América Latina seria a dependência econômico-social (antes ibérica, agora estadunidense), e a filosofia da história latino-americana seria a história em busca da libertação (nacional) frente a este “Ser” da dependência imperialista, aparecendo, assim, Simon Bolívar como o símbolo da encarnação pela liberdade da América Latina: “Será, assim, em função de projetos libertários e igualitários que toma sentido a filosofia da história da América Latina (...). Filosofia da história que se inicia como tomada de consciência da dependência e da necessidade de libertação dos povos que a sofrem. Filosofia que se encarna em um Simon Bolívar e se fecha em um José Martí (...). Ontem frente à Espanha e frente à Europa, e agora frente aos Estados Unidos. Filosofia da história latino-americana como filosofia da luta pela liberdade”. (ZEA, Leopoldo. *Filosofía de la historia americana*. México: Tierra Firme, 1977, p.42-43)

permanecido como propriedade privada de uma minoria. No caso do Brasil, a não-ruptura nacionalista conservadora teria sido a principal causa do atraso atual, pois, além da manutenção da unidade nacional nas mãos de uma monarquia, a própria base produtiva teria se mantido praticamente intacta ainda por quase um século após a independência.

Esta seria, basicamente, a forma como grande parte dos autores marxistas tem procurado explicar o caráter das formações econômicas da América, o que justificaria, assim, ser hoje a América Latina uma região “atrasada”, “colonial”, “semi-colonial” e “dependente”. Por outro lado, isto justificaria também o fato de que os Estados Unidos seriam um país “rico”, “avançado” e explicaria, assim, o porquê de ser a relação deste com os países latino-americanos, hoje, a relação de um país “imperialista” (adiantado) contra países “dependentes” e “semi-coloniais” (atrasados).¹⁸⁶

Max Weber desenvolveu, no início do século XX, uma teoria da divisão da colonização da América entre colonos de “espírito-capitalista” e colonos de “espírito-feudal”, como fica atestado em *História geral da economia*. Nesta obra, Weber afirma que nas colonizações espanhola e portuguesa teria predominado uma forma de produção “feudal”, ao contrário daquela que teria se desenvolvido nas colônias britânicas e batavas, de caráter “capitalista”, bem ao gosto de sua “ética protestante”:

Na América - diz Weber - podemos distinguir dois tipos principais de exploração: o *feudal*, nas colônias espanholas ou portuguesas, e o *capitalista*, nas holandesas e inglesas. As colônias venezianas e genovesas no Oriente, assim como as dos templos, constituem-se precursoras da forma feudal de colonização. Nelas, foi possível assegurar-

¹⁸⁶ Como ficaria claro, por exemplo, nas palavras do cientista político argentino Marcos Kaplan: “Em meados do século XIX, o mundo acha-se quase completamente dominado – econômica, política, militar e culturalmente – pelas potências européias e, cada vez mais, também pelos Estados Unidos. Os *países adiantados* da Europa Ocidental e da América do Norte vão atingindo alto grau de progresso e prosperidade. Constituem e regem um sistema econômico internacional, ao qual incorporam os *países periféricos, atrasados e dependentes*. Criam-se vínculos mais estreitos entre as *metrópoles desenvolvidas e dominantes* e as regiões e nações *subordinadas e coloniais* (...) A América Latina é parte importante desta operação histórica de envergadura planetária”. (KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional: América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. Tradução de Lygia M. Baeta Neves, p.117 - grifos nossos).

se uma renda patrimonial mediante a divisão das terras a ocupar, à maneira de feudos (“encomendas”, nas colônias espanholas).¹⁸⁷

No Brasil, um dos primeiros autores a trabalhar com esta forma de interpretação entre ingleses “adiantados” e ibéricos “atrasados” foi Vianna Moog, sociólogo gaúcho de matiz declaradamente weberiano. Moog, em sua obra *Bandeirantes e pioneiros*, publicada em 1954, procurou fazer uma distinção entre aquilo que define como o “espírito construtor” do colonizador inglês na América do Norte e o “espírito” meramente e *predatório e extrativista* daquele colonizador que define como o “conquistador” luso do Brasil.¹⁸⁸

Além da influência da sociologia de Weber, pensamos que ambas as teses do feudalismo e atraso latino-americano teriam origem especialmente a partir do novo direcionamento teórico-político adotado pela Terceira Internacional Comunista nos anos trinta do século XX (talvez ela mesma já influenciada em alguma medida pelas teorias de Weber), pois, como diz Benoit, desde pelo menos o VI Congresso da III Internacional Comunista em 1928 teria penetrado na concepção marxista da história a *teoria das etapas*.¹⁸⁹ Neste Congresso, e também nos encontros de historiadores soviéticos em 1930-1931 – dominados já por um grupo ligado à nova direção (de caráter burocrático) do Estado soviético –, teria ficado determinado que a leitura “asiática” da Rússia e da China estaria equivocada. Estes países teriam sido taxados ali como estando, antes das respectivas revoluções internas, em um estágio “feudal” de desenvolvimento. A teoria de Marx sobre o modo de produção asiático como base da organização econômico-social destes países

¹⁸⁷ (WEBER, Max. *História geral da economia*. In: Textos Seleccionados. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1980, p.136. Seleção dos textos por Maurício Tragtenberg. Tradução de M. Tragtenberg, W. Dutra, Calógeras Pajuaba, M. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi).

¹⁸⁸: Como disse Moog a respeito do “espírito” britânico frente ao ibérico: “Há desde logo uma fundamental diferença de motivos no povoamento dos dois países [Estados Unidos e Brasil]: um sentido inicialmente espiritual, orgânico e construtivo na formação norte-americana e um sentido predatório, extrativista e quase só secundariamente religioso na formação brasileira”. (p.103). Mais à frente: Os ingleses “eram colonizadores, não conquistadores (...). No Brasil, infelizmente, ocorreu quase tudo precisamente ao contrário (...). Eram inicialmente conquistadores, não colonizadores, como seriam mais tarde bandeirantes e não pioneiros...” (p.104). (MOOG, Viana. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 1961).

¹⁸⁹ “Será exatamente o VI Congresso da internacional em 1928, o grande congresso da definitiva stalinização da IC, que criará o grande dogma que até hoje envenena a teoria da revolução na América Latina: *os países da América Latina são países atrasados, coloniais e semicoloniais (...)*”. (Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.42).

formadores do Oriente, até pelo menos a conquista imperialista-européia, teria sido simplesmente ignorada. Teria sido declarado naquele Congresso então que a tese sobre as fases históricas percorridas pela Europa (com exceção da fase “asiática”) também seria válida para a Ásia, América e, de um modo geral, para todos os outros países. Esta tese teria ganho uma elaboração teórica mais bem acabada com a teoria dos cinco modos de produção de Stálin, em 1938, no qual este afirmava que todos os povos, sem exceções, passariam, necessariamente, pelos mesmos estágios históricos (ocidentais), desde a comunidade primitiva até o socialismo.¹⁹⁰ Stálin teria justificado, então, sua nova teoria afirmando estar amparado na teoria dos modos de produção de Marx e Engels.¹⁹¹ A partir de então, até pelo menos meados da década de cinquenta, os novos historiadores e intelectuais marxistas oficiais (com raras exceções), amparados na “tese” de Stálin, teriam desenvolvido uma série de estudos de povos não-europeus, aplicando esta “teoria das etapas necessárias da história” a seus trabalhos, procurando e “encontrando” supostas fases “escravagistas” e “feudais” em praticamente todas as regiões de capitalismo-não-central. Os países latino-americanos, por exemplo, como dissemos, por supostamente não terem desenvolvido as forças produtivas tanto quanto os Estados Unidos ou os países europeus, teriam sido considerados como países *atrasados*, *coloniais* ou *semi-coloniais*, pois não teriam ainda conseguido romper com seu passado supostamente feudal.¹⁹² Aquela concepção histórico-dialética desenvolvida por Marx (e por Engels) durante quatro décadas teria sido, então, substituída por esquematismos baseados não em teorias histórico-científicas, mas em teorias empiricistas grosseiras e, em parte, de cunho weberiano, embasadas basicamente na dogmática stalinista. Esta teoria das etapas, porém, parece ter sido tão penetrante no meio intelectual marxista que teria corrido o mundo e atingido e

¹⁹⁰ “A história reconhece cinco tipos *fundamentais* de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo”. (Stalin, J. *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico*. Apud, Benoit. *A luta de classes...* Op cit, p.50).

¹⁹¹ Como dissemos acima, Engels escreve em 1884 *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, obra em que o caráter evolucionista e etapista da história, “comprados de Morgan”, fica claramente caracterizado. E como Engels afirma que ao escrever tal obra está executando o testamento de Marx, os grupos diretamente ligados à Terceira Internacional se apropriaram de tal concepção “engelsiana” da história e passaram a considera-la como sua verdadeira concepção “marxista”, uma concepção evolucionista que, como dissemos e aqui reiteramos, tem uma origem no antropólogo L H Morgan estudando os índios pré-civilizados dos EUA. No entanto, pensamos que Marx não tem relação ou compromisso algum com tal concepção teórica, nascida de um vacilo de Engels com relação a suas posições teóricas anteriores. Porém, parece que o “estrango” à concepção teórica marxista (de Marx) já estava feito.

¹⁹² (Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.39).

influenciado mesmo autores aparentemente não comprometidos diretamente com a política soviética daquele momento histórico.¹⁹³

Parece ter sido neste período que teriam surgido as teses sobre a necessidade da luta dos partidos comunistas em todos os países “não-centrais” tornar-se essencialmente uma luta contra o suposto “inimigo externo”. Para tal, teria sido fundamental caracterizar todos os países “não-centrais” do capitalismo como países que deveriam ter como meta principal a luta contra as forças consideradas retrógradas de cada sociedade em particular (no caso do Brasil, o latifúndio agro-exportador) e seus vínculos necessários com o imperialismo mundial. Como forma de simplificar esta estratégia, os dirigentes soviéticos teriam partido, então, de uma caracterização feita por Lênin dos países asiáticos, em especial China e Índia, a caracterização esta que afirmaria que, devido ao atraso cultural destas sociedades (e, conseqüentemente, o proletariado seria até então ali inexistente ou inexpressivo), para combater o imperialismo financeiro que começava a se apossar de suas respectivas economias, seria necessária, então, a aliança com as burguesias nacionais destes países. Assim sendo, esta caracterização feita por Lênin, referente ao atraso milenar oriental teria sido transformada pelo VI Congresso na forma principal de caracterização de *todos* os países “não-centrais”. O atraso estaria supostamente relacionado aos “resquícios feudais” existentes em todos estes países “não-centrais”. Desta forma, a América Latina teria passado, desde então, a figurar lado-a-lado com os países “asiáticos” (no sentido categorial) do Oriente. Aqueles supostos resquícios feudais que assombravam a China e a Índia teriam sido transplantados, agora, também para a história da América hispânica e do Brasil, em especial.¹⁹⁴ A América Latina – que teria sido assombrada no passado (séculos XVI a XVIII) pelo imperialismo ibérico, no século XIX pelo imperialismo inglês, e no século XX pelo imperialismo norte-americano – teria como meta principal de seus partidos comunistas

¹⁹³ Como exemplo desta dogmática daqueles anos observamos que a teoria do etapismo esteve presente também nas teorias dos autores marxistas ingleses que promoveram o famoso debate no final dos anos 50 e início dos 60: *Do Feudalismo ao Capitalismo*, dos quais participaram Maurice Dobb, Paul Sweezy, Eric Hobsbawm, entre outros. No entanto, o que nos chama a atenção nestas análises é a aceitação acrítica da universalidade da categoria de feudalismo a todas as regiões do planeta, em especial à Ásia hindu e ao Japão. (Cf. SWEETZY, Paul. & outros. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. Tradução de Manuel Vitorino Dias Duarte).

¹⁹⁴ “O Brasil era então caracterizado como país semicolonial e feudal. A teoria das etapas, aquela do Brasil feudal, inseparável daquela do socialismo num só país, chegava ao Brasil”. (Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.43).

a luta antiimperialista, ou luta pela *libertação nacional*.¹⁹⁵ Como parte dos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, eram intelectuais e professores universitários, rapidamente teria surgido uma literatura “brasileira” que teria teorizado sobre o suposto *atraso* do Brasil e da América Latina.¹⁹⁶

Assim sendo, na caracterização do Brasil, por exemplo, como país estruturalmente “atrasado”, dois pontos apareciam como fundamentais: um estaria relacionado à questão fundiária e o outro à questão da forma de trabalho predominante na colonização do país. Sobre o primeiro ponto trataremos agora (quanto ao segundo já o vimos no item anterior). A questão fundiária como “causa” do “atraso” estrutural brasileiro diria respeito ao fato de a colonização do Brasil ter sido formada à base da concentração das propriedades fundiárias nas mãos de poucos “senhores” de engenho e de escravos. Como vimos no item anterior, porém, para Marx, parece que a colonização do Brasil não teria por objetivo a formação de núcleos de povoamento produtores meramente de produtos destinados à auto-subsistência dos colonos ou meramente a um suposto “mercado colonial em si”. Ao contrário, como dissemos, para Marx, a formação de grandes propriedades fundiárias na América teria por objetivo especial, a produção agrícola monocultora em escala de produção (agro) industrial. Parece que na concepção de Marx não caberia aqui, na América,

¹⁹⁵ As Teses do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, em 1960, colocam a luta antiimperialista e antifeudal como prioridades do movimento operário nacional. É colocada ali a necessidade de uma “frente única” da classe operária brasileira com a “burguesia nacional”, para uma luta democrático-burguesa “pacífica” contra o imperialismo e o feudalismo: “A exploração imperialista, sobretudo norte-americana, impõe pesado tributo à nação (...). A revolução no Brasil, na sua atual etapa, é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: a inteira libertação econômica e política da dependência com relação ao imperialismo (...). A revolução brasileira tem, por conseguinte, na sua atual etapa, objetivos de caráter nacional e objetivos de caráter democrático (...). O desenvolvimento independente e progressista do país exige a criação de uma força social capaz de realizar as transformações de estrutura possíveis e necessárias de modificar simultaneamente a correlação de forças políticas no país (...). A frente única vem se formando em processo complexo de aglutinação das diversas classes e camadas interessadas nas tarefas revolucionárias (...). A frente única nacionalista e democrática incrementa o seu poderio na medida em que a luta por soluções positivas para os problemas colocados na ordem-do-dia, realizando-as na proporção de suas forças e das condições favoráveis de cada momento (...). Um governo antiimperialista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e defesa da paz, assegurar o desenvolvimento independente progressista da economia nacional, dar início à reforma agrária, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir e ampliar as liberdades democráticas (...). A revolução antiimperialista e antifeudal pode ser conduzida aos seus objetivos, em nosso país, por um caminho pacífico”. (Teses do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, de 1960. In: PINSKY, Jaime. *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.286-293).

¹⁹⁶ Sobre a caracterização do que seria “um país atrasado” na teoria marxista da história e suas implicações teórico-políticas ao longo do século XX, ver Benoit, *O Programa de Transição de Trotsky e a América*. Op cit, p.54-62.

portanto, a produção camponesa típica em larga escala, produtora basicamente de alimentos em pequena monta.

No Brasil, o exemplo mais expressivo de teóricos da tese do “feudalismo brasileiro” parece ser Nelson Werneck Sodré. Desde seus primeiros trabalhos nas décadas de 30/40 até sua morte em 1999, Sodré teria sustentado a tese de que na história do Brasil teria havido a seqüência clássica e necessária de “todos” os modos de produção “clássicos”: comunidade primitiva (período pré-cabralino), modo de produção escravista (este não se diferenciando, no fundamental, do escravismo greco-romano), modo de produção feudal e capitalismo.¹⁹⁷ Mesmo no final de sua vida Sodré parece ter continuado a defender, sem concessões, sua tese das etapas “clássicas” pelas quais o Brasil teria passado.¹⁹⁸

Sodré, como se sabe, teria “feito escola” no Brasil e na América Latina. Como exemplos, poderíamos citar o autor não-marxista Celso Furtado¹⁹⁹ e, entre os marxistas,

¹⁹⁷ “O colonizador encontra no Brasil o regime de comunidade primitiva” (p.69); “Os modos de produção sucedem-se uns aos outros, e impõem-se uns aos outros, na medida em que a produtividade do anterior se mostra insuficiente e a do novo abre perspectivas ao desenvolvimento material” (p.76); “Assiste-se, assim, o colonizador, originário de uma área em que domina o modo feudal de produção, regredir ao modo escravista” (p.70); “Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção (...). A produção para o mercado apareceu ainda na época da comunidade primitiva, já na fase de sua desintegração” (p.82); “Esse declínio [do preço do açúcar devido à concorrência antilhana, J.A] respondia, em alguns casos, pelo estabelecimento de relações feudais, e a área feudal, na Colônia, ampliava-se depressa” (p.135). (SODRÉ, N. Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Difel, 1982).

¹⁹⁸ Em debate na Unicamp, em 1978, Sodré assim inicia sua exposição sobre sua teoria da história brasileira: “Compareço [no debate] com minha modesta contribuição (...) De minha parte, e depois de anos a fio de pesquisas, confesso que não encontrei ainda, sem nenhuma pretensão vai isto aqui dito, motivo que me fizesse rever aquelas teses [expostas em *Formação histórica do Brasil*, de 1962], que cedo espousei (...). Trata-se, realmente, de escravismo. Batizá-lo de moderno apenas o diferencia, no tempo, do outro, aquele que surgiu da evolução da comunidade primitiva [greco-romano, J.A.]. [Logo à frente] (...) O feudalismo representa avanço em relação ao escravismo, e por isso vem depois, no tempo (...) Acontece, no Brasil. (...) Ao mesmo tempo, as relações escravistas passam, sem intermediações atenuadoras – como aconteceu no modelo clássico – a relações de novo tipo, que denominamos feudais”. (SODRÉ, Nelson Werneck. *Modos de produção no Brasil*. In: Lapa. *Modos de produção e realidade brasileira*. Op cit. Primeira citação p.133; segunda p.138; a terceira citação p.141/42).

¹⁹⁹ “Para explicar a influência que teve este grupo liberal em uma sociedade fundamentalmente agrária de tipo semifeudal...” Mais à frente: “... o Estado desempenhou um importante papel na fase de transição da sociedade semi-isolada de características feudais para uma...” (FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.55). No entanto, em *Formação econômica do Brasil* (22ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1987, p.50) Furtado nega este caráter “semifeudal” da colonização brasileira. O que se mostra bastante interessante aqui é o fato de que Celso Furtado parece retroagir com relação à caracterização da estrutura colonial brasileira, pois se o mesmo nega a existência de uma forma semifeudal no Brasil em *Formação econômica do Brasil* (afirmando ali o caráter já “capitalista” da colonização luso-brasileira), obra esta datada de 1959, o contrário acontece então sete anos depois (1966), quando escreve a obra supra citada *Subdesenvolvimento e estagnação na AL*, onde afirma este

Agustín Cueva²⁰⁰, Samuel de Paula²⁰¹, Ernesto Laclau²⁰², Pierre Chaunu²⁰³, João Quartim de Moraes²⁰⁴, entre outros.

Por outro lado, Caio Prado Jr – o pioneiro, no Brasil, na interpretação do caráter capitalista (comercial) da empresa colonial latino-americana –, apesar de inicialmente partícipe do PCB, não teria aceitado a tese feudal do Brasil colonial. Segundo Caio Prado, por mais que as capitanias hereditárias, *formalmente*, seguissem os trâmites das relações feudais, na prática, porém, elas não teriam a mesma função que no modo produção feudal (europeu). Mais ainda, segundo Caio Prado, a tentativa inicial do governo português de “enfeudar” o Brasil em pouco tempo teria já fracassado. O que teria se seguido, então, seria

caráter semifeudal e ou “de características feudais” na colonização brasileira. O que teria levado Furtado a ceder nesta sua caracterização de nosso passado colonial?

²⁰⁰ Cueva segue à risca a *teoria das etapas*: “Assim, o problema não se resolve prolongando-se uma discussão obsoleta, mas sim avançando-se no estudo das modalidades histórico-concretas de existência dos modos de produção escravista e feudal no continente americano, de sua profundidade e extensão em cada área (...)”. (CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983, p.27).

²⁰¹ “O monopólio feudal é a forma porque assumiu no Brasil a propriedade do principal e mais importante dos meios de produção na agricultura – a propriedade da terra (...). A implantação das Capitanias Hereditárias – o loteamento do Brasil em latifúndios, revela desde logo seu inconfundível caráter feudal. Eis alguns dos traços fundamentais: o donatário é um soberano da Capitania, pois recebe do rei distante todos os poderes. O donatário possui o direito de conceder sesmarias. À Coroa era reservado o quinto dos metais e pedras preciosas. Ao donatário é reservado a atribuição da defesa militar e da administração. As Capitanias são inalienáveis, transmissíveis por herança e seus donatários eram senhores com jurisdição civil, criminal, somando-se em suas mãos todas as prerrogativas de mando e de coação”. (DE PAULA, Samuel. *Aspectos negativos da colonização portuguesa: um confronto com a colonização anglo-saxônica*. São Paulo: Paralelo, 1971, p.88-89).

²⁰² “O caráter pré-capitalista das relações de produção dominantes na América Latina não só não era incompatível com a produção com o mercado mundial, mas que o fato se intensificou com a expansão deste último. O regime feudal das fazendas tendeu a incrementar suas arrecadações servis sobre o campesinato (...). Assim, o efeito da expansão do mercado externo longe de atuar como uma força desagregadora do feudalismo, tendeu a acentuá-lo e consolida-lo”. (LACLAU, Ernesto. *Feudalismo y capitalismo en América Latina*. Barcelona: Cuadernos Beta, 1972. Tradução de Francisco Melo, p.29-30).

²⁰³ Chaunu, francês, historiador da América, foi também influenciado por tais teses (ainda que não diretamente por Sodrê): “Foi só em 1534 que os portugueses começaram a prestar atenção nessas possessões (...) confiando-as a grandes senhores, os *donatários*, providos de feudos gigantescos sobre os quais dispunham de poderes discricionários (...). Foi a administração do capitão geral e dos ouvidores (...) que acabou por suplantiar, no século XVII, a administração anárquica e feudal dos capitães” (CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. São Paulo: Difel. 5ª edição, 1983. Trad. Miguel U. Rodrigues, p.38-39).

²⁰⁴ Cf artigo de Quartim de Moraes sobre sua crítica sobre o conceito de modo de produção asiático de Marx: *A ‘forma asiática’ e o comunismo agrário primitivo*. In: Revista Crítica Marxista, número 02, 1995. Também o artigo onde corrobora a tese do etapismo stalinista: *Um outro olhar sobre Stálin*. In: Revista Crítica Marxista. Nº 18. São Paulo: Revan, 2004; Mais recentemente (2004), José Ricardo Figueiredo publicou recentemente (em 2004) seu livro sobre a teoria dos modos de produção no Brasil, prefaciada por Quartim de Moraes, onde defende “ortodoxamente” as teorias de Sodrê: “Só uma tese permite descrever os modos de produção no Brasil plenamente, sem deixar buracos: a tese clássica ou ortodoxa da existência em nossa história de comunismo primitivo, escravidão, feudalismo e capitalismo, não apenas sucessivamente, mas também simultaneamente, como ‘contemporaneidade do não coetâneo’” (FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Autores Associados/Educ/Fapesp, 2004, p.638).

a divisão sesmarial da propriedade fundiária. Nesta forma de apropriação fundiária, segundo Caio Prado, a terra era cedida de forma alodial, ou seja, de propriedade plena. O sesmeiro, inclusive, segundo Caio Prado, poderia alienar sua propriedade quando bem lhe aprouvesse, diferentemente da forma feudal européia.²⁰⁵ Caio Prado parece ter direcionado seus estudos sobre a colonização brasileira especialmente na implicação da relação entre a produção monocultora para exportação e a mercantilização da mesma com o capitalismo mundial. Daí sua tese do *sentido (externo) da colonização*.²⁰⁶ Não obstante isto, Caio Prado também caracterizou o Brasil como país atrasado, colonial e subdesenvolvido.²⁰⁷ Foi buscar tal justificativa na herança do latifúndio agro-exportador em aliança com o imperialismo Euro-Americano.²⁰⁸

Nas décadas de sessenta e setenta do século XX, outros trabalhos, como os de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, por exemplo, apresentam a tese do *modo de produção escravista colonial*. Nesta forma de caracterizar a colonização americana admite-se a relação de dependência das colônias com o comércio metropolitano. No entanto, ali, o sentido unicamente “externo” da colonização é posto em dúvida, já que, segundo Ciro Cardoso, por exemplo, a América não teria sido *mero quintal* da Europa.²⁰⁹ A teoria de Ciro

²⁰⁵ Como diz Caio Prado sobre a suposta enfeudação do Brasil colonial: “O regime das capitanias hereditárias foi em princípio caracteristicamente feudal (...). Este ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum na formação histórica do Brasil. Em 1549, com a instituição do governo geral, começa o resgate pela Coroa das capitanias doada (...). É esta a primitiva enfeudação do território brasileiro (...). Os forais dos donatários determinavam que as terras fossem distribuídas em *sesmarias* aos moradores (...). A propriedade do sesmeiro era, portanto alodial, isto é, plena (...). Não comporta, todavia, nenhuma relação de caráter feudal, vassalagem ou outra. As terras eram alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam vínculo algum de dependência pessoal (...). O que caracteriza ainda as sesmarias é a obrigação do seu aproveitamento por parte do beneficiário dentro de um certo prazo (...). Este foi o caráter da propriedade fundiária da colônia”. (PRADO Jr, Caio. *Evolução política do Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969, p.15-16).

²⁰⁶ A tese do sentido externo da colonização brasileira de Caio Prado tem já certa relação com a teoria da história de Marx, ainda que com ressalvas. (Cf. PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1953, p.25).

²⁰⁷ “Semicolônia” (p.224), “dependente” (p.270), “economia colonial” (p.270), “O passado colonial que resiste” (p.300/01). (PRADO Jr. Caio. *História econômica do Brasil*. 16ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970).

²⁰⁸ “Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com o nosso velho sistema colonial fundado na exportação de produtos primários (...). Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado (...)”. (Prado Jr. *História...* op cit, p.328).

²⁰⁹ “As seções precedentes deste texto fornecem igualmente argumentos ponderáveis contra uma tendência ainda bastante forte neste país (...): a que consiste em ver, no Brasil colonial e ainda mais no Império, não uma formação econômico-social – não uma *sociedade* propriamente dita –, mas sim unicamente uma espécie de quintal da Europa” (Cardoso. *Reflexões conclusivas: uma sociedade, não um mero quintal da Europa*. In:

Cardoso defende que, ao transplantarem enormes contingentes populacionais da Europa (e África) para a América, os europeus teriam acabado por formar aqui novas sociedades, diferentes daquela da qual se originaram e com seu modo de produção característico (escravista-colonial).²¹⁰ Do mesmo modo Gorender²¹¹ e Florestan Fernandes. Muitos outros autores poderiam ser também aqui lembrados. Porém, não é nosso objetivo neste momento passar em revista toda a historiografia brasileira sobre o tema (pensamos fazê-lo em trabalho futuro). Nos interessam no momento mais os autores marxistas (e mesmo não-marxistas) que teriam tido influência decisiva na literatura histórica *colonial* brasileira.

3.6 – MARX E A “QUESTÃO NACIONAL” NA AMÉRICA LATINA

Aquela discussão sobre o suposto atraso da América Latina nos remete, pois, imediatamente ao problema da “questão nacional” latino-americana. Como dissemos, é bastante difundida entre os autores marxistas (em especial aqueles politicamente engajados) a tese de que a “frágil” América Latina teria sido pura e simplesmente oprimida e saqueada pelo imperialismo europeu durante mais de três séculos e depois pelo imperialismo norte-americano nos últimos cento e cinquenta anos, e que, portanto, seria tarefa primeira de todo o “povo” latino-americano lutar contra este suposto vampiro externo. Haveria, pois, a necessidade da união de *toda* a sociedade em prol de sua suposta “autodeterminação”.

Neste sentido, a luta dos *criollos* hispano-americanos no início do século XIX aparece aos intelectuais como uma luta de caráter “nacionalista” contra o imperialismo castelhano. Estas lutas nas colônias espanholas aparecem, então, como lutas pela libertação de povos latino-americanos supostamente oprimidos pela opressão imperialista

CARDOSO, Ciro F. (organizador). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.57-58).

²¹⁰ “O modo de produção escravista colonial se instaurou em regiões que, por uma parte, caracterizavam-se (...) por uma população indígena pouco densa e, por outra, apresentavam condições propícias às atividades exportadoras”. (Cardoso. *Sobre os modos de produção coloniais da América*. In: Santiago. *América colonial*. op cit, p.82).

²¹¹ “Da concepção do modo de produção escravista colonial, como modo de produção que constituiu a base principal da formação social vigente no Brasil até o final do século XIX ...” (Gorender. *Modos de produção no Brasil*. In: Lapa. *Modos de produção e realidade Brasileira*. Op cit., p.61).

estrangeira.²¹² Seus líderes principais, como Simon Bolívar, teriam sido aclamados ao final das lutas como “heróis nacionais”. Bolívar, em especial, teria sido consagrado como o grande libertador – *El Libertador* – da América Latina.²¹³

Se Simon Bolívar, porém, teria se tornado uma referência para a esquerda mundial ainda no século XIX, como símbolo da luta antiimperialista, e sua imagem teria sido cultuada mesmo entre a esquerda mais progressista da Europa, Marx e Engels, as duas maiores expressões teóricas do proletariado mundial, não teriam se rendido à sedução de seu (pseudo) heroísmo.

Marx, em artigo escrito em 1858, intitulado *Bolívar y Ponte*, expõe, em linhas gerais, o que entendia como façanhas “nada-heróicas” de *El Libertador* durante as guerras antiespanholas. Neste artigo, baseado na leitura de obras de três biógrafos de Bolívar²¹⁴, Marx apresenta uma imagem nada honrosa do Libertador. Nesta imagem de Bolívar ali traçada por Marx se percebe que a mesma destoa totalmente daquelas obras biográficas onde o herói latino-americano, escritas por partidários da causa nacionalista e antiimperialista do século XX. Marx comenta neste artigo, sendo idôneas suas fontes, que Bolívar, na realidade, não passaria de um falsário, desertor, conspirador, mentiroso, covarde, saqueador, dissimulador e etc.²¹⁵ Marx mostra também neste artigo que se não

²¹² Como teria dito Bolívar, em um de seus discursos bastante retóricos: “Fomos enviados para destruir os espanhóis, proteger os americanos e restabelecer os governos republicanos que formavam a Confederação da Venezuela. Os Estados em que imperam nossas armas estão regidos novamente pelas suas antigas Constituições e magistrados, gozando plenamente de sua liberdade e independência; porque a nossa única missão é a de romper os grilhões da servidão que humilham ainda alguns de nossos povos, sem pretender ditar leis nem exercer atos de dominação, que o direito da guerra nos poderia autorizar”. Bolívar. *Manifesto aos venezuelanos*. In: BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Ana M. Martinez (tradução e organização). *Simon Bolívar: Política*. São Paulo: Ática, 1983, p.59; Coordenação de Florestan Fernandes).

²¹³ Como diz Leon Pomer: “Em 6 de agosto de 1813 [Bolívar] entrou triunfante em Caracas e pela primeira vez foi aclamado como ‘Libertador’.” (POMER, Leon. *As independências na América Latina*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984. Tradução de Rubens Eduardo F. Frias, p.71). (Cf também Bellotto & Corrêa. *Bolívar (Introdução)*. Op cit).

²¹⁴ Marx, ao final do artigo, indica como referências bibliográficas os 3 autores que teria lido para escrever esta biografia de Bolívar: “Veja [diz Marx]: ‘Histoire de Bolivar, par Gén[éral] Ducoudray Holstein, continuée jusqu’à sa mort par Alphonse Viollot’ (Paris 1831); ‘Memoirs of Gen[eral] John Miller (in the service of the Republik of Peru)’; Col[onel] Hippisleys ‘Account of his Journey to the Orinoco’ (London 1819).” (Marx, *Bolívar y Ponte*. In: MEW - Marx-Engels Werke. Band XXIV, S.231). (Cf. Marx. *Bolívar y Ponte*. In: ARICÓ, Jose. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Tradução de M^a C. Marcondes, p.164.

²¹⁵ Marx comenta que Bolívar, juntamente com outros altos oficiais do exército rebelde, teria entrado de madrugada, e às espreitas, no quarto do general *criollo* Miranda. Eles o prenderam e o entregaram ao chefe do exército espanhol. Marx diz que este “ato de amizade” para com os inimigos espanhóis teria rendido a Bolívar o favor dos castelhanos. Quando solicitou um novo passaporte, Marx diz que o chefe espanhol assim

fosse pela persistência e perspicácia dos outros generais do exército rebelde, dirigido por Bolívar, a luta contra os ibéricos possivelmente teria sido perdida, pois, segundo Marx, Bolívar, além de medroso e covarde, gostava mesmo era de desfrutar das pomposidades e honrarias que o cargo de ditador lhe proporcionava e, por isso, relaxava com seus deveres no comando da guerra. Marx, aliás, diz que Bolívar seria conhecido, pejorativamente, entre seus oficiais subordinados como o “Napoleão das Retiradas” (*Napoleon des Rückzugs*), porque, segundo Marx, sempre recuaria nos momentos em que mais necessária se fazia uma ofensiva de suas tropas contra o exército inimigo. Assim, diz Marx, nestes momentos decisivos das lutas, seus generais preferiam não seguir suas ordens e tomavam por si próprios as rédeas da luta contra os inimigos.²¹⁶

Ao final dos conflitos antiespanhóis, porém, com a vitória dos exércitos independentistas, como dissemos, Bolívar teria se tornado o símbolo de toda a luta antiimperialista latino-americana, fundando, assim, o chamado “bolivarismo”. Este consistiria basicamente em proclamar a libertação nacional dos povos oprimidos contra o vampirismo imperialista. Parece que isto não significava, no entanto, que Bolívar e a burguesia *criolla* vitoriosa pretendessem alterar profundamente as relações entre as classes sociais, quer dizer, alterar a estrutura sócio-econômica e o *status quo* vigente na América espanhola independente.

Marx comenta que Bolívar, com o suposto intuito de unificar a América Latina em torno de um governo forte e centralizado, capaz de fazer frente ao imperialismo europeu, teria convocado um Congresso no Panamá em 1826. O objetivo deste congresso, segundo Marx, seria justamente propor esta unificação latino-americana em torno de uma política ditada por um poder central forte. Marx explica que, no entanto, o que Bolívar pretendia, na realidade, era se tornar ele próprio o ditador da América Latina. Assim, segundo Marx, Bolívar, neste Congresso, na condição de *El Libertador* latino-americano, pretendia usar de seu prestígio para pôr em prática suas próprias ambições de se tornar o imperador desta “super-nação” latino-americana, ambições estas encobertas sob o véu jurídico de um

teria atendido seu pedido: “Deve-se atender ao pedido do coronel Bolívar como recompensa (*Belohnung*) pelo serviço prestado (*geleisteten Dienst*) ao rei da Espanha com a entrega de Miranda”. Marx, *Bolívar y Ponte*. In: MEW, Band XIV, p.218: “Oberst Bolivars Bitte sollte erfüllt werden als Belohnung für den durch die Auslieferung Mirandas dem König von Spanien geleisteten Dienst.”

²¹⁶ Cf. Marx. *Bolívar y Ponte*. In: Aricó. Op cit, p.156; (Marx, *Bolívar y Ponte*. In: MEW. Band XXIV, S.224).

suposto “código civil internacional”. No entanto, segundo Marx, o Congresso e as pretensões de Bolívar teriam fracassado devido a revoltas dentro do próprio exército bolivarista. Do ponto de vista de Marx, porém, prece que a “revolução” hispano-americana dirigida por Bolívar teria ficado bem aquém dos marcos das revoluções burguesas européias, isto é, segundo Marx, elas não teriam ido além das lutas burguesas regionais por maiores liberdades de comércio e de exploração dos trabalhadores latino-americanos.

Mas, perguntamos: por que Marx não teria reconhecido também os méritos atribuídos por tantos autores e apologistas a Bolívar como grande defensor e libertador do sofrido e oprimido povo latino-americano? Parece que a resposta não seria difícil de ser respondida. Ela pode ser, por exemplo, na descrição que Marx faz de Bolívar. A classe, por exemplo, da qual teria se originado o herói latino-americano, descrita por Marx ainda no primeiro parágrafo do artigo, já deixa clara sua visão sobre Bolívar: “*Bolívar y Ponte, Simon, o ‘Libertador’ da Colômbia nasceu... em Caracas (...) Descendia de uma das famílias mantuanas, que, na época da dominação espanhola, constituíam a nobreza criolla na Venezuela*”.²¹⁷ Nesta passagem Marx mostra que Bolívar seria originário, e representante, da classe dos *criollos*, a classe das tradicionais oligarquias regionais que remontariam, em grande parte, às primeiras famílias de colonos espanhóis na América e que agora faziam parte da burguesia hispano-americana. Marx, ao escrever este artigo mais de três décadas depois do final dos conflitos latino-americanos, sabia muito bem que a América espanhola não teria se tornado a “pátria da liberdade humana”, após as lutas de independência. Marx sabia muito bem que, após a independência, as velhas oligarquias *criollas* haviam iniciado um processo de expropriação e exploração da força de trabalho das populações indígenas, negra e branca-pobre com paralelo igual somente talvez na época da conquista castelhana.

Marx parece não ter em momento algum glorificado a figura de Bolívar simplesmente porque não teria percebido na trajetória político-militar, e mesmo “pessoal”, do Libertador ação alguma que pudesse talvez indicar para a classe trabalhadora latino-americana e mundial um modelo de determinação, honradez e luta pela liberdade humana em si mesma. Ao longo de toda a exposição, Marx deixa bastante claro que não confiava

²¹⁷ Marx. *Bolívar y Ponte*. In: Aricó. *Marx e a América Latina*. Op cit, p.149.

nas palavras altissonantes de Bolívar simplesmente porque percebia seu compromisso de classe com a burguesia *criolla* latino-americana, ou seja, com sua própria classe. Marx não conseguiu perceber em Bolívar qualquer compromisso sério com a classe trabalhadora latino-americana, a não ser aqueles de super-exploração de sua força de trabalho.

Bastante interessante também parece ser a relação de Bolívar com a questão da emancipação dos negros escravos. A proclamação da abolição da escravatura no então vice-reinado de Nova Granada, executada por Bolívar, parece que em momento algum esteve relacionada a uma suposta “consciência humanista” do herói bolivariano. Na verdade, parece que a real intenção de Bolívar quando proclamou a abolição era eliminar fisicamente a maior parte dos negros durante o processo de lutas pela independência. Bolívar, juntamente com a burguesia *criolla*, parece que temia que os negros, após a independência, desprovidos então de qualquer tipo de propriedade material que não seu próprio corpo, se revoltassem e promovessem uma espécie de “Haitinização” da Grã-Colômbia. Ou seja, Bolívar parece que temia que os negros libertos, existindo ali em número considerável, fizessem uma revolução ao estilo da ocorrida no Haiti, com a possível eliminação física da população branca do país.

Para evitar esta possível revolta negra, Bolívar, no entanto, parece ter criado uma solução muito original e que, por obra do destino, teria ficado registrada pelo punho do próprio Libertador. Numa carta endereçada a seu principal general, Santander, de 20 de abril de 1820, Bolívar esclarece que a lei de abolição da escravatura, por ele ditada, e que condicionava a liberdade do negro à sua inclusão nas fileiras do exército rebelde, não estaria ligada, diretamente, a uma suposta necessidade de aumento do efetivo do exército, mas estaria ligada, na realidade, à necessidade de diminuição de “seu perigoso número” e, para tal, a intenção de Bolívar seria de eliminar em combate a maioria dos negros supostamente libertos, como explica Bolívar na carta a seu general:

O artigo 3º da Constituição [proclamada por ele mesmo] diz assim: ‘todos os escravos úteis para os serviços das armas serão destinados ao exército’. *Se não me equivoco* [diz Bolívar], *isto não é declarar a liberdade dos escravos e sim usar a faculdade que me dá a lei (...)* Com efeito, a lei do Congresso é sábia em todas as suas partes. Que meio mais adequado e mais legítimo para obter a liberdade do que lutar por ela? Será justo que morram unicamente os homens livres para emancipar os escravos? *Não será útil que estes adquiram*

*seus diretos no campo de batalha e que diminua seu perigoso número por um meio poderoso e legítimo?*²¹⁸

Parece bastante significativo que Bolívar, na seqüência da mesma carta, tenha energicamente ordenado que seu general enviasse para ele, imediatamente, 3000 mil soldados negros jovens “robustos e fortes, acostumados à inclemência e à fadiga... nos quais o valor da morte seja pouco mais que o de sua vida”²¹⁹ para integrar as fileiras diretamente comandadas por *El Libertador*:

Eu, pois, usando das faculdades que me concede a lei da liberdade dos escravos, reitero minhas ordens anteriores: que o exército do sul aproveite os escravos úteis para as armas de que necessite; que venham 3.000 jovens solteiros para o exército do norte. Sobre isto insisto sobremaneira.²²⁰

Nesta carta, Simon Bolívar parece deixar bastante claro a seu general que a proclamação do fim da escravidão não teria como objetivo principal libertar/emancipar realmente os negros, mas sim, encontrar um artifício para acalmar a “brancófila” burguesia latino-americana do (mau) exemplo vindo da ilha onde Colombo teria aportado pela primeira vez na América. Ao proclamar a abolição da escravidão condicionada ao recrutamento dos negros no exército, Bolívar, na realidade, parece ter resolvido dois problemas de uma única vez: ao mesmo tempo que teria aumentado o efetivo do exército rebelde, com o recrutamento dos negros, teria também encontrado a solução para o perigo de “Haitinização” de toda a América Latina.

Estas “façanhas” do Libertador da América parecem justificar, em parte, a não-admiração de Marx pelo “herói” latino-americano. Este artigo de Marx sobre Bolívar, aliás parece ter não apenas o caráter de mostrar certo desprezo pelo pseudo-Libertador dos povos oprimidos, mas muito mais um caráter de denúncia e alerta à classe trabalhadora mundial sobre a falsa imagem criada em torno deste pseudo-herói.

²¹⁸ Simon Bolívar. *Carta ao general Santander*. In: Bellotto & Correa. *Bolívar*. Op cit, p. 50. (grifado por nós).

²¹⁹ Esta é a forma como Bolívar descreve, nesta mesma carta, seus soldados negros. Cf. Simon Bolívar. *Carta ao general Santander*. In: Bellotto & Correa. *Bolívar*. Op cit, p. 50.

²²⁰ Simon Bolívar. *Carta ao general Santander*. In: Bellotto & Correa. *Bolívar*. Op cit, p. 51.

Ainda com relação a este artigo sobre Simon Bolívar, uma das partes mais interessantes ali parece ser quando Marx destaca o quanto o exército “antiimperialista” de Bolívar estaria dependente do apoio externo, ou seja, do imperialismo industrial britânico. Segundo Marx, teria sido a própria Inglaterra a grande fornecedora de armas, munição e oficiais profissionais para os exércitos rebeldes. Marx explica que estas milícias mercenárias oriundas da Europa, guiadas por oficiais experientes, teriam sido decisivas nas lutas vitoriosas de libertação da Venezuela, da Colômbia, do Equador, da Bolívia e do Peru:

De deserção em deserção, tudo parecia caminhar para um desastre total (...) Nesse ínterim, chegou da Inglaterra uma forte ajuda em homens, navios e munições, e oficiais ingleses, franceses, alemães e poloneses afluíram de todas as partes para Angostura... Rapidamente pôs-se de pé um exército de 14 mil homens, com os quais Bolívar pôde passar novamente à ofensiva... as tropas estrangeiras, compostas fundamentalmente por ingleses, decidiram o destino de Nova Granada, graças às sucessivas vitórias... No dia 12 de agosto [de 1819] Bolívar entrou triunfalmente em Bogotá...”.²²¹

Marx parece denunciar aqui, em tom mais ou menos irônico, que Bolívar, o símbolo do antiimperialista latino-americano e mundial, na verdade, teria livrado a América Latina do já retrógrado e *colonial* império castelhano apenas para colocá-la, de ora em diante, sob o jugo do imperialismo *industrial* britânico.

Enfim, Marx parece ter Marx tão pouca admiração por Bolívar que o acusa de ser uma paródia de Napoleão Bonaparte, um novo “Bonaparte” na América. Talvez até mesmo a própria “paródia da paródia da paródia”, pois Marx compara Bolívar ao ditador golpista do Haiti, Soulouque, o qual seria já uma caricatura, bastante deformada, de Luis Napoleão III da França, o Bonaparte paródia do Bonaparte I, como se percebe no escrito de Marx intitulado *Herr Vogt*, onde comenta essas concepções:

“A força criadora de mitos, característica da fantasia popular, em todas as épocas tem provado sua eficácia inventando ‘grandes homens’. O exemplo mais notável deste tipo é

²²¹ Marx. *Bolívar y Ponte*. In: Aricó. *Marx e a América Latina*. Op cit, p.157-158; MEW, Band XIV, S.225.

sem dúvida Simon Bolívar”.²²² E, em carta a Engels de 14 de fevereiro de 1858, Marx comenta: “Teria sido passar dos limites querer apresentar Napoleão I como o canalha dos mais covardes, brutal e miserável. Bolívar é o verdadeiro Soulouque”.²²³

O que parece incompreensível, no entanto, é que mesmo Marx tendo denunciado a falsidade da figura *El Libertador*, evidenciando seus interesses de classe e sua íntima relação com o imperialismo burguês britânico, mesmo assim Bolívar ter-se-ia tornado o símbolo maior da luta antiimperialista em prol de um suposto “nacionalismo” latino-americano (o “*Bolivarismo*”). Diversos grupos marxistas, ao longo do século XX, teriam apoiado estas lutas antiimperialistas como sendo a grande tarefa dos marxistas, em especial daqueles grupos ligados aos Partidos Comunistas latino-americanos.

Para Marx, parece que estas lutas de independência política na América espanhola, lideradas efetivamente pela burguesia *criolla*, não poderiam ser pensadas como “revoluções políticas” burguesas, nem mesmo serem equiparadas à grande revolução burguesa do Ocidente. A Revolução Francesa, segundo Marx, teria sim um caráter claramente revolucionário e aparecia como a expressão política de uma revolução de *fundo* (*Grund*), uma revolução no fundamento (*Grund*) das relações de produção euro-mundiais, ou seja, uma revolução, iniciada alguns séculos antes, que teria subvertido as bases da sociedade feudal, assentada na produção para o valor de uso (*Brauchswert*), e fundado um novo modo de produção onde o excedente (*Mehrarbeit*) assumia a forma do *valor de troca* (*Austauschswert*): o modo de produção capitalista.

Na concepção de Marx, parece que estas lutas *criollas* poderiam ser tratadas, no máximo, como caricaturas mais ou menos deformadas desta revolução ocidental maior. Por isso, com relação ao Brasil, por exemplo, parece que Marx não concordaria com Florestan Fernandes²²⁴, nem mesmo com Caio Prado Jr.²²⁵ (bem como outros autores),

²²² „Die mythenbildende Kraft der Volksphantasie hat sich zu allen Zeiten in der Erfindung "großer Männer" bewährt. Das schlagendste Beispiel dieser Art ist unstreitig *Simon Bolivar*“. (Marx. Carta-resposta a Charles A. Dana, redator-chefe do '*New-York Tribune*', sobre *Herr Vogt*. In: Marx. *Herr Vogt*. MEW, Dietz Verlag, Berlin. Band 14, 4. Auflage 1972. S.685).

²²³ Marx. Carta a Engels em 14 de fevereiro de 1858. In: Marx & Engels. *Contribuição para uma história da América Latina*. Seleção de Textos e organização de Pedro SCORON. São Paulo: Edições Populares, 1982, p.50-51. Trad. Cláudio A. Martins.

²²⁴ Florestan Fernandes diz que a “Revolução Burguesa” no Brasil teria passado por etapas, seguindo várias fases. A primeira delas teria se dado com a Independência: “A independência, não obstante a forma que se

quando estes afirmam que o rompimento do Brasil com Portugal teria se constituído em uma verdadeira “revolução política”, a qual teria ocorrido, segundo eles, quando as forças políticas portuguesas (já retrógradas) não mais corresponderiam às novas forças produtivas (base econômica) do Brasil.

Para Marx, ao contrário do que afirmam Caio Prado e Fernandes, parece que uma revolução social propriamente dita somente ocorreria quando a luta política teria por meta fundamental (de fundo - *Grund*) a destruição, ao mesmo tempo, da velha base econômica na qual estaria assentada tal sociedade, fundando ali novas bases econômico-sociais, como por exemplo, quando da conquista da “asiática” Índia pela burguesa Inglaterra que. Como explica Marx nos seus artigos sobre a dominação britânica na Índia, a Inglaterra, ao completar sua conquista e dominação da Índia, como tarefa primeira, teria destruído a estrutura econômica na qual o país estava milenarmente assentado (modo de produção asiático), baseada na união entre artesanato doméstico e agricultura internas às aldeias comunais. Os britânicos, explica Marx, ao destruírem a forma comunal de produção indiana, bem como sua estrutura social baseada na rigidez do sistema de castas, teriam instituído, em seguida, novas formas de propriedade *privada* da terra, bem como relações de produção baseadas unicamente nas “leis do mercado”:

O *zemindari* e o *ryotwari* foram duas revoluções agrárias, realizadas por militares britânicos [na Índia], e antagônicas entre si (*das Samindari und das Raiatwari waren beide agrarische Revolutionen, die durch britische Ukase zustande kamen und die ihrem Charakter nach entgegengesetzt sind*)²²⁶; Estas comunidades [hindus] de tipo familiar tinham por base a indústria doméstica, essa combinação peculiar de tecer à mão, fiar à mão e trabalho à mão,

desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da ‘era colonial’; como ponto de referência para a ‘época da sociedade nacional’, que com ela se inaugura”. (Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Op cit, p.31).

²²⁵ “Já vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que, por conseguinte, sob sua pressão, tinha que ceder. Em outras palavras, é a estrutura política do Brasil-Colônia que, já não correspondendo ao estado de forças produtivas e à infra-estrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas, às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução. A repercussão deste fato no terreno político – a revolução da Independência – não é mais que o termo final do processo de diferenciação de interesses nacionais, ligados ao desenvolvimento econômico do país, e por isso mesmo distintos dos da metrópole e contrários a eles” (Prado Jr. *Evolução política do Brasil*. op cit, p.47-48).

²²⁶ (Marx. *A Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo de producción asiático*. op cit, p.96).

que lhes permitia bastarem-se a si mesmas. A intervenção inglesa... dissolveu (*führte zur Auflösung*) essas pequenas comunidades semibárbaras e semicivilizadas ao fazer saltar sua base econômica (*es ihre ökonomische Grundlage sprengte*), produzindo assim a maior (*die größte*) e, para dizer a verdade, a única revolução *social* que jamais se viu na Ásia (*einzigste soziale Revolution hervorrief, die Asien je gesehen*).²²⁷

Na América Latina (válido tanto para áreas tipo mexicana e peruana quanto para as áreas de Plantação), ao contrário do caso indiano, na concepção de Marx, parece que nada disto teria acontecido quando do rompimento dos latino-americanos com a Ibéria. Para Marx, este rompimento da estrutura política latino-americana não teria sido acompanhado do rompimento simultâneo das bases econômicas ali assentadas, pois, como vimos acima, por mais que a escravidão tenha sido imediatamente abolida na maior parte das novas repúblicas hispânicas da América, na concepção de Marx, ela seria uma forma de extração de excedente já inserida na estrutura *capitalista* de produção e, não teria havido, portanto, com as independências, mudanças significativas nas relações de produção, em especial na relação de apropriação/distribuição da riqueza social latino-americana.

3.7 – MARX E A AMÉRICA PARA ALÉM DA HISTÓRIA DO CAPITALISMO

Como procuramos mostrar ao longo deste capítulo, a América – sobretudo a América de áreas coloniais originalmente virgens – aparece para Marx como uma área onde a burguesia desenvolveu não encontrou empecilhos sócio-culturais que lhe impedisse o desenvolvimento de processos produtivos altamente lucrativos. Como dissemos, na concepção de Marx, nestas áreas virgens, as condições sócio-naturais ali encontradas teriam favorecido ou a formação de tipo camponês, ou, mais em geral, o estabelecimento de grandes departamentos mundiais de extração de mais-trabalho excepcional.

Para Marx, as extensões territoriais desta parte “virgem” da América apareciam às tribos nativas como imensos reservatórios de caça, apareciam como extensões naturais da

²²⁷ (Marx. *O domínio britânico na Índia*. In: Marx e Engels, Godelier. *Sobre el modo de producción asiático*. op cit, p.84);

tribo, como condições inorgânicas de sua reprodução. A guerra neste caso, diz Marx, não teria como objetivo – como era entre os greco-romanos – capturar os inimigos e transformá-los em condições inorgânicas de subsistência, ou seja, em escravizá-los, como parece não ser também este o objetivo, segundo Marx, entre aqueles povos estruturados sob a categoria de modo de produção asiático, como os incas e os astecas na América, como explica Marx nos *Grundrisse* ao se referir à escravidão greco-romana e a servidão feudal:

A escravidão, a servidão, etc., onde o trabalhador mesmo aparece entre as condições naturais da produção para um terceiro indivíduo ou entidade comunitária (este *não* é, por exemplo, o caso na escravidão geral do Oriente; *somente* o é do ponto de vista europeu) [*dies ist z.B. bei der allgemeinen Sklaverei des Orients nicht der Fall, nur vom europäischen point of view aus*] e, em consequência, a propriedade não é o comportamento com as condições objetivas do trabalho por parte do indivíduo que trabalha...²²⁸

Segundo Marx, os povos estruturados sob a forma do modo de produção asiático, quando levados à luta com outras comunidades, transformavam os vencidos não necessariamente em escravos (do tipo “escravo-mercadoria”), mas em escravos-tributários do Estado vencedor (escravidão patriarcal). No caso das tribos nômades e seminômades da América do sul e norte, o objetivo da luta parece que estaria ligada muito mais ou à eliminação física ou expulsão de tais inimigos, pois, ali, na visão de Marx, parece que não haveria necessidade de exploração de sua força de trabalho na execução das obras comunais. Entre as tribos selvagens da América, segundo Marx, a própria comunidade aparecia como não-sedentária, ou seja, na visão de Marx os nativos nestas regiões não fixavam residência em determinada área. Eles seriam nômades ou semi-nômades:

Nas primeiras formas de propriedade da terra aparece, antes de tudo, como primeiro pressuposto, uma entidade comunitária resultante de um processo natural (*ein naturwüchsiges Gemeinwesen*) (...) Dado que se pode admitir que a *vida pastoril* (*Hintenwesen*), ou mais em geral, o *nomadismo* (*Wanderung*) constitui a primeira forma dos modos de existência (...) Os homens não são sedentários por natureza (...) Em consequência,

²²⁸ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.456-457. (grifos no original).

a *coletividade tribal (Stammgemeinschaft)* não aparece como *resultado (Resultat)*, mas como *pressuposto da apropriação (coletiva) do solo e de sua utilização (Voraussetzung der gemeinschaftlichen Aneignung (temporären) und Benutzung des Bodens)*.²²⁹

Enfim, segundo Marx, nesta forma comunal-tribal de sociedade errante (*Stammgemeinschaft*), a natureza não teria sido transformado em profundidade e nem mesmo os supostos vencidos na guerra teriam sido transformados em condições inorgânicas de existência.

Como vimos acima, encontramos nos escritos de Marx há elementos que comprovam que o ele pensava a colonização dos Estados Unidos (e também do Brasil, por exemplo) como que enquadrada desde o princípio no processo de expansão capitalista da civilização européia. A colonização dos Estados Unidos, em especial da *Nova Inglaterra*, aparecia para Marx como o que havia de mais moderno, mais adiantado em termos de relações de produção burguesas, mais até que na própria Europa, como veremos a seguir.

Este reconhecimento por parte de Marx com relação à “modernidade” da colonização norte-americana aparece claramente em *A Ideologia Alemã*, por exemplo, onde Marx se refere à circunstância “privilegiada” de a colonização dos Estados Unidos ter-se iniciado numa época histórica bastante avançada, onde os colonos teriam podido então ter acesso e transplantar para as novas terras aquilo que haveria de mais moderno e avançado na sociedade ocidental em termos de tecnologia e relações sociais de produção e intercâmbio:

(...) Em países como a América do Norte, que começam em um período histórico já avançado, esse processo de desenvolvimento histórico [das forças produtivas] ocorre com muita rapidez. Estes países não têm nenhum outro pressuposto natural senão os indivíduos que ali se instalaram como colonos, movidos pelas formas de intercâmbio dos velhos países que já correspondem às suas necessidades. Tais países começam, pois, com os indivíduos mais avançados dos velhos países e, portanto, com a correspondente forma de intercâmbio mais desenvolvida, antes mesmo que essa forma de intercâmbio tenha podido impor-se nos

²²⁹ Marx. *Elementos fundamentales...* op cit, p.434. (grifos no original).

países velhos. Tal é o caso de todas as colônias, quando não se trata de simples bases militares ou entrepostos comerciais (...).²³⁰

Este processo de colonização norte-americano teria sido tão importante para a consolidação da sociedade burguesa que, como vimos, Marx dedica um capítulo inteiro de *O Capital* (cap. XXV do Livro I) exclusivamente para discutir a dificuldade e a impossibilidade de assentamento das relações de produção capitalistas nos EUA (bem como em colônias semelhantes, como a Austrália, por exemplo) enquanto não se completasse ali a ocupação fundiária do território. Quer dizer, segundo Marx, enquanto houvesse terra produtiva em potência à espera de um proprietário privado que a explorasse de forma autônoma, seria impossível a imposição das relações de trabalho assalariado como forma principal de produção de riqueza, pois, explica Marx, enquanto os trabalhadores fossem, em potência ou em realidade, proprietários dos meios de produção e não meros vendedores de força de trabalho para um capitalista, o modo de produção capitalista não poderia ali predominar:

Enquanto o trabalhador... pode acumular para si mesmo – e isso ele pode enquanto permanecer proprietário de seus meios de produção – a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis. A classe dos trabalhadores assalariados, imprescindíveis para tanto, falta (...) Viu-se: a expropriação da massa do povo de sua base fundiária constitui a base do modo de produção capitalista. A essência de uma colônia livre (*freien Kolonie*) consiste, pelo contrário, em que a maior parte do solo é ainda propriedade do povo (*Volkseigentum*) e cada povoador (*Ansiedler*), portanto, pode transformar parte dele em propriedade privada (*Privateigentum*) e em meio de produção individual (*individuelles Produktionsmittel*), sem impedir os povoadores que chegam depois de executarem essa mesma operação (*ohne den späteren Ansiedler an derselben Operation zu verhindern*). Esse é o segredo (*Geheimnis*) tanto do florescimento das colônias (*der Blüte der Kolonien*) quanto de seu câncer (*Krebsschadens*) – sua resistência à radicação [estabelecimento definitivo] do capital (*ihres Widerstands wider die Ansiedlung des Kapitals*).²³¹

²³⁰ Marx e Engels. *A Ideologia Alemã*. Op cit, p.113/114.

²³¹ Marx. *O Capital*. Livro I. Tomo II. Cap. XXV; *A teoria moderna da colonização*. Op cit, p.296-297.

No entanto, desde o momento em que todo o território país teria se tornado propriedade privada daqueles muitos que teriam tido a oportunidade de se tornarem proprietários fundiários privados, de ali em diante, os colonos que chegassem não mais poderiam tornar-se colonos propriamente ditos, mas apenas vendedores de força de trabalho para um colono fundiário ou urbano, as relações de produção capitalistas, segundo Marx, teriam se desenvolvido nos EUA como jamais visto em qualquer momento histórico ou ponto do planeta.

Assim é que na Introdução a *Para uma Crítica da Economia Política* Marx comenta que considerava os Estados Unidos como a mais *avançada* sociedade burguesa até então existente, pois diz, seria nos EUA do século XIX que o conceito de capital teria atingido seu nível de desenvolvimento mais elevado em relação à mãe-pátria européia:

O trabalho tornou-se então, não somente enquanto categoria, mas na realidade mesma, um meio de produzir a riqueza em geral, e ele cessou de se confundir com o indivíduo enquanto destinação particular deste. *Esse estado de coisas melhor se desenvolveu no tipo mais moderno da sociedade burguesa: os EUA (Ein solcher Zustand ist am entwickeltsten in der modernsten Daseinsform de bürgerlichen Gesellschaften – den Vereinigten Staaten).* É lá que a categoria abstrata ‘trabalho’ (*Arbeit*), ‘trabalho em geral’ (*Arbeit überhaupt*), trabalho *sans phrase*, o ponto de partida da economia moderna, torna-se na prática verdadeira (*erst praktisch wahr*).²³²

Na mesma obra Marx evidencia o caráter *adiantado* da sociedade norte-americana em relação à Inglaterra do século XIX (este o país mais industrializado até então e considerado pelos economistas da época o mais avançado do ponto de vista capitalista):

Carey é, entre os americanos do norte, o único economista de alguma originalidade. Ele pertence a um país onde a sociedade burguesa não se desenvolveu sobre a base do feudalismo, mas ela se construiu a si mesma; onde a sociedade burguesa não aparece como *sobrevivência de um movimento secular*, mas sim, *como ponto de partida de um movimento novo*; onde o Estado, ao contrário de todas as formações nacionais anteriores, foi, desde o

²³² Marx. *Introduction générale à la Critique de l'Économie Politique*. Apud Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.61 (grifo nosso).

início, subordinado à sociedade burguesa e à sua produção. Não pode assim jamais pretender a perseguição de fins próprios; onde a sociedade burguesa, combinando as forças-produtivas de um mundo velho e o imenso terreno natural de um mundo novo, se desenvolveu em proporções e com uma liberdade jamais vistas antes, e ultrapassou de longe tudo que havia sido realizado até então na conquista das forças da natureza.²³³

Portanto, na concepção histórica de Marx, os Estados Unidos estariam, já em meados do século XIX, muito *além* da Europa. Os EUA eram, do ponto de vista de Marx, conceitualmente, uma sociedade que estava já muito mais adiantada que a própria Inglaterra, pois ali nos EUA a sociedade burguesa estaria já totalmente livre de qualquer tipo de relação pré-capitalista que pudesse porventura impedi-lo de se desenvolver plenamente. Os Estados Unidos teriam sido constituídos sem qualquer tipo de resquícios de atraso econômico-social em suas relações de produção, ao contrário dos resquícios feudais que, segundo Marx, assolavam ainda o processo produtivo inglês:

A fluidez do capital, a mobilidade do trabalho e a indiferença do trabalhador a respeito de seu conteúdo não são em nenhuma parte maiores que nos EUA. Na Europa, por exemplo, na Inglaterra, a produção de pão, a produção de calçados, etc., se somente agora começam a serem exercidas de maneira capitalista é devido inteiramente a que o capital inglês era imbuído de preconceitos feudais quanto à ‘respeitabilidade’. Era ‘respeitável’ vender negros como escravos, mas não o era fabricar pão, salsichas ou botas, etc. Eis aí porque todas as máquinas que submetem os ramos da indústria ‘não-respeitável’ na Europa ao modo de produção capitalista provêm dos Estados Unidos. Aliás, em nenhuma parte quanto nos Estados Unidos, o homem é tão indiferente a respeito da atividade que exerce; em nenhuma parte é tão consciente que seu trabalho fornece sempre o mesmo produto: dinheiro (*Geld*).²³⁴

²³³ (Marx. *Principes d’une Critique de l’Économie Politique*. Apud Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.61).

²³⁴ (Marx. *Matériaux pour l’Économie*. Apud Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.62); como diz Benoit: “Se do ponto de vista meramente quantitativo os EUA do séc. XIX seriam ainda um país atrasado em relação à ‘clássica’ Inglaterra, do ponto de vista *qualitativo*, análise de Marx desvela o caráter superior da formação econômica americana no interior da totalidade histórica diacrônico-sincrônica. Percebe Marx o futuro contido na América”. (Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.62).

Marx mostra, em *O Capital*, no capítulo sobre a acumulação originária, que o capital, o grande capital, sobretudo o capital na *forma dinheiro* (*Geld*), sempre teria migrado de uma nação a outra, em busca de auto-valorização. Assim é que Marx diz que, conforme a própria centralidade da exploração capitalista migrava de uma nação a outra, junto com ele migrava também o capital financeiro: da decadente Veneza, potência comercial da Idade Média, o capital teria migrado nos XVI para as nações ibéricas e no século XVII para a Holanda; da Holanda este capital teria migrado, no século XVIII, para a Inglaterra e, no XIX, o capital financeiro finalmente teria migrado sobretudo para os Estados Unidos:

(...) As vilezas do sistema veneziano de rapina constituem uma das tais bases ocultas da riqueza de capital da Holanda, à qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo passou-se entre a Holanda e a Inglaterra. Já no início do século XVIII, as manufaturas da Holanda estavam bastante ultrapassadas e ela havia cessado de ser nação dominante do comércio e da indústria. Um de seus principais negócios de 1701 a 1776 torna-se, por isso, emprestar enormes capitais, especialmente a seu poderoso concorrente, a Inglaterra. Uma relação análoga existe hoje entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue infantil ainda ontem capitalizado na Inglaterra.²³⁵

Como se percebe, Marx não tinha dúvidas de que os Estados Unidos da América, pelo próprio movimento do grande capital financeiro (à base do “sangue infantil” extraído dos órfãos ingleses das *Workhouse*) estariam fadados a se transformar no país onde as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolveriam nos seus mais altos níveis. Para Marx, a potencialidade apresentada nos EUA pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho, tanto dentro da fábrica quanto na sociedade, faziam-no acreditar que a Europa estaria destinada dentro em breve a curvar-se aos norte-americanos frente ao domínio das forças produtivas da natureza em escala jamais vista na história anterior da humanidade.

Se Marx pensava esta potencialidade produtiva dos Estados Unidos como algo que estaria destinado a superar a Europa ocidental no que tange às relações de produção, então, parece que grande parte daquilo que ele teria teorizado sobre a colonização norte-americana

²³⁵ Marx. *O Capital*. L. I; V. II. Op cit, p.289.

poderia ser válido para se pensar parte determinada da colonização da América do Sul, como o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile. No Brasil, por exemplo, como vimos acima, tanto as condições sociais como as condições naturalmente postas encontradas pelos portugueses em sua chegada ali no final do século XV teriam muitas semelhanças com as condições sócio-naturais encontradas pelos britânicos nos atuais EUA no início do século XVII: de um lado, uma natureza abundante e quase que completamente indomada, com terras bastante férteis e, por outro, populações nativas relativamente escassas e vivendo na forma de “comunidade primitiva” (sem estruturas estatais).

No projeto colonizador português do Brasil parece que estava posto desde o princípio a formação de grandes empresas agrárias produtoras de mercadorias com grande demanda no mercado mundial (colônias de Plantação), as quais seriam ao mesmo tempo monopólio de exploração e exportação da própria burguesia lusa associada a grandes especuladores e financistas estrangeiros. Para tal, fazia-se necessária a utilização de mão de obra compulsória, pois em colônias virgens como no caso do Brasil fazia-se necessária a importação da mão de obra. O trabalho escravo aparecia como alternativa mais condizente à empresa colonizadora que o trabalho livre, pois, na América, o trabalhador livre estaria sempre potencialmente disposto a abandonar seu trabalho na grande lavoura para aventurar-se por terras ainda virgens e tornar-se, ele próprio, um proprietário privado, como explica Marx com relação à colonização britânica na América do Norte:

(...) Nas colônias... O trabalhador assalariado de hoje torna-se amanhã camponês (*Bauer*) ou artesão independente (*selbstwirtschaftender Handwerker*), economicamente autônomo. Ele desaparece do mercado de trabalho...²³⁶

²³⁶ Marx. *O Capital*. L. I, T. II, op cit, p.298; Como explica Fernando Novais, no Brasil-colônia estas condições de possibilidade de o trabalhador livre também se transformar em camponês teria sido um dos principais motivos que teria levado a burguesia portuguesa a optar pelo trabalho escravo: “Produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial ... exigia formas compulsórias de trabalho, pois, do contrário, ou não se produziria para o mercado europeu ... ou se se imaginasse uma produção exportadora organizada por empresários que assalariassem trabalho, os custos de produção seriam tais que impediriam a exploração colonial, e pois a função da colonização no desenvolvimento do capitalismo europeu (os salários dos produtores diretos teriam de ser de tal nível que compensassem a alternativa de eles se tornarem produtores autônomos de sua subsistência evadindo-se do salariato: como poderiam, então, funcionar os mecanismos do ‘exclusivo comercial’?)” (Novais. *Portugal e Brasil...* op cit, p.102-103).

Assim, pois, parece que, para Marx, as atuais repúblicas latino-americanas não poderiam reivindicar para si uma existência autônoma, separada daquele princípio fundante e do qual são elas mesmas seu produto mais original. Para Marx, as teorias sobre um suposto “nacionalismo” latino-americano (pertinentes, em parte, no México, Peru, Venezuela e Bolívia), mostrar-se-iam totalmente inconsistentes com relação ao caso brasileiro e argentino, por exemplo. As supostas raízes “nacionais” no Brasil e na Argentina parece que teriam que ser buscadas na Europa e não em sociedades pré-colombianas ou pré-cabralinas. Na concepção de Marx, os americanos em geral (com exceção talvez de parte da população originária das civilizações Inca e Asteca) seriam, pois, descendentes, não só étnica, mas também *culturalmente* de europeus (e, em parte, de africanos). Os americanos aparecem como filhos do processo civilizatório ocidental. Filhos sim, porém, não simples “continuadores” de sua civilização, pois, do ponto de vista da história da separação entre homens e natureza, nós, americanos, seríamos, na verdade, como uma sociedade que estaria para além da Europa. Em nenhuma região do planeta se pode perceber com maior clareza as conseqüências do desenvolvimento capitalista como na América.

Na concepção de Marx, como vimos, os Estados Unidos – que no século XX teriam deixado a indústria européia para trás – estavam destinados, graças às formas de organização colonial ali estabelecidas (colônias livres no norte e colônias de Plantação, ao sul) a se tornar o país burguês-industrial por excelência, onde as forças produtivas estariam fadadas a atingir seus mais altos graus de domínio da natureza. Na América Latina, por outro lado, as relações de produção também teriam atingido os mais altos níveis dentro dos limites da produção burguesa. No entanto, na América Latina, o resultado final não é exatamente o mesmo que nos EUA: nos Estados Unidos, o desenvolvimento industrial foi acompanhado de melhores condições econômicas para a classe trabalhadora de lá. Na América Latina, ao contrário, a classe trabalhadora, de modo geral, sempre foi excessivamente explorada. O mais-trabalho extorquido da classe na América Latina sempre alcançou níveis de exploração que, em muitos casos, se assemelha às (ou, se aproximadas) formas de trabalho não-livre, compulsórias, do período colonial. A classe trabalhadora latino-americana em geral miserável, chegando, às vezes, aos níveis de degradação da

condição humana.²³⁷ Só na América Latina se vê tanta miséria em meio a tanta riqueza (real e potencial). Aqui percebemos com nítida clareza o enorme contraste entre uma pequena parcela da população que se apropria das benesses da produção burguesa e a enorme massa que tem como “bem-comum” somente sua parte apodrecida, e que usufrui da produção capitalista apenas a miséria coletiva. Poderíamos dizer, como Benoit, que a América Latina seria o produto “mais bem acabado” do modo de produção capitalista, a área do planeta onde a separação entre homem e natureza teria atingido seus mais elevados níveis.²³⁸

²³⁷ Segundo dados do *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* (Anuário Estatístico 2005/2006) da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), os índices de pobreza e pobreza-extrema (indigência) na América Latina atingiam em 2005 um total de 55,2% da população da região (39,8% de pobres e 15,4% de indigentes). In: <http://www.eclac.org/estadisticas/>

²³⁸ “(...) Pensando as formações econômicas nessa dialética diacrônio-sincrônica da história, no interior da teoria da revolução permanente mundial, seriam países atrasados o Brasil e Argentina, assim como outros países da América, nos quais foram varridos os vestígios dos modos de produção pré-capitalistas? (...). Caso sejam exatamente as relações pré-capitalistas que definem um país como um país atrasado, estes países da América não somente não são atrasados em relação à Europa como também estão, sim, em algum sentido, *além* da Europa. Na totalidade histórica universal marxista, não são esses países da América que teriam estagnado em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas, estágio esse pelo qual a Europa já teria passado. Como, aliás, seria o caso de certos países da África e da Ásia. Ao contrário, a América – e não só os EUA – é a superação da história da Europa. O conteúdo imenso da América *ultrapassa* a história da Europa e, nesse sentido, carrega no seu enigmático destino o fim da temporalidade da luta de classes, o fim da pré-história da humanidade, apontando para um futuro potencial jamais imaginado” (Benoit. *O Programa de Transição e a América*. Op cit, p.63/64).

CONCLUSÃO:

Como procuramos demonstrar ao longo de todo este trabalho, a história para Marx aparece como a história da separação entre homem e natureza, separação com relação àquela união originária – tribal –, a qual tornava os homens pouco mais que animais de consciência gregária (“consciência de carneiro”, como teria dito Marx).²³⁹, Segundo Marx, nestes primeiros tempos da humanidade a individualidade em si não existia, pois o membro da comunidade somente assim o seria considerado enquanto umbilicalmente ligado à esta entidade comunal originária.

Na concepção histórico-dialética de Marx, a superação desta forma de organização social familiar/tribal originária ter-se-ia dada de variadas formas. As duas principais teriam sido, primeiro: aquela em que a comunidade não aparecia reunida sob uma unidade centralizadora que a todos agregasse. O nexos entre as famílias individuais, diz Marx, seria ainda a comunidade originária, mas a forma de apropriação da riqueza natural e ou da riqueza já produzida pela ação humana estaria determinada pela forma fundiária parcelar (comuna-agrícola eslavo/germânica); segundo: onde as condições naturais o permitissem – ou, antes, a exigissem – a relação de apropriação das condições objetivas de existência, segundo Marx, pressupunha então a formação de uma entidade comunal superior, pois a natureza inóspita determinaria a reunião de grande quantidade de força de trabalho sob controle de uma estrutura unificada e forte para a realização das obras de interesse público; a divisão do trabalho era hereditária e não haveria possibilidade de mobilidade social senão pela vontade e interesse do próprio personificador da unidade. Conforme explica Marx, esta forma comunal-estatal de propriedade conteria, no entanto, um princípio motor mais dinâmico que o eslavo (ainda que, no caso da Ásia, segundo Marx, este princípio tivesse se estagnado em certo momento histórico).

Assim, pois, na concepção de Marx, teriam sido os helenos quem primeiro teriam rompido de forma profunda os princípios originários da entidade comunal, qual seja, a

²³⁹ “Este começo é tão animal quanto a própria vida social nesta fase: trata-se de simples consciência gregária e o homem se distingue do carneiro unicamente pelo fato de que nele sua consciência toma o lugar do instinto ou de que nele o instinto é consciente”. (Marx e Engels. *A ideologia alemã*. Op cit, p.44). “Pode-se começar a história com um estado de natureza, mas este é muito mais um estado da inocência”. (Hegel. *Lecciones...* Op cit, p.95).

apropriação comum das condições objetivas de existência. Os gregos, segundo Marx, ao negar este pressuposto originário da comunidade teriam fundado, pois, um novo princípio, o princípio da apropriação individualizada da natureza. Conforme Marx, com os gregos, aqueles elementos originariamente unidos estavam agora na posse de seus membros mais notáveis. Desde então, segundo Marx, teria começado um radical processo de separação entre os interesses dos indivíduos privados e os da entidade comunal originária. Este novo pressuposto grego, para Marx, teria sido o fundante da *história do Ocidente*.

Quando, porém, segundo Marx, os europeus, em seu transcurso histórico, teriam transcendido seus próprios limites geo-culturais, a história deste princípio ocidental ter-se-ia transmutado, então, em *princípio universal*. A partir de agora, conforme Marx, estariam postas as condições à universalidade do princípio da apropriação privada da natureza, do princípio da luta de classes. Nesta sua universalização, diz Marx, os ocidentais teriam levado consigo seu próprio modo de produção e apropriação da natureza e o teriam imposto a todos os povos do planeta. Teriam obrigado todos os povos, diz Marx, a assumirem a propriedade privada como forma de relação dominante e predominante e a extração de mais-valia (mesmo à custa de milhões de vidas humanas desgraçadamente destruídas) como a forma básica de apropriação da natureza. Nesta marcha histórica, conforme Marx, os ocidentais não teriam respeitado mesmo povos com culturas milenares, como os orientais ou os nativos americanos. Por isso, as colonizações da América e da Ásia aparecem para Marx como o instrumento mais poderoso à acumulação originária (*ursprüngliche Akkumulation*) de capital da época de formação e consolidação do modo de produção burguês. A absorção do Oriente neste princípio, por exemplo, segundo Marx, teria como pressuposto a destruição de seu milenar modo de produção baseado na imobilidade da divisão social do trabalho e a introdução ali das formas ocidentais de apropriação da natureza. A burguesia, ao destruir estas formas comunais de produção, baseadas no sistema de castas, teria transformado seus membros, de simples apêndices comunais, em proletários livres como os pássaros, como já havia feito com os camponeses em sua própria casa, a Europa ocidental.²⁴⁰

²⁴⁰ Em reportagem da Revista *National Geographic* (Edição de junho de 2003, p.44-67), percebe-se o quanto o regime de castas hindu resistiu até certo ponto às inovações brutais do imperialismo britânico. A reportagem mostra que, mesmo abolido oficialmente, o sistema de castas permanece em plena vigência atualmente na

Na América, segundo Marx, a expansão burguesa teria levado à organização de três formas principais de colônias. Nas colônias hispânicas do México e do Peru – “países ricos e densamente povoados” –, a conquista e submissão das grandes civilizações nativas teria possibilitado à burguesia castelhana extorquir mais-trabalho (*Mehrarbeit*) das populações nativas em escala jamais vista anteriormente na história da humanidade. Por outro lado, nas regiões do Brasil, do Suriname, das Antilhas e do sul dos Estados Unidos teriam sido formadas, segundo Marx, Colônias de Plantação (*Pflanzungskolonien*), as quais teriam por fundamento a produção “destinada apenas à exportação”. Aqui, a forma de extração de mais-trabalho (*Mehrarbeit*), por ser trabalho compulsório, não-livre, aparentava assumir um caráter de “produção mercantil simples”. Porém, segundo Marx, isto era mera aparência, pois na prática a produção escravista estaria baseada no princípio da produção burguesa, pois o produto resultado do trabalho escravo assumia imediatamente a forma mercadoria (*Ware*) e a forma do excedente extraído do escravo se transmutava imediatamente para a forma da mais-valia (*Mehrwert*).

O terceiro tipo de colônias americanas Marx diz serem as “colônias propriamente ditas” ou, então, as “verdadeiras colônias”. Como vimos, segundo Marx, este tipo de colônia pressupõe dois requisitos básicos: 1) estar assentada sobre “terra virgem” e, 2) “ser colonizada por imigrantes livres”. Se Marx diz que inicialmente somente aquelas colônias da Nova Inglaterra poderiam ser incluídas nesta categoria, ele explica, porém, que as colônias de Plantação, após abolir a escravidão, poderiam também ser incluídas nesta categoria de Verdadeiras Colônias (*wirklichen Kolonien*).

Esta aproximação que Marx faz entre as colônias de Plantação e as Verdadeiras Colônias coloca por terra, como vimos, a tese historicista muito difundida da América colonial dividida entre “colônias de povoamento” e “colônias de exploração”, a qual aproximava a colonização do Brasil, por exemplo, daquela empreendida pelos espanhóis no México e no Peru. Como vimos, porém, Marx aproxima não só as colônias do Brasil, do

Índia, condicionando as relações sociais naquele país. Este é um grande exemplo de sobrevivências de relações pré-capitalistas de produção na Ásia, relações pré-capitalistas estas que estão na raiz da atual miséria a que está submetida a maior parcela da população oriental. Ao contrário, a raiz de nossas misérias no Brasil, por exemplo, não pode ser encontrada em supostas “sobrevivências pré-capitalistas”, pois, ao instituir seu modo de produção aqui, os europeus varreram todas as evidências de relações pré-capitalistas, provocando a quase total eliminação física das populações aborígenes e a submissão das mesmas às novas condições de produção.

Suriname, das Antilhas e das colônias meridionais dos Estados Unidos, mas também a própria Colonização de Povoamento da Nova Inglaterra. Marx, assim, teria incluído todas estas colônias na categoria de Verdadeiras Colônias, e não como parece ter feito grande parte da historiografia, que teria igualado a colonização do Brasil à colonização do México/Peru.

Vimos também que se na concepção de Marx as colônias de Plantação e as Colônias de Povoamento seriam, na sua essência, idênticas entre si, então a reivindicação de uma suposta “autodeterminação” latino-americana não encontra eco nos textos de Marx. Vimos que Simon Bolívar, o símbolo das lutas pela independência latino-americana, era considerado por Marx como uma completa farsa, uma paródia deformada do próprio Bonaparte I. Conforme Marx, certa reivindicação nacional na América somente poderia ter sentido, talvez, junto àquelas populações indígenas remanescentes, em parte, das antigas civilizações pré-colombianas Inca, Asteca e Maia (atuais, Peru, Bolívia, México, Nicarágua, Guatemala, etc.). Da mesma forma que Marx acreditava que na Índia, sob o domínio britânico, a questão nacional encontraria ali elementos que em parte a justificariam na milenar tradição cultural de seu antigo modo de produção.

As colônias de Plantação e de Povoamento, ao contrário, conforme Marx, não poderiam reivindicar uma ancestralidade diferente daquela à qual se originam e da qual são suas *filhas-legítimas*: a sociedade burguesa ocidental. Essas duas formas de colônias americanas, segundo Marx, não teriam outro princípio que aquele princípio que estaria no fundo (*Grund*) da história ocidental: *o princípio da luta de classes*.

Portanto, na concepção de Marx, seria na América onde as relações de produção burguesas teriam aflorado em sua forma mais bem acabada. Na América, segundo Marx, o valor (*Wert*) teria encontrado seu local de reprodução e valorização *par excellence*, o local mais apropriado e mais conforme às suas necessidades de reprodução incessante. Na América colonial, segundo Marx, o capitalista, travestido de “senhor-de-escravos”, teria extraído sangue e vida dos negros e nativos como em momento algum da história precedente, e tudo em nome da bela e magnífica *acumulação originária de capital* (*ursprüngliche Akkumulation des Kapitals*).

A América, porém, em seu desenvolvimento, conforme Marx, teria superado a própria Europa. A América, segundo Marx, seria ao mesmo tempo a Europa e a superação

de sua história. A América, assim, para Marx, estaria, potencialmente, para além da história do próprio capitalismo...

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

a) Obras de Marx e Engels

MARX, Karl – *Das Kapital*. Band 23, S. 11-802, Dietz Verlag, Berlin/DDR 1962. In:

http://www.mlwerke.de/me/me23/me23_000.htm.

- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural. Dois Volumes. Coleção *Os Economistas*, 1985.
- _____. *El Capital*. Tradução de Wenceslao Roces. Fondo de Cultura Económica. Mexico. 7ª edición, 1975.
- _____. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. MEW. Band 42. Berlin: Dietz Verlag, 1983 [*Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen* – p.383 - 421].
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. (Borrador) 1857-1858*. Volume I. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1971. Tradução de Pedro Scaron.
- _____. MEW – Marx-Engels Werke. In: <http://www.mlwerke.de/me/default.htm>.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. *O Método da Economia Política*. Tradução de Fausto Castilho. IFCH/Unicamp, 1996.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976. Traduzido pelo Instituto Marx-Engels de Moscou.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Introdução especial de Eric Hobsbawm. Tradução de João Maia.
- _____. & ENGELS, F. *Manifest der Kommunistischen Partei*. MEW, Band 4. Berlin: Dietz Verlag, 1959.
- _____. & ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. In: TEXTOS III. São Paulo: Ed. Sociais. S/d.
- _____. & ENGELS, F. *Die deutsche Ideologie*. MEW, Band 3. Berlin, Dietz Verlag, 1973.
- _____. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1999. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira.
- _____. & ENGELS, F. *Carteggio*. In: Opere. Roma: Riuniti, 1972.
- _____. & ENGELS, F. *Sobre el Sistema Colonial del Capitalismo*. Madrid: Akal, 1976.

- _____. & ENGELS, F. *Sobre o colonialismo*. Coletânea de textos. Coleção Teoria, nº 42. Lisboa: Estampa, Lisboa, 1978.
- _____. & ENGELS, F. *Sobre el Modo de Producción Asiático*. Barcelona: M. Roca, 1969. (editado por Maurice GODELIER).
- _____. & ENGELS, F. *Contribuição para uma história da América Latina*. São Paulo: Edições Populares. 1982. (Organizado por Pedro SCORON).
- _____. *Teorias da mais-valia* (Livro 4 de *O Capital*). Volume III. São Paulo: Difel, 1980. Tradução de Reginaldo Sant'anna.
- _____. *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1988. Editado por KRADER, Laurence. Tradução de José Maria Ripalda.
- ENGELS, Friedrich. *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*. (Marx-Engels Gesamtausgabe – MEGA), Band 29. Berlin: Dietz Verlag, 1990.
- _____. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Tradução de Lendro Konder.

b) Obras de consulta geral

- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. Tradução Beatriz Sidou.
- _____. *Linhagens do Estado absolutista*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989. Tradução de João Roberto Martins Filho.
- AMADO, Janaína & FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *A formação do império português (1415 – 1580)*. São Paulo: Atual, 1999. Coordenação Maria H. Capelato, Mª Lúcia Prado.
- ANTUNES, Jadir. *Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético do conceito de crise em O Capital de Marx*. Tese de Doutorado – IFCH-UNICAMP, 2005.
- APTHEKER, Herbert. *Uma nova história dos Estados Unidos: a era colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Maurício Pedreira, 1967.
- ARCILLA FARIAS, Eduardo. *El régimen de la encomienda en Venezuela*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1957.
- ARICÓ, Jose. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Tradução de Mª C. Marcondes.
- ARRUDA, José de Andrade. *A Revolução inglesa*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- ASSADOURIAN, Carlos S. et al. – *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba: Pasado y presente, 1973.
- BAGU, Sérgio. *Economía de la sociedad colonial: ensayo de la historia comparada de América Latina*. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.
- BANDECCHI, Brasil. *Origem do latifúndio no Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1963.
- BARTRA, Roger. *El Modo de Producción Asiático: Antología de Textos Sobre Problemas de la Historia de los Países Coloniales*. México: DF: Era, 1969.
- _____. *Tributo y tenencia de la tierra en la Sociedad Azteca*. In: *História da América através de textos*. Jaime Pinsky (Coord). Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1980.
- BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Ana M. Martinez. (organizadores). *A América Latina de colonização espanhola. Antologia de textos históricos*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- _____. *Simon Bolívar: Política*. (tradução e organização). São Paulo: Ática, 1983.
Coordenação de Florestan Fernandes.
- BENOIT, Hector. *A Luta de Classes como Fundamento da História*. In: Caio Navarro de Toledo (org): *Ensaaios sobre o Manifesto Comunista*. Campinas: Xamã-IFCH/Unicamp, 1998.
- _____. *O programa de transição de Trotsky e a América*. In: Revista Crítica Marxista nº 18, São Paulo: Revan, 2004.
- BORAH, Woodrow. *El siglo de la depresión en Nueva España*. México: Ediciones Era, 1982.
- BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. Vol. I e II. 2ª edição. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.
Tradução de Maria Clara Cescato.
- _____. (org). *História da América Latina: A América Latina após 1930. Economia e Sociedade*. Vol. VI. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
Tradução de Geraldo Gerson de Souza, 2005.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415 – 1825*. Tradução de Anna Olga de B. Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- BRUIT, Hector Hernan. *Acumulação capitalista na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Estado e burguesia nacional na América Latina*. (organizador). São Paulo: Ícone. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- CARAVAGLIA, Juan Carlos (organizador). *Modos de produção em América Latina*. 10^a edição. México: Pasado y Presente, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*. 3^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1^a edição: 1982.
- _____. *Modo de Produção Asiático: Nova Visita a um Velho Conceito*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- _____. *História econômica da América: sistemas agrários e história colonial, economias de exportação e desenvolvimento capitalista*. (em co-autoria de Hector Perez Brignolli). Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. *O trabalho na América latina colonial*. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. *América pré-colombiana*. 8^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. (organizador).
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - *Anuário Estatístico 2005/2006*. <http://www.eclac.org/estadisticas/>
- C.E.R.M. *O Modo de Produção Asiático*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. 5^a edição. São Paulo: Difel, 1983. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues.
- CHESNEAUX, Jean (et al). *El Modo de Producción Asiático*. México: DF: Grijalbo, 1969.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à abolição*. São Paulo: Moderna, 1999.
- _____. *As lutas do povo brasileiro: do “Descobrimento” a Canudos*. São Paulo: Moderna, 1988.
- CLACSO. *Haciendas, latifundios y plantaciones en America Latina*. Mexico, Siglo XXI, 1975.
- CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983. Tradução de Carlos A. Machado.

- DE PAULA, Samuel. *Aspectos negativos da colonização portuguesa: um confronto com a colonização anglo-saxônica*. São Paulo: Paralelo, 1971.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- Tradução de Affonso Blacheyre.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *O dual, o feudal e o etapismo na teoria da Revolução Brasileira*. In: *História do marxismo no Brasil*. Campinas. Editora da Unicamp. Vol III, João Quartim de Moraes (org), 1998.
- EISEMBERG, Peter. L. *Guerra Civil Americana*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FAVRE, Henri. *A Civilização Inca*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Tradução de Maria J. Goldwasser.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Circuito Fechado*. São Paulo : Hucitec, 1977.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Autores Associados/Educ/Fapesp, 2004.
- FINLEY, Moses. *Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. *Aspectos da Antiguidade*. Lisboa: Edições 70, 1965. Tradução de Eduardo Saló.
- _____. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991. Tradução de Norberto Luis Guarinello.
- _____. *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. Tradução de Valter Lellis Siqueira.
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FRANCO Jr, Hilário. *O Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB, 1969.
- FRANK, Andre Gunder. *A acumulação mundial – 1492-1789*. Lisboa: Estampa, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 40ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Antigüidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. 2ª edição. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América latina*. México: Siglo Veintiuno, 1975.
- _____. *Nós dizemos não*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- GARLAN, Yvon. *Les esclaves en Grèce ancienne*. Paris: Éditions la Découverte, 1984.
- _____. *Guerra e economia na Grécia antiga*. Campinas: Papirus, 1991. Tradução de Cláudio César Santoro.
- GODELIER, Maurice. *Teoria marxista de las sociedades precapitalistas*. Barcelona: Editora Estela, 1971.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão negra e suas influências na sociedade brasileira*. In: *Raízes da América Latina*. Francisca Azevedo (Coord). São Paulo: Edusp, 1996.
- GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os Povos Bárbaros*. Rio de Janeiro: Ática, 1987.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1964.
- GURFIELD, Mitchel. *Estrutura de classes e poder político no Brasil colonial*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1983.
- HEGEL, Georges W. Friedrich. – *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*. Hamburg, F. Meiner, 1968.
- _____. *A Razão na História: Introdução à Filosofia da História Universal*. Lisboa: Edições 70, 1995. Tradução de Artur Morão.
- _____. *Lecciones sobre la Filosofía de la Historia Universal*. Tomos I e II; 3ª edição. Madrid: Revista do Ocidente, 1953. Tradução de Jose Gaos.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.
- _____. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

- IANNI, Octavio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. *Esclavitud y capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, 1976.
- _____. *Florestan Fernandes: Sociologia*. (Org.). 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.
- JENSEN, Merrill. *A fase colonial*. In: WOODWARD, C. Vann (org). *Ensaaios comparativos sobre a história Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972. Trad. Octavio M. Cajado.
- KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional: América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. Tradução de Lygia Baeta Neves.
- KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: da colônia à independência*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. [et al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- LACLAU, Ernesto. *Feudalismo y capitalismo en América Latina*. Barcelona: Cuadernos Beta, 1972. Tradução de Francisco Melo.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- LAPA, José Roberto do Amaral – *Modos de Produção e Realidade Brasileira* (Antologia de textos). Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *O Sistema Colonial*. São Paulo: Ática, 1991.
- LÍGIA PRADO, Maria. *A formação das nações latino-americanas*. 4ª edição. São Paulo: Atual; Campinas: Ed. Unicamp, 1987. Coordenação de Jaime Pinsky.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- _____. *História do Brasil Imperial*. 4ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MANDEL, Ernest. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MOOG, Viana. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 1961.
- NETO, Jônatas B. *História da Baixa Idade Média – 1066-1453*. São Paulo: Ática, 1989.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: (1777-1808)*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. *O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. 5ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1998.
- _____. *Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectivas históricas*. In:

- Colonização e Migração. IV Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: FFLCH/USP, 1969, p. 243-268.
- _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- PEREGALLI, Enrique. *A América que os Europeus Encontraram*. 21ª edição. São Paulo: Atual, 1994.
- PERES, Damião. *A história dos descobrimentos portugueses*. Porto: Vertente, 1959.
- PINSKY, Jaime (org). *História da América através de Textos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- _____. *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- POMER, Leon. *O surgimento das nações*. 3ª edição. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987. Tradução de Mirna Pinsky.
- _____. *As independências na América Latina*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984. Tradução Rubens Eduardo F. Frias.
- PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- _____. *História econômica do Brasil*. 16ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Evolução política do Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- REVISTA *National Geographic*. Edição de Junho de 2003.
- QUARTIM DE MORAES, João. A “forma asiática” e o comunismo agrário primitivo. In: Revista Crítica Marxista, número 02, 1995.
- _____. *Um outro olhar sobre Stalin*. In: Revista Crítica Marxista nº 18, São Paulo: Revan, 2004.
- RICHÉ, Pierre. *Grandes Invasões e impérios*. Lisboa: Dom Quixote, 1980.
- ROBERTSON, Ross M. *História da economia americana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1967. Vol. I. Tradução: J. L. Mello.
- RODRIGUES, Jaime. *O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001. Tradução de César Benjamim.

- SALLINAS, Samuel Sérgio. *A América e o Capital*. São José dos Campos: Editora Mar Aberto, 2001.
- SANTIAGO, Théo (organizador). *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEMO, Enrique. *Historia del capitalismo en México: los orígenes – 1571/1723*. México: Editora Era, 1973.
- SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Livro IV, Capítulo VII. In: <http://www.adamsmith.org/smith/won/won-b4-c7-pt-1.html>. Edição *on line* promovida pelo *Adam Smith Institute*, de Londres.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SOUSTELLE, Jacques. *A Civilização Asteca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. Tradução de Maria J. Goldwasser.
- STANLEY, J. & STEIN, Bárbara H. *La herencia colonial de América Latina*. 8ª edição. México: Siglo Veintiuno, 1973.
- STUBBINGS, Frank H. *The Rise of Mycenaean Civilization*. In: *The Cambridge Ancient History*. Third Edition. Volumen II. Part 1. Cambridge, 1973.
- SWEETZY, Paul (e outros). *Um Debate*. In: *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Tradução de Isabel Didonnet.
- _____. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. Tradução de Manuel Vitorino Dias Duarte.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. 3ª edição. São Paulo: Atual, 1988.
- TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Saga, 1967. Tradução de E. Huggins.
- VAINFAS, Ronaldo. *Economia e Sociedade na América Espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- VERNANT, Jean Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

- _____. & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas: Papirus, 1989. Tradução de Marina Appenzeller.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1998, 4ª edição, 2ª reimpressão.
- _____. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Unesp, 1999, 7ª edição, 2ª reimpressão.
- _____. *A Abolição*. 5ª edição. São Paulo: Global, 1994. Coordenação de Jaime Pinsky.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 5ª edição. São Paulo: Pioneira, 1987.
- _____. *História geral da economia*. In: Textos Seleccionados. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1980. Seleção dos textos por Maurício Tragtenberg. Trad. vários.
- WITTFOGEL, Karl. *Despotismo oriental: estudio comparativo del poder totalitario*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1966. Tradução Francisco Presedo.
- ZEA, Leopoldo. *Filosofía de la historia americana*. México: Tierra Firme, 1977.